

**TESE DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PSICOLOGIA LEGAL**

DM
S005/C1

Cristina-M.M.Sousa

Características Faciais e Avaliação de Personalidade/Crime

Um estudo exploratório

Ref. 11764

Instituto Superior de Psicologia Aplicada
BIBLIOTECA

ORIENTADOR: Prof. Doutor Eduardo Sá

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA
Lisboa
1996/97

Ao Carlos,
pela “face comprensiva”

Ao Bruno,
pelos “olhos vivos” e “sorriso”

Aos meus pais, irmãos e outros,
pelo “aspecto encorajador”

Agradecimentos

Nenhum trabalho decorre sem apoios e incentivos, que de uma forma ou de outra contribuem para que este passe do imaginário para o concreto.

Assim, para além do apoio familiar que fizemos questão de destacar, agradecemos igualmente a disponibilidade em nos fornecer os retratos - robots e outros dados à Policia Judiciária, particularmente ao Laboratório da Policia Cientifica.

Não podemos esquecer o nosso obrigado ao Director dos Serviços Prisionais, ao Estabelecimento Prisional de Caxias, e muito particularmente à Dr^a Otilia Gralha, à Dr^a Maria do Céu Ramalhete e aos guardas prisionais pela disponibilidade e participação neste estudo.

Ao Prof.Doutor. Eduardo Sá, o meu reconhecimento pelas sugestões dadas e pela orientação.

Ao Dr. João Paulo Pereira, pela ajuda prestada no tratamento dos dados e pela constante disponibilidade, o meu mais sincero obrigado.

- INDICE

I - Introdução	1
II - A Categorização	10
III-A Perspectiva etológica	29
1. Conceitos em etologia	29
2. Conceitos em comunicação.....	32
3. O comportamento agressivo.....	36
4. O canal visuo-facial.....	42
5. O inconsciente.....	46
IV - As Teorias Constitucionais do crime	59
1. A teoria de Lombroso	59
2. A Frenologia	62
3. A Teoria de Kretschmer e Sheldon	65
V - A face, as expressões emocionais e a personalidade	71
1. Estudos sobre as expressões faciais.....	71
2. A metodologia dos estudos.....	75
3. A evidência da universalidade.....	84
4. As expressões faciais e a interação social.....	91
4.1. As origens das expressões faciais emocionais.....	91
4.2. As informações das expressões faciais da emoção.....	94
5. Expressões faciais e características da personalidade.....	100
VI - A Metodologia	106
1. Plano de investigação.....	106
2. Técnicas.....	113
3. Amostra.....	114
4. Tratamento dos dados.....	115
5. Apresentação dos resultados.....	117
A.- Características gerais dos retratos - perfil de personalidade.....	117
(sem atribuição do crime)	
B - Perfil de características de acordo com o crime cometido.....	120
C - Tipo de crime e retratos.....	122
D - Características do rosto descritas pelos sujeitos.....	126
6 - Análise e Discussão dos resultados.....	134
A- Informações sobre cada retrato.....	134
B - Os tipos de crime e retratos.....	144
C - Características do rosto mais apontadas.....	155
D- Correlações entre variáveis.....	161
E - Estudo de caso.....	163
VII - Conclusões	166
Referências Bibliográficas	180
Anexos	
Anexo A: Questionário.....	184
Anexo B: Quadro VI	185

Resumo

Neste estudo exploratório, visamos as características faciais e as avaliações da personalidade e do crime. Indagamos se as pessoas são capazes de relacionar características da personalidade e um tipo de crime com características faciais, qual o tipo de relações estabelecidas e que características do rosto prevalecem como justificação. A amostra são 40 guardas prisionais, aos quais é apresentado um questionário com cinco retratos-robots, que cometeram um crime. Utilizamos a análise de conteúdo e o procedimento correlação. Nos resultados, todos os sujeitos estabelecem relações. Na sua maioria, as relativas ao crime não correspondem à realidade. Nas outras encontramos perfis de personalidade prováveis de encontrar nos diversos crimes. No homicídio os sujeitos são considerados mais frios, mentirosos, impulsivos e rebeldes e no crime de assalto à mão armada menos inibidos e mais impulsivos. São mais apontados os “olhos” e a “aparência”, tanto no geral como em cada retrato.

Concluimos, que os indivíduos categorizam a personalidade ou o crime, implícita, ingénuo e inconscientemente. Existem teorias de largo consenso e outras partilhadas por leigos e por especialistas. Na nossa amostra existe talvez uma influência mais decorrente da aprendizagem e da experiência. Não comprovamos que haja uma relação directa entre características faciais, personalidade e crime, como nas teorias constitucionais do crime. Damos um contributo pessoal ao corroborar que a face é um sistema comunicacional, com informação emocional, comportamental e de possíveis avaliações da personalidade e de crime. Na interacção social, utilizamos a interpretação que fazemos das características faciais como estratégias de manutenção das nossas teorias e explicitamos estereótipos e julgabilidade social. São os “olhos” e a “aparência” que prevalecem, na nossa amostra, como pólos dinamizadores das avaliações, principalmente de julgamentos de emoções, personalidade e, claro, do crime.

Abstract

This is an exploratory research about the facial characteristics and possible evaluation of personality and crime. We ask if people are able to relate personality characteristics and a type of crime with facial characteristics, what type of relations and what facial characteristics remain as justification. The group are 40 prison guards and we presented them a questionnaire with five portraits-robots, which committed a crime. We use content analysis and correlation's. In the results all subjects make relations. In major, their relations about crime are not adequate to reality. In the adequate we achieved profiles of personality probable found in different crimes. In homicide the subjects are considered more cold, liars, impulsive and rebels and in the crime of robbery under arms are less inhibited and more impulsive. As in general as in which portrait the "eyes" and "appearance" are mainly appointed.

We conclude that the subjects categorises the personality or the crime, with implicitly, ingenuity and unconsciously. They exits theories of large condense and another share by ordinary people and by specialists. In our group there are perhaps a great influence of the learning and experience. We didn't discover a direct relation between facial characteristics, personality and crime, as in the constitutional theories of crime. We give a personal contribute in corroborate that the face is a communicational system, with emotional information, behaviour and probable evaluates about personality and crime. In social interaction, we use the interpretation that we do about facial characteristics as maintaining strategies of ours theories and we describe stereotypes and social evaluation. They are the "eyes" and the "appearance" that remain, in our group, as dynamics centres of evaluations, primarily that judgements about emotions, personality and, of course, crime.

“ O que é a forma ou a face Senão o mostrador da alma ou o seu escrínio ? ”

Nathaniel Cotton, Pleasure

I - INTRODUÇÃO

É sem dúvida através da face e das suas características que é possível viabilizar este estudo, já que as suas particularidades levam ao estabelecimento dum conjunto de pressupostos teóricos e práticos colocados nesta investigação, nesta nossa contribuição pessoal.

Iniciando desta forma a pretensão deste trabalho, porque de certa forma maravilhada pelas características faciais e pelo mundo que a observação dum face pode revelar, irei em seguida descrever a estrutura deste plano de investigação, sem deixar de acentuar as razões que me levaram a fazê-lo.

Num capítulo dedicado ao processo de **categorização**, relevante na apreciação ou julgamento de qualquer face, destacamos a influência das teorias implícitas da personalidade, porque estão sempre presentes e actuates.

Na descrição do processo de categorização, há um enunciado de Leyens que subjaz a este plano de investigação, constituindo o **nosso primeiro pressuposto teórico**:

- as pessoas estabelecem matrizes de correlações entre as características da personalidade e as características físicas que constituem autênticos retratos-robot.

Deste pressuposto, decorrem **pressupostos práticos** que enunciamos, ou seja:

Inversamente, se apresentarmos a determinadas pessoas retratos-robot reais (recolhidos na Policia Judiciaria, conforme descreveremos em capitulo apropriado) , serão essas pessoas capazes de estabelecer matrizes de correlações entre as características físicas e as características da personalidade?

E que tipo de relações estabelecem ?

E, se acrescentarmos uma variável - tipo de crime- o que pode acontecer?

Continuarão as pessoas a correlacionar o tipo de crime com as características de personalidade e com as características físicas?

E que tipo de relações estabelecem?

Neste contexto privilegio a face como instrumento para viabilizar este estudo e responder aos pressupostos práticos, dada a sua centralidade na interacção humana e por constituir o essencial dum retrato-robot.

Questões centrais são postas de imediato :

Serão as características faciais ligadas a retratos robots susceptíveis de ser relacionadas com características de personalidade ou com um tipo de crime? Ou mesmo com a construção duma história criminal?

Para o estabelecimento deste tipo de relações existirá uma base filogenética, biológica, que tenha adquirido um carácter evolutivo e adaptativo?

Existirá algo nas características faciais que possa nessa linha contribuir para o estabelecimento de relações entre aspectos faciais, emocionais comportamentais e de personalidade? E porque não aspectos agressivos e criminológicos?

Para abordarmos estas questões introduzimos um outro capítulo que faz referência à **perspectiva etológica**.

Porquê a Etologia?

Porque procuramos compreender e identificar como o etólogo procura a identidade.

Tentamos então **estabelecer um modelo de compreensão** dos comportamentos expressivos (incluindo o comportamento agressivo) e particularmente das expressões faciais.

Neste capítulo abordamos conceitos etológicos que nos permitem pesquisar uma base filogenética do comportamento humano, particularmente no que diz respeito às expressões emocionais.

Analisando conceitos de comunicação, integramos a comunicação não-verbal num modelo de unificação evolutiva, em que sempre esteve presente uma pragmática comunicacional e onde qualquer comportamento, mesmo as expressões faciais, são consideradas comunicação.

Realçamos neste item o aspecto relacional da comunicação e a partilha da sequência de alguns eventos comunicacionais, que em Etologia, constituem padrões comunicacionais que podem ser construídos e transmitidos e que estão actualmente presentes na interacção humana.

A comunicação analógica é também destacada, porque é aquela que se encontra mais ligada às expressões faciais, permitindo-nos categorizar as mensagens.

Nesta perspectiva, que integra conceitos etológicos e comunicacionais, chegamos a um **ponto crucial deste trabalho, que constitui outro pressuposto teórico:**

-o homem possui um núcleo de comportamentos expressivos universais e inatos, integrando-os nos seus aspectos biológicos, físicos e inconscientes, nos seus aspectos individuais e culturais e em última análise nos seus aspectos comunicacionais.

É nesta base conceptual que abordamos o comportamento agressivo, que nos interessa compreender dado procurarmos relações com aspectos criminológicos neste trabalho.

Sabemos então que houve uma fixação de comportamentos agressivos a par dum sistema agonístico regulador.

A cultura aparece como factor selectivo, mas não podemos esquecer a plasticidade dos comportamentos conferida pela grande abertura do programa genético e o passado biológico da humanidade.

O comportamento agressivo para além de Ter uma função adaptativa tem também um papel de comunicação.

Por outro lado, o canal visuo-facial, assim denominado em Etologia, teve transformações progressivas que possibilitaram cada vez mais a transmissão de expressões emocionais pelas expressões faciais.

O inconsciente colectivo é também destacado por ser um mundo de imagens, que traduzem o passado do individuo, tal como contém predisposições comportamentais e perceptuais herdadas, que são a estrutura da mente e se podem manifestar por esquemas mentais. É a noção de arquétipo, do colectivo, de traços filogenéticos.

O inconsciente colectivo é constituído por conteúdos que são universais e que aparecem regularmente. Constituem a base dos esquemas mentais, que continuamente utilizamos para categorizarmos informações. Até porque categorizar é inconsciente.

Estes dados conduzem-nos a **outro pressuposto teórico:**

A face é um sistema com bases etológicas e funções de comunicação, edificado e desenvolvido através de factores biológicos, inconscientes, de experiências emocionais, vinculativas e relacionais.

Neste ponto, resta abordar a relação das expressões faciais e emocionais com as características da personalidade e com aspectos criminológicos.

Dado que a face é um sistema de características físicas, tentamos abordar mais genericamente noutra capítulo as tentativas de relação entre as características físicas e a criminalidade.

Assim, consideramos um capítulo dedicado às **teorias constitucionais do crime**, onde abordamos a Teoria de Lombroso, a Frenologia, a Teoria de Kretschmer e Sheldon e outras que desta decorreram.

Para além da presumível veracidade destas teorias é nossa pretensão integrá-las numa perspectiva histórica, realçando desta forma os seus contributos e a pertinência deste estudo.

Nestas teorias destacam-se algumas conclusões, particularmente no que diz respeito à correlação da criminalidade com o chamado tipo atlético e a mesomorfia.

Estabelecidas as bases conceptuais prévias, e por que a face é um sistema de expressões emocionais dedico um capítulo à **face, às expressões emocionais e às características da personalidade**, pela sua importância na fundamentação teórica e como introdução à nossa contribuição pessoal, ou seja, ao nosso estudo.

Inicio este por uma descrição de estudos sobre a face, que segundo a Neuropsicologia é o principal centro da comunicação.

Como diz Tomkins *“o afecto é em primeiro lugar um comportamento facial”*.

Os estudos efectuados tentam estabelecer relações com expressões emocionais e comportamentais.

Na senda destes estudos, utilizaram-se diversas metodologias mas torna-se essencial estabelecer sistemas de código facial, quer a partir de teorias (dados etológicos), ou de observação indutiva ou anatomia facial.

Realçamos o FACS e o EMFACS, apresentados por Ekman e Friesen, por serem aplicáveis em qualquer contexto e por se relacionarem com os níveis de emoção.

Outro item abordado é a questão da universalidade das expressões emocionais relacionadas com as expressões faciais. Neste levanta-se a questão da influência cultural, que é anulada pelos estudos que demonstram a evidência da universalidade.

Com os três principais métodos de pesquisa descritos descobrem-se pelo menos seis expressões emocionais universais, ou seja, a alegria, o medo, a fúria, a tristeza, a surpresa e a aversão. Izard reporta mais tarde a vergonha e o interesse.

Conclui-se que as culturas concordam nas suas atribuições e que se deve considerar como igualmente importantes os três métodos de pesquisa, dado que foram feitos em diferentes culturas e por diversos investigadores.

Noutro item em que se aborda as expressões faciais e a interacção social, começo por analisar as origens das expressões faciais. Aqui, encontra-se desde uma função puramente biológica ou instrumental nos nossos progenitores até uma função adaptativa e comunicacional, onde os etologistas introduzem o conceito de ritualização.

Filogeneticamente as expressões faciais estiveram sempre presentes.

Ontogeneticamente, as experiências de aprendizagem comuns a uma espécie também não podem deixar de ser consideradas.

As duas explicações têm o seu mérito, podendo em conjunto explicar a origem das diferentes expressões faciais. A semelhança está onde a diferença também tem lugar.

Noutro item analisa-se as informações das expressões faciais da emoção, sendo despidadas algumas dificuldades metodológicas, chegando-se à conclusão que a expressão facial traduz informação emocional.

Existem também evidências de que as expressões faciais da emoção podem fornecer informações exactas acerca da ocorrência de estados emocionais agradáveis em comparação com os desagradáveis.

Outro pressuposto teórico é então:

A face tem então uma centralidade e universalidade que chama desde logo a nossa atenção, sendo o principal polo de comunicação na interacção social, estando sem dúvida ligada ao comportamento.

Noutro item, analisa-se a relação entre as características faciais e as características da personalidade.

As tentativas de relação têm a sua origem nas obras que tentaram compreender o Ser Humano ou simplesmente falar sobre ele.

Numa perspectiva histórica e narrativa, citamos Aristóteles, Lavater, Merton até aos complexos trabalhos da Fisionomia Chinesa.

A face, no decurso da história, andou associada aos conceitos de Beleza e Fealdade, a Deus e ao Místico.

Alguns estudos sobre a linguagem corporal e a linguagem facial tentaram também estabelecer relações.

Investigadores citados no decorrer deste estudo, particularmente neste ponto, chegaram à conclusão de que existe algo de especial na face, no rosto, que nos levaria a reconhecer determinadas características da personalidade.

Segundo Anthony Sinnot a face seria: *“única, física, maleável, pública e o primeiro símbolo do self”*.

Diversos estudos sobre fisionomia demonstram claramente que os observadores podem formar opiniões a partir de fotografias.

As próprias características estruturais da face podem sugerir expressões faciais com significado convencional, como por exemplo, rugas verticais e horizontais na frente, sugestivas de tensão podem levar aos atributos de hostil e irascível.

As inferências podem estar relacionadas com a função da característica facial, por exemplo, uma pessoa de lábios pequenos e delgados é caracterizado de pouco faladora.

Tendo em conta que características específicas da face são correlacionadas com características da personalidade introduzimos também no nosso estudo uma parte que têm como objectivo principal indagar as pessoas com quem trabalhamos acerca das características do rosto que mais influenciaram as suas respostas (correlações estabelecidas).

Como não podia deixar de ser, temos de acentuar os estudos que sugerem que o observador pode formar uma impressão global que está baseada na visão da face como um todo.

O peso destas considerações será posteriormente analisado na apresentação das conclusões.

Num vasto campo de possibilidades, a face é relacionável com características emocionais, com comportamentos, com possíveis associações a características da personalidade e, quem sabe, com características criminológicas.

Decorre daqui outro pressuposto prático:

Se estabelecem relações quais as características faciais que prevalecem no estabelecimento destas relações?

Com uma citação diríamos: *“Hoc opus, hic labor est!”*.

“A nossa percepção dos outros é orientada por uma teoria”

J.F. Leyens

II- A CATEGORIZAÇÃO

“ Muitas pessoas acreditam que os seus anos de experiência, a sua maturidade e o seu modo objectivo de olhar as coisas dão-lhe um corpo de conhecimento em que podem confiar e que lhes permite tomar boas decisões. Essa informação deriva de experiências únicas e pessoais que são assumidas como gerais, óbvias e aplicáveis a toda a gente “.

(Yarmey and Jones, 1985) ¹

Estas crenças ou teorias derivam dum processo denominado categorização.

Leyens estuda e retrata bem este processo no seu livro “ Teorias da personalidade na dinâmica social “ (1985). É essencialmente com base na sua orientação que o enquadrámos e explicitamos.

Segundo o autor citado a categorização permite-nos ter acesso a um mundo mais simples, mais previsível e mais susceptível de ser explicado e portanto, controlado.

Temos tendência a classificar as informações que recebemos, a processá-las em categorias, em integrá-las em teorias.

A este propósito, Beuner, Goodnow, Austin (1956) e Rosch, Lloyd (1978) afirmaram que a categorização teria as seguintes funções:

- *reduzir a complexidade do nosso meio circundante;*
- *identificação dos objectos do mundo que nos rodeia;*
- *orientação na nossa actividade instrumental;*
- *Permite não pôr sempre em questão a nossa aprendizagem;*
- *ordenar e correlacionar classes de acontecimentos.*

¹ in Yarmey and Jones - “ As the Psychology of Eye-witness identification a Matter of Comon Sense”

No geral, categorizamos, porque nos interessa simplificar, esquematizar, ordenar e correlacionar pessoas e situações, enfim formar categorias que nos permitam ler e contextualizar o real no nosso real.

É interessante realçar que Rosch (1978) põe em questão a tradicional visão segundo a qual uma categoria era constituída por elementos necessários e suficientes, propondo então que a categoria se agrupa em torno de um protótipo, de um modelo exemplar, não exclusivo, mas por vezes intolerante. Intolerante, porque é o nosso modelo, é a nossa verdade.

Assim sendo, o protótipo é o melhor exemplo de categoria.

Segundo Leyens, as categorias podem ser :

Naturais, onde o poder de indução é ilimitado;

Artefactos, dependendo da actividade humana;

Sociais, sendo estas arbitrais.

Temos tendência a tratar as categorias Sociais como categorias Naturais e a atribuir-lhe uma essência - Teoria do Essencialismo Psicológico.

Ainda segundo Leyens, se tivermos suficiente motivação e capacidade cognitiva, podemos recategorizar a categoria ou fazer sub-categorias, tentando encontrar géneros interdependentes, quando se nos depara a confrontação entre o individual e a categoria.

Assim, a nossa atenção, ligada à capacidade cognitiva e à motivação, vai permitir integrar informações inconsistentes.

O que pode então acontecer é o aparecimento de um julgamento individual que estabelece diferentes meios de adequação quer à realidade, quer à cultura, quer à integridade em grupo (regras sociais), quer à teoria.

Melhor dizendo, dentro da categoria as pessoas julgam e têm a ilusão de poder individualizar.

Neste contexto, podemos a título exemplar referência à teoria da Julgabilidade Social, em que tentamos preservar a integridade do Eu e do grupo de pertença.

Leyens distingue três tipos particulares de categorização:

- **as representações sociais;**
- **o script;**
- **as teorias implícitas da personalidade**

Vejamos cada um destes tipos, denotando simultâneamente características inerentes a todo o processo de categorização.

As representações sociais segundo Di Giacomo (1981) “constituem modelos explicativos categorizando relações entre diversos objectos do meio ambiente”.

Acrescenta Leyens (1985) “esses modelos são partilhados por colectividades de individuos cuja dinâmica regulam parcialmente”.

O *script* é uma noção mais precisa que tem a ver exclusivamente com a categorização de acontecimentos.

O *script* “é uma sequência coerente de acontecimentos esperados pelo individuo e que o implicam quer como participante, quer como observador” (Abelson, 1976).

Os *scripts* têm gradações na categorização, podendo ser episódicos, categoriais ou hipotéticos.

Estes *scripts* aprendem-se ao longo da vida, por via directa ou indirecta e, como a experiência de uns não é igual à dos outros, não é viável que toda a gente utilize os mesmos *scripts*.

No entanto, dada a frequência com que certas sequências de acontecimentos se apresentam para cada um de nós, alguns deles fazem realmente parte do património cultural.

No contexto deste trabalho interessa realçar esta duplicidade, ou seja, possuímos scripts adquiridos ao longo dum aprendizagem e scripts que fazem parte dum património cultural e colectivo, ou quem sabe dum inconsciente colectivo.

Podemos então categorizar, mesmo inconscientemente os acontecimentos com que somos confrontados e esta categorização irá orientar muitas vezes as nossas reacções.

A realidade está incluída nos *scripts* ou esquemas de factos. Nas características dos esquemas podemos incluir:

- tudo pode ser esquematizado;
- são conhecimentos apreendidos por experiências;
- pode haver sub-esquemas;
- os esquemas contêm elementos fixos obrigatórios e elementos facultativos, opcionais e outros que funcionam por defeito;
- vão servir de filtro à informação, ditando o que se vai seleccionar, esquecer, inferir, reinterpretar, o que se vai considerar inconsistente ou consistente.

Acontece também que a **categorização** sendo sobretudo um acto de simplificação é **susceptível de disfunções**, já que na maior parte das vezes somos também obrigados a simplificar as características dos objectos, pessoas ou acontecimentos, para os colocar numa categoria pré-estabelecida.

Assim, nesta dupla esquematização pode haver **falhas de ordem cognitiva e motivacional**.

Bruner e Potter (1964), demonstraram também que a **categorização inicial** se sobrepõe às informações complementares que a contradigam e, assim sendo, **tanto factores motivacionais como cognitivos podem entravar a correcção do erro inicial**.

Temos igualmente tendência a minimizar as diferenças entre objectos e categorias adjacentes. Para além disso, **temos tendência a “reconstruir” os estímulos de modo a torná-los o mais concordantes possível com a categoria a que pertencem.**

Muitas categorias estão ligadas aos valores que as fundamentam (Fajfel, 1981), contudo nem todas e uma tal esquematização, por muito útil que seja, conduz a disfuncionamentos privilegiados.

Assim neste contexto categorizar, permite saber ou dizer muitas coisas a partir de poucos elementos, assim como conhecer ou reter poucas coisas a partir de muitos elementos.

A tese geral de Snyder (1981) diz que o processo de reconstrução pode assumir pelo menos duas formas : por um lado, **a recordação privilegiada de certas informações e, por outro, a reinterpretação de determinados acontecimentos passados.**

No que se refere às teorias implícitas da personalidade, Leyens(1985) considera que :

“ estas correspondem a crenças gerais que alimentamos a propósito da espécie humana e à variabilidade, nomeadamente no que concerne à frequência e à variabilidade de um traço de carácter na população “

Afirmar, por exemplo, que qualquer homem é profundamente bom e racional é o mesmo que dizer que bondade e razão humanas se encontram com uma frequência ilimitada e uma variabilidade nula.

Estabelecemos matrizes de correlação ou de co-ocorrência, que constituem retratos-robot.

Esta afirmação é o nosso primeiro pressuposto teórico.

Neste contexto, situamos a **pertinência do nosso estudo e os pressupostos práticos**, ao invertermos o processo e a partir da apresentação de reais *retratos robots* a determinado grupo social poderemos obter e analisar matrizes de correlação ligadas a histórias criminais.

Estas teorias, categorizações, dizem-se implícitas ou ingénuas porque aqueles que as possuem e defendem não têm, necessariamente, consciência delas e, não sabem provavelmente, exprimi-las de um modo formal.

São as teorias sem fundamentação científica a que cada um de nós recorre para se julgar a si mesmo ou aos outros, para explicar o próprio comportamento ou dos outros. **Para interagir com outros é indispensável ter uma representação mental geral do que é esse outrem e do seu modo de funcionamento.**

A este propósito, citamos Neuburger ² que nos fala da teoria da percepção interpessoal, que o individuo utiliza para avaliar e fazer uma ideia do sujeito com quem entra em contacto, contígua à teoria da atribuição, também por ela citada.

As teorias implícitas da personalidade **dependem da experiência**, são função das **motivações** no momento em que são formuladas, motivações essas que podem seleccionar ou desviar certas informações à custa das outras.

São igualmente determinadas pelo nosso **funcionamento cognitivo**. Num dado momento, é possível que determinadas categorias sejam mais acessíveis ou mais representativas e assim sendo temo-las melhor na memória e poderemos fazê-las funcionar mais facilmente.

² in Psicologia della testimonianza e prova testimoniale, Collana Di Psicologia Giuridica e Criminale (1988)

Nas teorias implícitas da personalidade, Leyens distingue

- as geradas por informações verbais referentes à personalidade de certas pessoas -Formação de Impressões;
- as geradas por características físicas;
- as geradas por pertenças a um grupo - Esteriótipos.

Na Formação de Impressões foram Bruner e Tagiuri (1958) que inventaram a expressão “ Teoria implícita da personalidade “.

Asch com as suas experiências sobre aquilo a que chamou “estudos de formação de impressões”, que demonstrou que frequentemente criamos uma impressão global de uma pessoa de quem conhecemos só algumas características. Determinados estímulos iniciais conduziriam a uma impressão global e seria esta que possibilitaria inferências de traços particulares.

Bruner e Tagiuri (1954) partilhavam esta concepção e segundo estes nós construímos uma impressão e dela deduzimos outras características, porque à partida temos uma teoria implícita da personalidade sobre o que é determinada pessoa (inteligente, hábil, calorosa, etc.).

Uma teoria implícita da personalidade pode pertencer exclusivamente a um indivíduo isolado como demonstraram os estudos dos autores Rosenberg e Jones (1972).

Aliás, era esta a tese de George Kelly, enunciada na sua obra- “ The Psychology of Personal Constructs” (1955).

Chegou-se então à conclusão que **existiriam diferenças individuais ao nível das teorias implícitas da personalidade, mas também** existiriam diferenças que se reflectiriam ao nível daqueles que formulam o juízo, **dos juízes** (diferenças de juízo correspondem a traços diferenciais nos juízes).³

³ No estudo aqui apresentado, que visa os guardas e técnicos dum Estabelecimento prisional, enquanto grupo social e inserido num contexto específico (a prisão), estes traços diferenciais não são controlados, no entanto tentamos homogeneizar a amostra da população através do factor contexto profissional, ou seja , trata-se de pessoas inseridas no mundo prisional e que convivem diariamente com criminosos.

Markus, Smith e Moreland (1979) definiram este assunto da seguinte forma:

“ De um modo geral (...) se as acções ou comportamentos de umas pessoas são pertinehntes para nós, em dominios comportamentais importantes para o nosso “eu”, é provável que se vá avaliar ou julgar o individuo-alvo nas mesmas dimensões ou dentro das mesmas categorias em que julgamos a nós próprios”.

Apesar das teorias implícitas da personalidade **diferirem de grupo para grupo**, de situação para situação, de momento para momento, a verdade é que **existem teorias implícitas detentoras de um largo consenso**.

Na **relação entre as características físicas e a personalidade**, distinguem-se os estudos de Chapman (1968) que consistiram em apresentar “desenhos de uma pessoa” a estudantes que os tinham que correlacionar com determinados sintomas.⁴

Mais ainda, demonstraram que **estas teorias são partilhadas por especialistas e profanos**. A este propósito é interessante notar que em conversa com alguns técnicos jurídicos, eles afirmavam que já conseguiam distinguir um violador, um ladrão, um homicida, pelo seu aspecto físico, o que só vem de encontro ao facto de que leigos e técnicos podem partilhar as mesmas teorias implícitas da personalidade, que podem ser verdadeiras ou falsas.

As mais sérias tentativas científicas para estabelecer uma correlação entre anatomia e personalidade devem-se a tipologistas como Kretschmer (1925) e Sheldon (com Stevens 1942).

Quanto aos esteriótipos, estes referem-se às relações de grupo para grupo.

Leyens (1985) define-os como:

“as teorias implícitas de personalidade partilhadas pelo conjunto dos membros de um grupo a propósito do conjunto dos membros de outro grupo ou do seu próprio grupo”.

⁴ A este tipo de teorias implícitas, geradas por características físicas iremos dar particular atenção no nosso estudo, dado estarem presentes na metodologia escolhida.

Foi Lippman que introduziu o termo “estereótipo” que pretendia designar com ele aquela “zona tampão” que se situa entre a realidade e a nossa percepção.

Tal como Tajfel, Leyens partilha a concepção da elaboração cognitiva dos estereótipos como da sua regulação social.

A categorização estereotipada simplifica-nos a vida. Temos tendência a preferir tomar conhecimento de informações que sublinham a nossa semelhança com outros membros do nosso grupo e a dissemelhança com membros de outros grupos.

Os estereótipos têm uma função social: os estereótipos mantêm a nossa coesão e a nossa imagem, distinguem-nos dos outros e justificam as nossas crenças, nomeadamente e sobretudo aquelas que fazem de nós um grupo à parte, melhor, mais responsável, etc..

Existe uma teoria da identidade social que explica a similitude entre as categorias internas e exagero nas diferenças entre categorias diferentes.

É na teoria da identidade social que assentam os fenómenos de comparação, de identidade social positiva e categorização.

Existe igualmente uma julgabilidade social que permite preservar a integridade de si e do grupo.

Enfatizemos algumas das características dos três tipos particulares de categorização, que a nosso ver contextualizam o nosso estudo, ou seja: **podemos categorizar numa forma implícita, ingénuo e inconsciente.**

Esta categorização depende da nossa experiência, motivação factores cognitivos e depende igualmente do nosso inconsciente.

Podemos também constatar que elaboramos muitos modelos explicativos, esquematizações, teorias implícitas que **estão presentes no nosso património cultural, colectivo, que pode abranger inclusive o inconsciente colectivo.**

Estas características estão presentes em qualquer forma de geração ou construção da teoria implícita da personalidade.

Apesar de existirem teorias implícitas que podem ser erradas, não deixam de orientar a nossa percepção e levar-nos a fazer julgamentos que pensamos serem os mais verdadeiros, porque transmitem a nossa verdade, quer ela tenha sido construída através da nossa experiência individual, quer através da nossa experiência colectiva.

É a nossa verdade e é a verdade, porque é aquela que existe na nossa ingenuidade, implicitismo e inconsciente.

Resta-nos enfatizar as **estratégias de manutenção** das teorias implícitas da personalidade.

Uma delas, é o exemplo, é o caso único (e dentro deste encontra-se a experiência pessoal) que vale mais que dez provas estatísticas, questão que levou os autores Houlard e Weiss a formularem as seguintes preocupações : como é que se explica que, depois de termos tomado conhecimento de certos acontecimentos e de os termos memorizado perfeitamente, não os temos em consideração? Ou por outras palavras, porque não tomamos em consideração a experiência dos outros ?

As experiências de Nisbeth e Borgida (1975) informam que se pode prever o particular a partir do geral e a maior parte das pessoas não toma isto em consideração, antes reage intencionalmente, como aqueles que não possuem qualquer informação. Por consequência, os autores concluem que a dimensão “consenso” é pouco considerada, tal como Kelley fixou no seu modelo geral de atribuição.

Uma justificação suplementar é aduzida por estes autores ao facto dos indivíduos informados negligenciarem o consenso, que é a de que se o consenso fosse tomado em

consideração a situação surgiria mais vezes como factor explicativo em substituição das características disposicionais.

Daí que, podemos afirmar que quando se trata de prognosticar o particular a partir do global, paradoxalmente não se considera este último. Isto significa, portanto, **que as pessoas estão prontas a passar do particular para o geral, mas não adoptam o processo contrário, mais lógico.**

Os autores citados explicam estes dados surpreendentes, afirmando que a experiência dos outros corresponde a uma estatística, sendo por isso, abstracta e aparentemente desajustada à nossa realidade quotidiana.

A experiência de um outro, sobretudo, a nossa, será muito mais cativante. Podemos contá-la com as mãos, ela não pode mentir, não tem contradição, já que é única. Ela é a verdade.

Hamill, Wilson e Nisbett (1980) explicam a importância dada ao estudo de casos pelas suas características de concretude, particularmente adequadas para desencadear processos inconsistentes de inferência. Um caso muito preciso, hábilmente apresentado, que fala à nossa imaginação, conseguirá melhor que um quadro abstracto de números fazer-nos pensar noutras pessoas ou situações similares.

Lembrar-nos-íamos também melhor desses casos e cosequentemente teríamos tendência para exagerar as suas frequências.

Somos exímios em resistir à mudança das nossas teorias ingénuas. Basta até que uma delas seja contrária aos nossos preconceitos e a outra em se favor, para que as nossas posições originais se vejam reforçadas. Efectivamente uma força de resistência consiste em atribuir um peso desmesurado àquilo a que chamamos “estudo de casos”, ou seja, a apresentação, floreada e metafórica de uma ou de algumas pessoas.

Consideramos, sem dúvida, a experiência acumulada por outrém, mas só na medida em que esta nos parece pertinente, ou seja, na grande maioria dos casos quando esta é concreta,

específica e de acordo com as nossas convicções prévias. Neste sentido, poderemos afirmar que as pessoas tomam em consideração o consenso enquanto este corresponde à sua teoria implícita.

Resumidamente, quando precisamos de prever um comportamento ou atribuir traços de personalidade ao seu autor, acontece frequentemente dispormos de duas grandes fontes de informação, por um lado, poderemos estar ao corrente de um grande número de pessoas que habitualmente tem esse comportamento, por outro, temos a nossa própria ideia da probabilidade de ocorrência desse comportamento. É uma perspectiva pessoal, por sua vez derivada do comportamento do próprio, implicando um “falso consenso”. Devido aos estereótipos pessoais é possível acreditar também que determinada pessoa se comportará de determinada maneira, ao contrário de uma outra. Finalmente e dadas as normas sociais em vigor é esperável que esse comportamento seja altamente provável ou não.

Uma segunda estratégia de manutenção das teorias implícitas da personalidade, refere-se à **busca de confirmação e ao efeito pigmalião**, o primeiro questionado e questionável enquanto estratégia privilegiada para provocar o efeito pigmalião.

Resumamos do seguinte modo : preferimos procurar confirmação das nossas ideias em vez de as infirmar.

Robert Rosenthal e Jakobson numa investigação célebre “ Pygmalion à l'école “ (1961), denunciam o aspecto profético das nossas hipóteses ou das nossas previsões.

No âmbito duma investigação, Darley e Fazio (1980), afirmam que são as expectativas duma personalidade relativamente a outra que fazem com que esta vá agir de uma forma determinada. Este comportamento será interpretado pelo interlocutor que irá reagir a ele de uma forma apropriada. Este novo comportamento vai alimentar as expectativas da primeira pessoa. Tudo se passa de uma forma involuntária e inconsciente.

É legítimo então inquirir se a busca de confirmação de hipóteses não será uma estratégia privilegiada para provocar o efeito pigmalião.

Sumariando :

- a teoria implícita da personalidade não é sinónimo de erro;
- porque acreditamos nela, uma teoria falsa à partida pode ser exacta à chegada;
- antes de determinar a inexactidão de uma teoria implícita da personalidade terá de examinar-se a sua eventual função social;
- a utilidade da teoria implícita da personalidade provém do facto da expressão da etiqueta da personalidade não constituir senão um momento de interacção social;
- existem teorias implícitas correctas ou socialmente muito úteis, outras serão inadequadas.

A ultima afirmação remete-nos para o **tema da possibilidade de mudança das teorias implícitas.**

Quando mudamos determinada teoria implícita, facilmente somos levados a adoptar uma teoria oposta ou contraditória àquela que acabamos de abandonar.

Leyens, Aspel e Deklomp (1982), partindo de uma ideia de Abric, quiseram testar a afirmação de que os elementos mais difíceis de modificar seriam os constituintes do núcleo central, a propósito da teoria implícita que as pessoas possam ter de um violador. Diversos traços de personalidade faziam parte desse retrato.

Segundo as instruções, metade das cadeias de rumores sabia que ouviria a descrição de um violador. Os resultados é que mais traços “violadores” chegam inalterados ao fim das

cadeias que estão ao corrente da categoria inicial, enquanto as omissões são igualmente distribuídas nas outras que julgavam ouvir apenas a descrição de uma pessoa qualquer.

Para melhor compreensão destes resultados, vejamos de perto a ideia de Abric, apresentada por Moscovici em “Social Representations”.

Constam de uma mensagem verbal representando parcialmente um violador que era apresentada a certas cadeias de rumores. A algumas destas era anunciado explicitamente que se tratava de um violador, a outras, simplesmente se dizia que se tratava de uma personalidade qualquer.

O raciocínio é simples, se é verdade que os elementos centrais da representação social da personalidade de um violador lhe conferiu estabilidade, então esses elementos deveriam resistir à transmissão em cadeia de informação, uma vez que os participantes na experiência estavam prevenidos que se trataria efectivamente de um violador. Pelo contrário, se os sujeitos ignoravam a categoria da pessoa descrita, os erros, as omissões, etc., deveriam ocorrer tanto para os elementos centrais como para os considerados periféricos.

Assim, na confluência concluiremos que nada serve alterar os elementos periféricos das teorias implícitas da personalidade, já que a sua modificação não conseguirá derrubar a própria teoria. Acontece então que a mudança ficará exclusivamente dependente da modificação dos elementos centrais.

Leyens para ilustrar este processo dá-nos o exemplo de um grande processo jurídico. “O “suposto inocente” comparece. Várias pessoas vêm testemunhar-lhe a sua confiança. Os certificados de bom comportamento e costumes que, de boa vontade, entregam ao acusado não suscitam o interesse dos jurados. Muito mais impiedosas são as testemunhas de acusação: cada um viu, ouviu ou desconfiou de qualquer coisa; o seu mérito é convergir, a sua falta é trazer apenas uma persuasão e não uma convicção. Surge então a testemunha crucial com que sonham os realizadores de cinema. Ela viu o pormenor, à primeira vista insignificante, que dá um sentido a todos os testemunhos anteriores e esse sentido é indubitavelmente criminoso. De súbito, a verdade fica patente : o “suposto inocente” é agora certamente culpado.

Neste ponto de suspense, que já não o é, uma vez que toda a gente já tem a certeza, imaginemos duas possibilidades seguintes :

- a defesa faz intervir uma testemunha que estaria também nas condições ideais para ver o pormenor crucial, mas que só pode emitir dúvidas quanto a ele;
- a testemunha devastadora vê subitamente a sua certeza vacilar. Depois duma intervenção qualquer, ela torna-se incapaz de dizer se viu ou não o pormenor crucial.

Qual será o veredicto dos jurados? Ou o culpado será culpado ou então o “suposto inocente” será inocente! Mais uma vez se constata a falta de nuances. **Do branco passa-se ao preto.**

No caso presente, a teoria implícita da personalidade (é ou não um violador, é ou não um assassino) assenta apenas em algumas informações e testemunhos, põe em acção todo o tipo de conhecimentos adquiridos, pois refere-se a tudo aquilo que nos foi dito acerca de assassinos e violadores, mas a sua história real é de curta duração - o tempo que as testemunhas levam a desfilar. Muda-la-emos então mais facilmente atacando o seu núcleo central ou a sua periferia?

Só recentemente os psicólogos se preocuparam com as consequências dos testemunhos, designadamente sobre os juízes (ou os jurados): a aparência física das testemunhas, a sua impressão de certeza, a profusão de pormenores que dão, etc, terão efeitos na sua credibilidade ? Terão também os juízes teorias implícitas a este respeito ?

A Psicóloga Elizabeth Loftus fez um apanhado deste género de investigações no seu livro “Eye-Witness Testimony” (1979). Neste, segundo uma experiência conduzida por Loftus, os juízes não tomariam em consideração o facto de uma testemunha se retractar; se uma testemunha os persuadir da culpabilidade de um acusado, mas depois se contradizer, eles continuarão, no entanto, a acreditar que “o suposto inocente” é culpado. É mais ou menos esta situação: numa mercearia foi cometido um crime de morte; um empregado reconhece formalmente o acusado... mas a defesa consegue demonstrar que essa testemunha vê bastante

mal sem óculos e que não os tinha no momento do crime. As pessoas interrogadas por Loftus continuaram a considerar o acusado como culpado.

Aparentemente, estes resultados não vão na linha daquilo que foi dito, que uma vez instalada a teoria implícita da personalidade será difícil modificá-la.

Hatvany e Strack (1980), Weinberger e Baron (1982), tentaram reproduzir o processo de Loftus, agrupando várias experiências cujas conclusões divergem totalmente das de Loftus - os juizes não têm em consideração uma testemunha que se contradiga ou se veja desmentida.

Nesta sequência e, retomando o raciocínio inicial, verificamos que as teorias implícitas mudam e, se assim é, para se atacar uma teoria implícita deverá ser ao nível do seu núcleo central ou na sua periferia?

O exemplo citado por Leyens era o de um acusado que se via levado à desgraça por diversas testemunhas sem que estas conseguissem convencer completamente os jurados. Surgia a testemunha crucial: aquilo que dizia condenava irremediavelmente o acusado. Naquilo que se apresentou, todas as testemunhas levam água ao moinho da culpabilidade, mas nenhuma é decisiva.

Intervem então uma testemunha suplementar e ainda que tivesse condições ideais para o fazer, ela não pode confirmar o testemunho anterior: “talvez fosse verdade, talvez não fosse, não posso jurá-lo”.

Segundo Loftus, este testemunho não devia ter qualquer influência nos juizes: se uma testemunha que se retrata não tem efeito, o mesmo deveria acontecer com alguém que, à partida, se declarasse indeciso. De acordo com os resultados de Leyens, Aspel e Dekimpe (1982), isto não é correcto. Este testemunho é suficiente para fazer oscilar o veredicto, contudo trata-se aqui de uma pessoa que ataca a periferia da teoria implícita da personalidade: “vem a seguir às outras testemunhas; apesar de se lhe opor, aquilo que ela diz não converge com o que ouvimos; pode sempre haver uma diferença; as pessoas não são obrigadas a ver as mesmas coisas; afinal não diz o contrário do que os outros disseram.” Por outras palavras, “a

testemunha suplementar” arranha a culpabilidade do suposto inocente, ela não ataca os factos que transformaram o acusado em culpado.

Imaginemos outro golpe de teatro: a testemunha que conseguir a adesão dos juizes vê-se desmentida - “diz reconhecer este senhor que estava a 30 metros de si. Não podia tê-lo reconhecido, pois tenho provas de que nesse dia o senhor não tinha os óculos e, sem eles foi comprovado que não pode distinguir um objecto do tamanho de um homem a mais de 9,3 metros”.

Sabemos já que, depois desta declaração, o acusado será julgado menos culpado do que era anteriormente (Hatvany e Strack,1980;Weinberg e Baron,1982). O que não sabemos ainda, mas que Leyens defende como hipótese, é que o veredicto será mais benévolo quando uma testemunha importante se retrate e deixa os juizes na incerteza do que quando a mesma informação, a incerteza, é dada por uma testemunha suplementar. No primeiro caso, a teoria implícita é atacada no seu núcleo central (está presente a personalidade da testemunha) ; no segundo é-o ao nível da sua periferia.

Resumindo, estabelecer matrizes correlacionais entre características físicas e características de personalidade, como forma de explicitar as nossas teorias implícitas da personalidade é um dos mais correntes “passatempos” da espécie humana.

Esta tendência é, duma forma geral, tão forte, que tal como afirma Leyens, chegamos a obter autênticos retratos-robots.

Este é um dos nossos pressupostos teóricos.

Deste decorrem alguns **pressupostos práticos** para este trabalho:

Dentro do vasto processo de categorização, poderemos então perguntar se apresentar-mos autênticos retratos- robots a determinado grupo de pessoas, serão elas capazes de estabelecer de imediato matrizes de correlação entre características físicas e características de personalidade?

E que tipo de relações estabelecem?

Mais, se introduzirmos uma variável, ou seja, um crime praticado pelos retratos-robot, serão igualmente estabelecidas matrizes de correlação entre as diferentes características, quer físicas, quer de personalidade, quer relativas a histórias criminais (tipo de crime praticado)?

E que tipo de relações estabelecem ?

Serão as pessoas capazes de julgar e categorizar alguém pela apresentação dum retrato-robot e matizar dos mais diversos tons a sua personalidade, a sua história criminal, baseando-se em características físicas e em teorias implícitas? Veremos.

E a propósito da face, julgamos e categorizamos?

E se julgamos e categorizamos, é caso para perguntar o quê e em que é que nos baseamos?

São as características físicas, as expressões faciais que nos levam a explicitar as nossas teorias implícitas ?

Haverá no entanto, alguma base filogenética nas relações que estabelecemos?

Haverá algo de colectivo no inconsciente?

O que nos diz a **Etologia** sobre estas questões? E as abordagens teóricas do inconsciente ?

É o que veremos em seguida.

Com a perspectiva etológica, incluindo o inconsciente, pretendemos estabelecer **um modelo de compreensão dos comportamentos expressivos e das características faciais.**

*“Os homens dispõem dum núcleo de
comportamento expressivos universais e inatos.”*

Ekman

II - A PERSPECTIVA ETOLÓGICA

1. Conceitos em Etologia

Consideramos importante abordar os dados etológicos, dada a sua importância nos estudos realizados sobre a comunicação, sobre o comportamento agressivo e sobre a face, com a sua ligação a expressões emocionais e características comportamentais.

Neste contexto, Lorenz compara os desenvolvimentos actuais da “sua ciência” com o crescimento de uma colónia de corais cujos fundadores são encobertos e obscurecidos pelos descendentes em proliferação desordenada (Lorenz, 1981).

Na senda deste desenvolvimento, interessa-nos particularmente realçar a Etologia Humana, em que o primeiro naturalista que traçou claramente o projecto da Etologia (e da Etologia Humana) foi Darwin, com o seu livro *The Expression of the Emotions in Man and Animals* (1872). Contudo, só nas primeiras décadas do séc. XX é que a Etologia (Biologia do Comportamento e também Fisiologia do Movimento) , iniciou o seu percurso como ciência constituída a partir de estudos orientados por um método próprio e fundamentados num corpo teórico.

De facto, a partir de 1960, renasceu com bases modernas, a proposta Darwiniana de uma análise filogenética do comportamento humano. Já sugerido por Lorenz , este campo da investigação iniciou-se com os trabalhos de Eibl-Eibesfeldt (1970, 1972, 1973) e a criação de um centro de estudos de Etologia humana em Percha/Starnberg. Seguiram-se diversos estudos de Primatologia Comparada (Wickler, 1967, 1969), no campo da Psicopatologia (Ploog, 1964), de Etologia cultural (Koenig, 1970), de Etologia humana infantil (Bowlby, 1969 , Spitz, 1945 e Tinbergen, 1972), no estudo dos paralinguísticos (Ekman e Friesen, 1978), de Ecologia dos comportamentos normais e patológicos (Deutsch, 1977).

As raízes pré-humanas de alguns dos nossos comportamentos, tendências e disposições, assim como dos nossos órgãos e dispositivos fisiológicos, bioquímicos e imunitários, foram herdadas de antepassados Hominídeos e Proto-hominídeos, que nos vincularam ao táxon dos Primatas (Piatelli - Palmarini e Morin, 1974) e à vida.

Esses comportamentos e tendências, cuja importância adaptativa foi orientada por condições já não actuais do ambiente e que por “inércia filogenética” persistem em *Homo Sapiens Sapiens*, surgindo em contextos histórico-culturais, com valor mais problemático do que adaptativo, levou os biólogos do comportamento a indagarem-se sobre as suas consequências. Em que medida as transformações sociais se podem fazer sem os considerar, desafiando uma “condição humana subjacente”(Lorenz, 1973; Tinbergen, 1973; Eibl-Eibesfeldt e col, 1976).

Em que grau uma genética do comportamento germina por sob a cultura, informando-a, influenciando-a e circunscrevendo-lhe as opções ? (Wilson, 1975,1978).

É neste âmbito que enquadrámos o comportamento agressivo, ligado ao crime, as características e padrões físicos associadas a comportamentos ditos delinquentes.

Neste estudo exploratório sobre possíveis relações entre padrões físicos e comportamentos delinquentes, tentamos averiguar até que ponto se deve levar em conta os factores biológicos e comprovar se existe uma base filogenética para determinados comportamentos agressivos.

Com o desenvolvimento da Etologia e da biologia do comportamento, assim como da Sociobiologia, a anatomia e o comportamento, que pareciam garante da liberdade e da alteridade do homem, suposto *Sapiens, loquens, erectum, bimanum*, desde Lineu, são agora também identidade.

É interessante destacar que as **próprias mímicas expressivas eram supostas afirmar a natureza humana**, “pour ce que rire est le propre de l’homme” no dizer de Rabelais, mas eis

que nos é proposta **uma história natural do riso, que tem as suas raízes mais genuínas em comportamentos ancestrais da taxonomia humana (Hoof, 1972).**

A diversidade cultural é um facto, mas é necessário reflectir sobre o grau de uniformidade e invariância do Homem.

A Etologia é a ciência que melhor nos elucida sobre este ponto, indicando-nos precisamente o caminho para **compreender e aceitar uma universalidade de comportamentos expressivos inatos e invariantes.**

Apesar do Homem ser programado filogeneticamente para aprender, podemos também indagarmo-nos entre que limites pode essa aprendizagem ser viável, adaptativa ou desejável ?

Em que medida pode ser considerada anti-social? Porque o pode, sem dúvida.

Podemos também colocar a questão no inverso, ou seja:

Em que medida os processos históricos e ideológicos podem ficar limitados pelos universais do comportamento social humano? Porque a universalidade existe, sem dúvida.

“É nas interacções complexas entre as informações da filogénese e o processo ontogenético(...) que se definem os comportamentos individuais e os invariantes supra-individuais”

(Bracinha vieira, 1983),

Estas interacções permitem compreender e enquadrar a diversidade e identidade de comportamentos no Ser Humano, porque é através delas que o Homem se individualiza, enquadrado num vasto leque de possibilidades e direcções.

A função da Etologia neste contexto é sobretudo a de demonstrar a identidade fundamental do homem e a origem monofilética da espécie. Onde o etólogo procura a diferença, o etólogo humano estabelece a identidade.

2. Conceitos em Comunicação

As ciências humanas têm-se empenhado cada vez mais em estudar o processo de **comunicação**, desde a Psicologia, a Psicanálise, a História, a Antropologia, a Cibernética, contudo dada a vastidão do seu campo de análise, a própria Etologia a primazia **num modelo de unificação evolutiva**.

Num continuum de investigações, um facto é já certo, ou seja, subdividiu-se a Comunicação em três áreas - a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática - estabelecidas por Morris, em "*Foundations of Theory of Signs*", e adoptadas por Carnap em "*Introduction to Semantics*".

No âmbito deste estudo, interessa-nos essencialmente o **aspecto pragmático, que accentua que toda a comunicação afecta o comportamento**. Este aspecto, tem sido alvo de inúmeros estudos, nomeadamente pelo Instituto de Pesquisa Mental de Palo Alto, Califórnia, que enfatiza os efeitos comportamentais em Comunicação (Pragmáticos).

" Todo o comportamento(...) é comunicação; e toda a comunicação(...) afecta o comportamento "

(Watzlawick, P.; Beavin, J.H.; Jackson, D.D.)⁵

Um dos axiomas desta escola, propriedade básica do comportamento, é descrito em termos de **impossibilidade de não comunicar**. A questão central, muitas vezes ignorada é a de que o comportamento não tem oposto, isto é, **o individuo não pode não se comportar**.

⁵ O destaque é nosso.

Neste âmbito, **se qualquer comportamento, numa base interaccional tem um valor de mensagem**, ou seja, é comunicação, então deduz-se que por mais que queiramos é-nos impossível não comunicar.

Sabemos também que, num sistema reflexivo, qualquer mensagem do individuo (actividade, inactividade, palavras, gestos, vocalizações, **expressões faciais**, silêncio) **influencia outros** e, estes não conseguem não responder a essas comunicações e dessa forma estão comunicando.

Em Etologia, teríamos uma série de exemplos, mas destacamos aqui, porque nos interessa no conteúdo deste trabalho, **as expressões faciais e o comportamento agressivo** em que toda a acção ou submissão é **comportamento e comunicação** e assim sendo, é interpretado como tal, no contexto do mundo animal.

Um outro axioma, decorrente da impossibilidade de não comunicar, é que consequentemente **qualquer comunicação implica um compromisso**, é a inevitável definição da relação.

Assim, em comunicação, **não só se transmite uma informação, mas também se impõe um comportamento**, ou melhor, existe um conteúdo e um aspecto relacional.

O conteúdo refere-se aos dados da comunicação e o aspecto relacional ao modo como essa comunicação deve ser entendida e, assim diríamos, que o segundo classifica o primeiro, na medida em que representa uma comunicação sobre comunicação.

É **metacomunicação**, em que expressões não verbais, que privilegiadamente classificam o aspecto relacional (aspecto que neste contexto nos interessa particularmente), poderão ser um grito, um sorriso, ou **uma expressão facial**.

Em suma, **há um aspecto comportamental que se liga a um aspecto relacional, que por sua vez podem ser comunicados através das expressões não verbais e mais especificamente das expressões faciais.**

Trata-se doutra característica que interessou os etologistas, especificamente quando se dedicaram a investigar o papel da comunicação não verbal nos animais e evolutivamente nos Homens.

Uma terceira característica da Comunicação seria a pontuação de sequência de eventos. Qualquer observador externo a uma comunicação pode classificá-la como uma sequência ininterrupta de trocas.

Neste contexto, **existe uma pontuação comunicacional** que organiza os eventos comportamentais **em padrões de interacção**.

Culturalmente, é notório que **compartilhamos de muitas convenções de pontuação que intimamente se ligam às teorias implícitas da personalidade e à organização de comuns e privilegiados padrões comunicacionais, interaccionais e comportamentais**, que constituem grelhas de leitura para cada evento na especificidade cultural e etológica do processo comunicativo.

É na **construção e transmissão de alguns desses padrões comunicacionais** que podemos integrar os dados etológicos sobre comunicação, especificamente sobre comunicação não-verbal.

Outra característica da comunicação é a distinção entre a digital e a **analógica**.

Em comunicação podemos referir-nos aos objectos de duas formas diferentes: através duma semelhança (**desenho ou expressão não verbal**) ou de um nome . A primeira constitui o aspecto analógico e a segunda o digital.

Interessa-nos particularmente realçar que a **comunicação analógica tem as suas raízes em períodos mais arcaicos da evolução**, sendo por isso **alvo de estudos etológicos e é de muito maior validade geral** que o modo digital de comunicação.

Destes estudos etológicos, intencionalmente correlacionados com as Ciências Humanas, resultaram observações a propósito da comunicação não verbal extremamente importantes, porque integradas num modelo de unificação evolutiva, ou seja, segundo a perspectiva da Biologia Evolutiva e Sociobiologia.

Em busca do grau de uniformidade e invariância do Homem na diversidade cultural, salientando factores biológicos, sócio-culturais e individuais, a Etologia admite a existência duma gramática universal do comportamento em que o Homem semantiza intensamente os seus comportamentos expressivos (vocais, mimicos e gestuais) que são considerados universais e inatos quando análoga e em continuidade evolutiva se estuda o homem como ser gregário.

A comunicação analógica, alvo de extremos equívocos, seria então toda a comunicação não verbal, tal como Watzlawick, Bateson e Jackson salientam o termo que

“ ... deve abranger postura, gestos, expressão facial, inflexão de voz, sequência, ritmo e cadência das próprias palavras e qualquer outra manifestação não verbal de que o organismo seja capaz, assim como as pistas comunicacionais infalivelmente presentes em qualquer contexto que a interacção ocorra ”

Este modo de comunicação analógica integra-se na vasta área das relações, sendo a este propósito de realçar os estudos etológicos de Tinbergen e Lorenz acerca dos comportamentos observados nos animais que lutam por uma *hierarquia* e por um *espaço territorial*, definindo a natureza das suas relações através da comunicação analógica, ou seja, o que consideramos não verbal.

Assim a comunicação analógica, ou não verbal, permite-nos contextualizar uma mensagem e decidir em que categoria podemos enquadrá-la, se é amigável, se é hostil, o que é particularmente evidente nos estudos etológicos, que partindo de padrões comunicacionais analógicos, estabelecessem similitudes e denotam invariâncias na forma de comunicação não verbal, quer nos animais quer no homem.

Uma última característica da comunicação é o seu **carácter reflexivo**, em que todas as permutas comunicacionais ou são simétricas ou são complementares. Ou melhor, os **sistemas de relações entre indivíduos ou grupos contém uma tendência para a mudança progressiva**, isto é, **são susceptíveis de alteração de tempos em tempos**.

Na etologia, o processo de evolução explicaria esta característica.

Em suma, no processo de comunicação a informação transmitida por meio da comunicação não verbal constitui 65% da informação total produzida (Esser e Deutsch, 1977).

Adicionalmente, a expressão não verbal de uma emoção ou sentimento seria possível de ser transmitida em diferentes culturas.

Decorrente desta verificação, obtemos **outro pressuposto teórico** deste estudo:

O homem dispõe de um núcleo de comportamentos expressivos universais e inatos, susceptíveis de serem adoptados por cada cultura ou por diversas culturas simultaneamente (Ekman, 1977).⁶

A comunicação não verbal, pela integração de dados etológicos, pelo estudo das suas características, **constitui sem dúvida uma vasta área de pesquisa e uma centralidade no comportamento humano.**

3. O comportamento agressivo

Integrando o comportamento agressivo numa perspectiva etológica ficamos cientes de diversas características do mesmo.

⁶ Esta questão será apresentada mais detalhadamente, quando nos referirmos às expressões faciais universais e inatas

Autor importante no estudo do comportamento agressivo foi Lorenz, afirmando que **as analogias adaptativas que se podem encontrar entre disposições culturais e soluções filogenéticas**, permitem muitas vezes compreender a função dos comportamentos em causa (1974).

A agressão é um conceito difícil de definir, quer no âmbito dos comportamentos animais, quer no contexto da humanidade. nos primeiros, a título de exemplo referenciamos o comportamento dos Machos da Carraça que atacam frequentemente as fêmeas ingurgitadas de sangue, perfurando-as junto da abertura genital, em sincronia com a actividade copulatória (Nilsson, 1975), no segundo referenciamos os comportamentos sado-masoquistas, no limiar da dor e do prazer, da violência e do desejo.

Tinbergen, a este propósito diz que a leitura etológica de um comportamento assenta na tentativa de resposta a quatro questões:

- 1) De que modo este comportamento influi na sobrevivência e no êxito adaptativo do animal?
- 2) O que é que faz que este comportamento ocorra neste dado momento e qual o seu mecanismo?
- 3) Como se desenvolve este mecanismo quando o indivíduo cresce?
- 4) Qual o percurso evolutivo dos sistemas de comportamento de cada espécie, até atingir o estado actual ?

Segundo Tinbergen, “é a abordagem unificada e compreensiva destes quatro problemas que caracteriza a Etologia”(Tinbergen, 1968).

Segundo Hinde (1970):

“ A Etologia intenta, pois, proceder ao estudo da função adaptativa, da causalidade imediata (externa e interna), da filogénese, da ontogénese dos comportamentos, numa perspectiva integrada”⁷

⁷ O acentuado é nosso.

Segundo uma perspectiva etológica é **realçado o papel adaptativo dos comportamentos agressivos** (competição sexual, defesa das crias, protecção, comunicação, etc) , acrescentando o facto de quase nunca eles estarem ao serviço da morte, mas antes da vida. Primeiro distingue-se a agressão intra-específica da agressão inter-específica, segundo realçando o facto de só raramente se verificar a ocorrência de agressões conducentes à morte de um congénere, sendo regra básica da evolução o desenvolvimento de mecanismos reguladores das interacções agonísticas, que têm por objectivo limitar os efeitos nocivos da agressividade, impondo normas específicas, em que a violência é substituída por sinais de aviso ou por rituais.

O sistema agonístico, conjunto de disposições específicas que constituem um sistema de comunicação orientado para a regulação dos comportamentos hostis, quer sejam de combate, conciliação ou fuga, previne desta forma a violência inter-individual, intra-grupal, e por vezes inter-grupal.

Pelo contrário, a **agressão é uma desorganização deste complexo sistema agonístico**, do circuito de comunicação (zoosemiótico, segundo Sebeok, 1975) fundado sobre diversas atitudes e signos dialecticamente antónimos : intimidação/apaziguamento , dominância/submissão, ameaça/fuga, etc.

A ruptura do equilíbrio dinâmico que, em cada unidade social, se estabelece entre os sujeitos por intermédio do sistema agonístico, leva ao comportamento agressivo, em que os factores podem ser diversos, incidindo : no ambiente físico, no social, nas condições fisiológicas ou na activação de estruturas centrais reguladoras de funções agressivas.

Parece haver entre os mamíferos gregários um dispositivo que filtra a agressão, relativamente ao qual cada espécie possui uma informação genética e de estruturas nervosas centrais. Agentes exógenos e ambientais accionam esse dispositivo.

Por outro lado, a coordenação e aferição das mensagens agonísticas parece depender, entre os Primatas, de aprendizagem em períodos sensíveis da ontogénese.

No estudo do comportamento agressivo, no mundo animal, postula-se a existência de uma regulação neuro-fisiológica e neuro-endócrina da agressão, de estímulos-sinais que inibem e regulam a agressão, especificamente o sistema epimelético (comportamentos parentais) e o sistema et-epimelético (sinais solicitadores dos cuidados), e de gradientes de intenção agressiva e actividades derivadas.

No processo de hominização, durante as suas fases, exerceram-se sobre os Protohominídeos e os Hominídeos pressões diversas, que favoreceram a **fixação de comportamentos agressivos, mas também o desenvolvimento de um sistema agonístico regulador**.

Assim, como todas as espécies gregárias os hominídeos desenvolveram um sistema complexo de signos ameaça/submissão, que no contexto de uma hierarquia intra-grupal, ritualizou a hostilidade : posturas, gestos, mímicas, vocalizações, criando uma “homeostasia social” onde a violência era a excepção.

No entanto, devido a diversas pressões evolutivas, a **agressão táctica** passa para o nível da **agressão estratégica**, luta pelo poder hierárquico e territorial, entre outros, constituindo uma nova dimensão de violência. **As formas de hostilidade resultantes acompanharam o género *Homo* no seu percurso histórico**.

No contexto da cultura, todos os grupos étnicos possuem agressividade, **podendo a cultura funcionar como factor selectivo ou regulador**, senão vejamos: os ideais culturais podem promover a selecção de indivíduos mais ou menos agressivos; as normas culturais podem facilitar ou inibir os actos agressivos; o ambiente social e físico podem criar condições de violência, etc.

Por outro lado, a ontogénese e particularmente as experiências precoces, podem influenciar o sistema agonístico de um sujeito, tal como a cultura.

Porque vive em cultura, o Homem é especialmente permeável à imitação, ao contágio de comportamentos emocionais e à imposição de sujeições por terceiros (Milgram, 1965).

Existem formas humanas de violência que não incluem estados emotivos (fúria, medo, ciúme, etc.), nem seus correlatos mimicos, motóricos ou fisiológicos, sendo **movidas por estratégias cognitivas do grupo ou de um indivíduo que o domina.**

Trata-se do *imaginário e do simbólico*, que podem mover uma violência calculada e fria, difícil de enquadrar totalmente na metodologia etológica clássica (Soczka, 1980), mas que indirectamente são abrangidas por uma análise etológica, já que complexas disposições sociais podem orientá-los, tais como hierárquicas, espaço-territoriais, xenóforas, etc.

J.P.Scott analisou as causas da agressividade destrutiva nos grupos humanos, a partir de um modelo em que o sistema agonístico, inscrito em níveis diversos e sobrepostos de organização (desde o plano ecológico global ao sistema neuroendócrino de cada um dos indivíduos em situação) sofre eventuais rupturas e processos de desorganização que perturbam os sistemas subordinados (Scott, 1976).

No homem convergem factores biológicos, de cultura e individuais, constituindo três níveis, sobrepostos e integrados.

Assim, a plasticidade dos comportamentos, consentida nos planos cultural e pessoal pela grande “abertura do programa genético” (Mayr, 1974), conjuntamente com as capacidades de prospecção e previsão que o córtex pré-frontal supra-orbitário (Spatz, 1966) vem permitir, **confere à problemática da agressão humana dimensões inteiramente novas.**

O Homem, sugestionável, simultaneamente capaz de prever e de manipular os seus congéneres, pode ter formas extremas e cruéis de agressão por instigação de terceiros.

A ameaça ao estatuto de cada sujeito, bem como o cenário da violência em que vive, constituem estímulos preferenciais para o desencadear da agressão humana, fenómenos de que se observam equivalentes nos Chimpanzés (Waal e Hoekstra, 1980).

Conforme atrás referido, **as disposições hostis do *homo sapiens***, secundarizadas pelo seu complexo psiquismo, **ultrapassam o “plano tático” e acedem a um “plano estratégico”**.

Homo sapiens sapiens, espécie altamente vulnerável **tem que contrabalançar os desequilíbrios biológicos através de equilíbrios sociais.**

Aos programas biológicos juntam-se os programas culturais, que se podem tornar uma maior ameaça ou uma grande esperança para a Humanidade, no que concerne à criminalidade.

Em suma, há que acentuar, no entanto, que o complexo cérebro humano parece susceptível de reproduzir, sob influência genética, ambiental ou lesional, tendências e comportamentos desenvolvidos no passado da espécie.

“O comportamento do homem actual tem raízes na biologia dos seres que o precederam sobre a terra”

(Zeagans, 1967).

“A humanidade tem um passado biológico, do qual podemos tirar ensinamentos para a cultura actual”

(Bruner, 1972).

“A explicação do comportamento humano assenta indispensavelmente nas alterações metabólicas, nas variáveis biológicas, algumas delas herdadas, outras adquiridas”

(P. da Costa, 1994)

“Nos primórdios da humanidade o delito era um acontecimento natural, posteriormente transformado em fenómeno social e, por fim, juridico, sem contudo perder o seu carácter fundamental de facto biológico”

(P.da Costa, 1994)

“O crime (...) é sobretudo um fenómeno biológico da personalidade humana”

(P.Costa, 1994).

4 . O canal visuo-facial

Integrando a face, numa perspectiva etológica e como um dos aspectos da comunicação não-verbal, chegamos a **outro pressuposto teórico** deste estudo:

A face é um sistema com bases etológicas e relacionais, edificado e desenvolvido através da filogênese e da ontogênese , através de factores biológicos , de experiencias emocionais, vinculativas e relacionais.

Admite-se a existência e a história natural de uma “gramática universal do comportamento” (Eibl-Eibesfeldt, 1979), em que se destaca a importância da linguagem verbal, das mímicas faciais e das mãos. Existe, segundo a etologia, um enorme e complexo sistema de signos, resultantes de uma evolução adaptativa, largamente aberto à aprendizagem e divisível em sub-sistemas, onde salientamos a comunicação não verbal.

A Etologia clarifica os sistemas de sinais de comunicação, de prepotência e subordinação, de sedução, ameaça, conformismo, ajuda recíproca, etc, **em que a face aparece como texto privilegiado**, no âmbito das suas investigações, com o propósito de contextualizar nesses sistemas.

Na senda das suas investigações, denotamos que os **factores biológicos, sócio-culturais e individuais, constituem três instâncias sobreponíveis na sua influência**, da origem de cada um dos grupos de para-linguísticos, podendo admitir-se que :

- a) os emblemas (signos mimico-gestuais simbólicos, são voluntários e dependentes da cultura;
- b) as expressões emocionais são de origem filogenética, podendo sofrer transformações sob a influência da cultura;**
- c) os sinais conversacionais(mímica que acompanha a linguagem verbal), são apreendidos no âmbito do grupo, mas produzem-se quase independentemente da vontade;
- d) as manipulações corporais, são de natureza biológica, mas influenciadas culturalmente e mais ou menos dependentes da vontade.

Analisando os dados etológicos, encontramos desde logo os estudos sobre as mímicas visuais nos macacos (Miller, Banks e Ogawa, 1963).

Sem ir ao ponto de adoptar a nomenclatura de Klohts(1935), talvez demasiado antropomórfica, em que distinguia nos símios o riso, o sorriso, a cólera, a raiva, a surpresa, o desgosto, o terror, entre outros, há que reconhecer que algumas destas expressões são incontestáveis. O olhar, por exemplo, é extremamente importante nos Primatas. Quando atentos, como durante a ameaça e a aproximação sexual, têm os olhos totalmente abertos. Poderia dizer-se que quanto mais o animal está confiante em si mesmo mais os olhos se abrem. Os símios evitam o mais possível olhar de frente e quando um homem os fixa baixam a cabeça, mostrando os dentes.

A expressão emocional é inata em antropóides e macacos, que têm cerca de 13 expressões faciais (Argyle, 1976). **Parece provável que as expressões emocionais foram seleccionadas como um meio de comunicação, em parte como uma forma altamente adaptativa.**

O canal visuo-facial, segundo a expressão de Vine, tem ao longo da evolução assumido um **papel determinante**, daí ser objecto de numerosas investigações (Gregory, 1929; Bolwig, 1959; Andrew, 1963; Van Hooff, 1967; Vine, 1970; Chevalier-Skolnikoff, 1973).

Deve-se este resultado á **convergência de quatro processos que aumentaram a pressão selectiva:**

- O primeiro está relacionado com modificações em animais mais complexos, como os Répteis, em que o papel da musculatura facial é triplo: abrir e fechar da boca, dos olhos e do orifício nasal e a pele da cabeça tornou-se imóvel. Estas características permitiram uma ritualização destinada a fixar atitudes de ameaça.
- O segundo processo está ligado à aparição da homotermia, em que se constitui uma camada isolante da pele, flexível e móvel sobre as camadas subjacentes. Ajusta-se nos pêlos e nas plumas que se vão combinar aos movimentos faciais.

- O terceiro processo desenvolve-se nos Mamíferos, onde a mastigação da comida e a sucção vêm modificar a mobilidade da face e dos lábios. Tem que se incluir também os movimentos auriculares, do nariz e do apêndice nasal.
- O quarto processo é representado pela organização do sistema visual nos Carnívoros e nos Primatas. Aqui a diminuição do orifício nasal associa-se ao encurtamento da distância entre os dois olhos. A convergência frontal da visão, permitindo a apreciação das distâncias, é a tendência que se desenvolve nos Carnívoros e nos Primatas. Esta concentração do olhar facilitará o reconhecimento e é nesta zona que se vão concentrar diversos sinais de comportamento e intenções do outro.

Assim, nos Carnívoros e nos Primatas, **a tendência é reunir na face os sinais de comunicação (Bolwig, 1959).**

Se o canal facial já se encontra nos Primeiros Vertebrados terrestres, onde o inchaço do corpo é conhecido no comportamento dos Anfíbios e dos Répteis, é sobre os Carnívoros e os Primatas que se desenvolve uma autêntica comunicação facial.

A comunicação não verbal, onde destacamos o canal visuo-facial, é o tipo de comunicação usada entre os animais. **Contudo, sinais semelhantes são usados pelo homem e a origem no processo evolutivo de alguns deles encontra-se bem demarcada.** Nos animais mostrar os dentes é sinal de agressividade e pressupõe um ataque, mas agora é utilizado quando não existem intenções de luta.

Van Hooff (1972) sugeriu que as origens do sorrir e do rir no humano estavam nos Primatas que tem um comportamento conhecido como “*bared-teeth scream face*”, usado em situações de medo e submissão, que gradualmente se incorporou no nosso sorriso. Os primatas também usam um “*Play-gnaw*”, que se tornou no riso humano.

Assim, as expressões faciais desenvolveram-se no decurso da evolução como importantes meios de comunicação nos macacos.

Izard (1975) cortou os músculos faciais de alguns macacos-bébés e das suas mães e descobriu que o par falhava no desenvolvimento de alguma relação entre eles.

A publicação da obra de **Charles Darwin** "*The expression of the emotions in Man and Animals*" (1872) é um marco na etologia, já que este autor dizia que não podemos entender a expressão emocional do homem sem entender as expressões dos animais, visando que as nossas expressões emocionais são em parte determinadas pela evolução. Contudo, o seu livro teve pouca influência, excepto a partir dos últimos 30 anos.

Diversos estudos contribuíram para o resurgimento do interesse nas expressões faciais nas últimas décadas.

Tomkins (1962,1963) providenciou estudos da face como forma de aprendermos sobre a emoção e a personalidade. Mostrou que observadores podem obter um nível de concordância ao julgar emoções, se as expressões faciais fossem cuidadosamente seleccionadas para mostrar o que ele acreditava serem os inatos afectos faciais (Tomkins e McCarter, 1964).

Ekman e Izard, influenciados por Tomkins iniciaram estudos inter-culturais de expressões faciais, demonstrando a universalidade das expressões faciais.

A evidência de uma universalidade nas expressões faciais tem sido apoiada pela aplicação de métodos e conceitos etológicos ao comportamento humano.

Os etologistas humanos forneceram o primeiro e detalhado "catálogo", descrevendo comportamentos faciais observados naturalmente (Blurton Jones, 1972; Brannigan e Humphries, 1972 ; Grant, 1969; McGrew, 1972).

Estes, influenciaram estudos de psicólogos do desenvolvimento que investigaram o vínculo, a interação mãe-filho e a própria emoção.

5 - O inconsciente

Integramos aqui as abordagens teóricas sobre o inconsciente, porque tal como a etologia procura estabelecer a identidade e uma base filogenética no comportamento humano, um colectivo, **também aquelas confirmam a existência do colectivo no inconsciente e de predisposições perceptuais herdadas, o que de certa forma vem de encontro aos dados da Etologia.**

“as imagens do inconsciente impõem ao homem uma pesada responsabilidade. A sua não-compreensão assim como a falta de responsabilidade ética privam a existência da sua totalidade e conferem a muitas vidas individuais uma característica triste e desagradável de fragmentariedade”

(Jung,1966).

Fascinado pelo inconsciente, **Jung** na grande maioria das suas obras dedica-se à descrição de conteúdos simbólicos da psique, como manifestações da comunicação humana (desde mitos, textos religiosos e místicos, ficções, poesias e especulações científicas), esboçando desta forma não só uma história hermenêutica do pensamento humano como uma teoria da dinâmica e da estrutura da psique humana.

Na sua acepção a energia psíquica é a base dinâmica da psique, é a sua força vital, ou seja, a libido. É considerada uma energia pura, sem forma e só experienciada quando está expressa numa determinada formas.

Daí que, a tarefa humana, ao longo de milénios consistiu na tentativa de lhe oferecer uma forma, reduzindo simultaneamente o seu fluido em expressões dogmáticas pessoais e interpessoais.

Jung visando libertar-se dos limites do dogmatismo pessoal e interpessoal intenta experienciar as manifestações da psique numa multitude de formas.

Para tal, torna-se necessário explicar “o papel do inconsciente”, o que Jung faz em 1919, postulando uma relação dinâmica, complementar e compensatória entre consciente e inconsciente.

Nesta linha, considera que os conteúdos psíquicos que não se encontrarem investidos de energia suficiente, tornam-se incapazes de contrariar o escudo energético da consciência e por isso mesmo subsistem inconscientes. Da mesma forma e devido ao carácter intencional da consciência, qualquer material incompatível é inibido, ficando inconsciente.

Para o autor e no contexto teórico deste trabalho torna-se fundamental explicitar que:

O inconsciente, ao contrário da consciência, processo contínuo de adaptação momentânea, é intemporal, contendo todo o material esquecido do passado do indivíduo, bem como as predisposições comportamentais e perceptuais herdadas, que são afinal a estrutura da mente.

É importante ressaltar que estas características se encontram nos esquemas mentais que utilizamos para o processo de categorização, daí dizer-se que este é inconsciente.

Mais, é na matriz criativa do inconsciente que se encontram todas aquelas fantasias não consciencializadas, mas em constante transformação no sentido duma forma energética, capaz de alcançar a intensidade necessária para acederem ao domínio da consciência.

A esta complementariedade-compensação Consciente/Inconsciente, em que Jung introduz a ideia de que **tanto os padrões comportamentais como perceptuais da estrutura do inconsciente são herdados**, o autor justifica ainda mais a sua posição, introduzindo em “Instinto e Inconsciente” (1919) a **noção de arquétipo**, como complemento à do instinto.

Assim, os instintos correspondem a predisposições comportamentais típicas da espécie e os arquétipos a predisposições perceptuais, também elas típicas da espécie.

Nesta linha, o arquétipo é o esquema do instinto, correspondendo a actualização dum padrão arquetipal a um comportamento instintual. O arquétipo é para a mente, o que o instinto

é para o corpo. Ou melhor, os arquétipos são instintos da alma, os instintos arquétipos da carne.

Noção central na obra de Jung, **o arquétipo surge como uma imago produzida através da repetição continuada de certas experiências pré-históricas e históricas humanas, enfim, um complexo universal.**

O arquétipo manifesta-se através duma imagem, isto é, um símbolo, normalmente evocativo de êxtase, desespero, alegria, medo, euforia e depressão, nunca indiferença. Tal como o afirma o próprio autor numa carta a White, *“nesta experiência sentimo-nos, com efeito, como que tocados com um poder divino”* (White, 1955), constituindo uma experiência profundamente espiritual, numinosa.

A manifestação arquetipal numa imagem nunca é uma manifestação pura, pelo contrário, é uma amálgama de diversos elementos, que não deixando de ser individual, manifesta nos seus componentes características típicas, colectivas, **sendo por conseguinte o conjunto da expressão do indivíduo, da sua história pessoal, da sua herança cultural e das predisposições herdadas.**

“O inconsciente colectivo contém, ou é, um espelho histórico do mundo. É também um mundo, mas um mundo de imagens.”

(Jung, 1963).

São imagens de grande poder que, quando experienciadas, dão a impressão de possuir a verdade eterna.

O conteúdo do inconsciente colectivo são os arquétipos. O autor em *“Ma vie: souvenir, rêves et pensées”* (1966) elucida-nos mais cabalmente quando chama **colectivo**

“porque é o contrário do inconsciente pessoal... (constituído) por conteúdos que são universais e que aparecem regularmente”. Sendo que “quanto mais profundas são as camadas do inconsciente e obscuras mais perdem a sua originalidade individual”⁸

⁸ O acentuado é nosso.

No contexto deste estudo interessa-nos realçar a existência de um colectivo no inconsciente, e é com base nas ideias de Jung que podemos afirmar a sua existência.

Jung, tendo como base os arquétipos, tentou descrever o processo de individuação e de auto-descoberta no ser humano. As suas ideias neste contexto, procuraram traduzir o próprio desenvolvimento da sociedade, da própria cultura e da própria civilização humana.

Estes factos explicados pelo arquetipal Junguiano, dada a sua **raiz congénita e qualidade colectiva**, estão também presentes na teoria de um outro psicanalista, **Bion**, com a apresentação do conceito da “**pré-concepção que pressupõe traços filogenéticos e ontogenéticos e uma “função psicanalítica da personalidade”**”.

Este autor, envolvido na explicação do processo de conhecimento e construção do mundo psíquico, tem afinidades conceptuais com Jung. Esquematizemos :

- No processo de conhecimento encontramos em **Bion** a “função psicanalítica da personalidade” e em **Jung** a “função transcendente” ;
- Na base deste processo encontram-se em **Bion** “pré-concepções/expectativas inatas”, por conseguinte traços filogenéticos e em **Jung** “predisposições perceptuais típicas da espécie” .
- Tanto **Bion** como **Jung** pressupõem na base do desenvolvimento do indivíduo, da sociedade, da cultura e da civilização humana uma **raiz congénita e qualidade colectiva**.

Aliás a própria noção de arquétipo de Jung é inferida do facto de que em diferentes indivíduos, através da história e em diversas culturas, similitudes nas fantasias são evidentes.

Assim, relacionando as suas ideias com as “pré-concepções” Bionianas, podemos dizer que existe no processo de conhecimento, onde está implicado o inconsciente, um esboço duma continuidade histórica, ou melhor, histórico-cultural.

Se esta continuidade é um esboço de facto confirmado ou mesmo uma mera probabilidade, a discussão não é tão relevante assim, já que mesmo que fosse probabilidade, “(...) as probabilidades já não exprimem o grau da nossa ignorância, exprimem sim a própria estrutura do universo(...)”(Prigogine,1988, cit in Sá, 1990).

Também para Freud existe um inconsciente filogenético.

“E, no entanto, uma atenção pluridisciplinar a propósito da noção de inconsciente condensaria, em Freud, quatro níveis interactivos diferentes de realidades à margem da da consciência.”

(Sá, 1997).

Analisado por Sá (1997) a noção de inconsciente para **Freud** teriam quatro níveis:

- “Um inconsciente filogenético”;
- “O inconsciente da vida emocional e das pulsões”;
- “ O inconsciente do recalçamento”;
- e o “inconsciente dos sonhos”.

Em suma, nestes três autores sucintamente abordados, **encontramos conceptualizações semelhantes a propósito da noção do inconsciente, daquilo que neste possa existir de colectivo e filogenético.**

Ora, isto constitui uma realidade teórica que não podíamos deixar de enfatizar quando estudamos qualquer processo, como seja a **categorização, que constitui também uma realidade implícita, ingénua e essencialmente inconsciente.**

Resumindo, ao abordarmos a perspectiva etológica, integrando conceitos principais de etologia, conceitos essenciais em comunicação, o próprio comportamento agressivo, o canal

visuo-facial (segundo expressão de Hinde) e seguidamente o inconsciente colectivo e filogenético, estabelecemos um modelo de compreensão acerca dos comportamentos expressivos e das características faciais.

Procuramos compreender e identificar, como o etólogo procura a identidade.

Os conceitos principais em Etologia, permitem-nos aceitar uma base filogenética do comportamento humano, incluindo o comportamento agressivo e as mímicas expressivas.

Até porque a diversidade cultural é um facto, mas é necessário reflectir sobre um grau de uniformidade e invariância.

Assim, a Etologia é a Ciência que nos leva a compreender e aceitar um conjunto de comportamentos expressivos universais e inatos.

Mas, é também com esta Ciência que nos indagamos até que ponto, já que a programação filogenética para aprender é um facto, a aprendizagem pode ser viável, adaptativa e socialmente desejável ? Até porque os comportamentos anti-sociais existem e nenhum exemplo melhor do que o crime ou o comportamento agressivo que conduz a este, para o comprovarem.

Mais, em que medida os processos históricos e ideológicos podem ficar limitados pela universalidade do comportamento social ? Porque a universalidade existe.

È a própria Etologia que nos permite responder a estas questões, quando considera que é nas interacções complexas entre as informações da filogénese e do processo de ontogénese que podemos compreender a identidade e diversidade dos comportamentos do Ser Humano, porque é através delas que o homem se define e individualiza, integrando um vasto leque de possibilidades e direcções.

Resumindo os conceitos em comunicação, integrados numa perspectiva etológica, podemos desde logo enquadrar a própria comunicação como **modelo de unificação evolutiva acentuado pelos estudos etológicos**.

Acentuando a **pragmática comunicacional** no vasto leque de conceitos, **podemos dizer que todo o comportamento é comunicação e toda a comunicação afecta o comportamento**.

Concluimos que há um conjunto de conceitos com bastante significado para o âmbito deste trabalho. Vejamos:

- **Como é impossível não comunicar é impossível o individuo não se comportar;**
- **Qualquer comportamento, numa base interaccional, tem um valor de mensagem;**
- **Qualquer comportamento, particularmente, expressão facial, influencia outros que reagem a estes porque é impossível não comunicar;**
- **As expressões faciais e o comportamento agressivo são comunicações;**
- **Qualquer comunicação implica um compromisso;**
- **Em comunicação, não só se transmite uma informação, como se impõe um comportamento;**
- **A metacomunicação pode ser feita através duma expressão facial;**
- **Os aspectos comportamentais e relacionais podem ser transmitidos por expressões não-verbais e mais especificamente por expressões faciais;**
- **Existe uma pontuação comunicacional que organiza os eventos comportamentais em padrões de interacção;**
- **Partilhamos muitos desses padrões comunicacionais que ligam a esquemas mentais ou teorias implícitas da personalidade;**
- **A construção e transmissão de alguns padrões comunicacionais tem uma base filogenética;**
- **A comunicação analógica é toda a comunicação não-verbal, incluindo as expressões faciais;**

- **A comunicação não verbal (onde destacamos as expressões faciais) permite-nos contextualizar uma mensagem e decidir em que categoria a devemos incluir;**
- **Num sistema reflexivo, os sistemas de relações entre os indivíduos contém uma tendência para a mudança.**

Tendo presente estes conceitos principais, etológicos e comunicacionais, relacionados e relacionáveis entre si, chegamos a uma directriz principal, outro pressuposto teórico deste trabalho:

O homem possui um núcleo de comportamentos expressivos universais e inatos, integrando-os nos seus aspectos biológicos e físicos, nos seus aspectos individuais e culturais e em última análise nos seus aspectos comunicacionais.

Quanto ao estudo do comportamento agressivo, numa perspectiva etológica podemos dizer que este teve desde sempre uma função essencialmente adaptativa.

No processo de hominização desenvolveu-se um sistema agonístico, isto é, um conjunto de disposições específicas que constituem um sistema de comunicação orientado para a regulação de comportamentos hostis, prevenindo desta forma a violência.

Daí que a agressão per si, constitui uma desorganização deste complexo sistema agonístico.

Podemos concluir, que no decurso do processo de hominização e devido a pressões selectivas houve uma fixação de determinados comportamentos agressivos mas também um desenvolvimento de um sistema agonístico regulador.

Da “agressão táctica” passa-se para a “agressão estratégica”, desenvolvendo-se novas formas de violência que têm o acompanhado o Homem no decurso da sua História. Destaca-se ainda novas formas de violência que fazem apelo ao *imaginário* e ao *simbólico*, de uma forma calculista e fria.

Em conclusão e a propósito das causas e manifestações do comportamento agressivo, podemos afirmar com J.F. Scott (1976) que no homem convergem tanto factores biológicos como culturais e individuais constituindo três níveis sobrepostos e integrados.

Daí decorrendo que há que contrabalançar os desequilíbrios biológicos com os equilíbrios sociais.

Temos ainda de acentuar que o complexo cérebro humano parece susceptível de reproduzir, sob influência genética, lesional ou ambiental tendências e comportamentos desenvolvidos no passado da espécie, entre os quais o comportamento agressivo.

A humanidade tem um passado biológico que não deve esquecer.

Ressalvamos a este propósito uma afirmação de P. da Costa (1994), que contextualiza o comportamento agressivo :⁹

“A explicação do comportamento humano assenta indispensavelmente nas alterações metabólicas, nas variáveis biológicas, algumas delas herdadas, outras adquiridas”

Concluimos também, que o comportamento agressivo, como comportamento desejável ou não, independentemente dos factores que estiveram na sua origem, para além de Ter uma função adaptativa tem também um papel de comunicação. Todo o comportamento é comunicação e toda a comunicação afecta o comportamento. No geral, a par duma função adaptativa esteve sempre presente um papel comunicacional.

Resumindo o que foi dito a propósito do canal visuo-facial concluimos que a Etologia clarifica os sistemas de sinais de comunicação, onde a face aparece como texto privilegiado.

⁹ Convém aqui explicitar que este autor referencia igualmente que os aspectos culturais influenciam igualmente os comportamentos, tal como a Etologia denotou três níveis sobrepostos e integrados como sejam o biológico, o cultural e o individual.

Conclui-se ainda que as expressões faciais e emocionais são de origem filogenética, podendo sofrer transformações sob a influência da cultura, tendo sido seleccionadas como meio de comunicação e, em parte, como forma altamente adaptativa.

O canal visuo-facial, segundo expressão de Vine (1970) sofre transformações estruturais progressivas nos animais, devido a processos determinados por pressões selectivas que levam a afirmar que a tendência é reunir na face os sinais de comunicação.

Esta evolução selectiva tem a sua continuidade no Ser Humano, que apresenta sinais de comunicação que têm claramente uma origem no processo evolutivo, como o sorrir, por exemplo.

Perante estes factos o interesse pelo estudo das expressões faciais e emocionais aumentou, passando pelo já citado Charles Darwin nos primórdios da Etologia, até a autores contemporâneos como Thomkins (1962,1963), Ekman e Izard(1978), entre outros.

Concluindo, a evidência de uma universalidade nas expressões faciais tem sido apoiada pela aplicação de conceitos e métodos da Etologia.

Chegamos assim, a outro pressuposto teórico:

A face é um sistema com bases etológicas e funções de comunicação, edificado e desenvolvido através da filogénese e da ontogénese, de factores biológicos, de experiências emocionais, vinculativas e relacionais.

Este sistema é capaz de transmitir e veicular um conjunto de expressões emocionais, ligadas a comportamentos.

Resumindo o que dissemos acerca do inconsciente, podemos concluir que as abordagens teóricas acerca do mesmo postulam o seu carácter colectivo e predisposições perceptuais herdadas, o que se enquadra também na abordagem etológica.

Em três autores citados (Jung, Bion e Freud) encontramos opiniões semelhantes acerca da existência dum inconsciente colectivo.

No contexto das abordagens teóricas a que fizemos referência podemos considerar com **Jung o inconsciente** como:

- **intemporal, contendo todo o material esquecido do passado do individuo, bem como as predisposições comportamentais e perceptuais herdadas, que são afinal a estrutura da mente;**
- **é na matriz criativa do inconsciente que se encontram todas aquelas fantasias ainda não consciencializadas;**
- **tanto os padrões comportamentais como perceptuais que constituem a estrutura do inconsciente são herdados;**
- **os instintos correspondem a predisposições comportamentais típicas da espécie e os arquétipos correspondem a predisposições perceptuais também típicas da espécie;**
- **o arquétipo é uma imago produzida através duma repetição continuada de certas experiências pré-históricas e históricas humanas, enfim, um complexo universal;**
- **A manifestação arquetipal numa imagem é o conjunto da expressão do individuo, da sua história pessoal, da sua herança cultural bem como das predisposições herdadas;**
- **o inconsciente colectivo é o espelho histórico do mundo e um mundo de imagens;**
- **o inconsciente colectivo é constituído por conteúdos que são universais e que aparecem regularmente.**

Tanto para **Jung**, como para **Bion** o desenvolvimento do indivíduo, da sociedade, da civilização e da própria humanidade tem uma **raiz congénita e qualidade colectiva**.

Assim, **Bion** fala-nos da “**função psicanalítica da personalidade**” e **Jung** fala-nos da “**função transcendente**”. Em **Bion** encontramos a noção de “**pré-concepções/expectativas inatas, por conseguinte traços filogenéticos**”, em **Jung** encontramos “**predisposições perceptuais típicas da espécie**”.

Concluindo, podemos dizer que para os autores citados existe no processo de conhecimento, onde está implicado o inconsciente, um esboço duma continuidade histórica, ou melhor, histórico-cultural.

Podemos ainda dizer que as características atribuídas ao inconsciente que constituem a estrutura da mente estão também presentes nos esquemas mentais que utilizamos para o processo de categorização, até porque este é inconsciente.

Esta é uma realidade teórica que não podemos deixar de acentuar quando categorizamos, porque categorizar é uma realidade implícita, ingénua e inconsciente.

Tendo agora em conta a integração da informação teórica sobre o inconsciente com os conceitos etológicos, com os conceitos em comunicação, com o comportamento agressivo, com os dados sobre o canal visuo-facial, podemos completar os nossos pressupostos teóricos decorridos deste capítulo sobre a perspectiva etológica.

Assim temos :

- **O Homem possui um núcleo de comportamentos expressivos universais e inatos, integrando-os nos seus aspectos biológicos, físicos e inconscientes, nos seus aspectos individuais e culturais e em última análise nos seus aspectos comunicacionais.**

- **A face é um sistema de comunicação com bases etológicas, edificado e desenvolvido através da filogénese e da ontogénese, através de factores biológicos, inconscientes, de experiências emocionais, vinculativas e relacionais.**

“O físico é encontrado em muitos estudos relacionados com a criminalidade...”

Eysenck

IV - TEORIAS CONSTITUCIONAIS DO CRIME

Para além dos pressupostos teóricos referenciados a propósito dos comportamentos e da face, introduzimos este capítulo sobre as teorias constitucionais do crime porque assumimos outro pressuposto decorrente dos anteriores, ou seja:

A face é também um sistema de características físicas e estruturais.

Assim sendo, e como procuramos as correlações que possam existir entre esta e possíveis atribuições de crime, é essencial que destaquemos alguns estudos que tentaram comprovar que as características físicas estariam relacionadas com comportamentos criminais.

1 - A Teoria de Lombroso

O Termo “Constitucional” tem sido definido de diversas formas, contudo realçamos aqui a definição em *Dictionary of Behavioral Science* (Wolman, 1973), ou seja : “ A hereditariedade total e características apreendidas que determinam o indivíduo”.

Em relação à criminalidade, o termo refere-se maioritariamente às características físicas determinantes do comportamento.

A teoria constitucional do crime tem origens remotas, mas mais recentemente ressalva-se a teoria de Cesar Lombroso (1876,1917), que definiu um tipo especial de criminoso, *Homo delinquens (il reo nato)*, que comparava ao homem primitivo e que considerou como o protótipo do criminoso nato. Esta teoria merecerá a nossa atenção, por que marco importante nas explicações antropológicas e constitucionais do comportamento criminal.

Lombroso, médico militar e professor de medicina legal elaborou o que se denominou a teoria do “tipo criminal”, chamada posteriormente teoria do “criminoso nato”.

Este autor teve as suas influências, nomeadamente no “ Tratado de Fisiognomia” de Della Porta, publicado em 1640.

A teoria de Lombroso parte de três fontes distintas. Em primeiro lugar dos estudos de antropologia que tenderam a procurar relações entre a delinquência e certos traços anatómicos e fisiológicos (Della-Porta (1640), Lavater (1776), Gall (1759-1828), Voisin (1837), Lauvergne (1841)). Em segundo lugar dos trabalhos de psiquiatria dos fins do séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX, em que se destacam Pinel, Cabanis, Esquirol e Georget. Em terceiro lugar, das concepções que acentuavam a hereditariedade e o atavismo na delinquência (Prosper Lucas (1805-1885), Morel (1857)).

É neste contexto que nasce a teoria do homem criminal de Lombroso, da qual é obra fundamental “O homem delinquente”, em 1876.

A ideia fundamental surgiu-lhe pela descoberta accidental, no crânio de um homem violento, de toda uma série de anomalias análogas às encontradas nos vertebrados inferiores.

Nessa linha, considera este autor que existiria um *tipo criminal* em que os traços característicos seriam bem definidos e que se explicariam por causas antropológicas.

Na origem destes traços descritos por Lombroso estavam estigmas anatómicos, fisiológicos e funcionais.

Descreve assim o homem com tendência para a violência como caracterizado por um alongamento das orelhas, esmagamento do crânio, os olhos oblíquos e muito aproximados, o nariz arrebitado e o alongamento excessivo do queixo. O homicida com o estreitamento do crânio, o alongamento dos maxilares , etc.

De seguida, o autor atribui traços psicológicos ao seu tipo criminal.

O traço essencial era a insensibilidade psíquica que levava à atrofia dos sentimentos morais de compaixão e piedade, assim como à ausência de escrúpulos e remorsos que faziam do delinquente um “louco moral”.

A par deste traço fundamental podem-se descrever outras características psicológicas importantes, tais como: violência, imprevidência, vaidade, sensualidade, religiosidade artificial que comprovariam a existência de uma “lesão ética”, perfeitamente compatível com diversos graus de inteligência.

Ulteriormente, Lombroso ajustou à sua teoria traços sociológicos, que permitiam descrever as suas formas de existência e acumular observações sobre o calão dos criminosos e a sua produção literária e artística.

Para explicar a formação deste tipo criminal, Lombroso foi influenciado pela teoria da evolução de Darwin, invocando uma anomalia de formação, em virtude da qual o criminoso se comportava como nas origens da humanidade, em que os actos considerados actualmente como criminosos eram ditos normais.

No fim da sua vida, este autor recorreu a outro tipo de explicação: a anomalia patológica. A ideia adveio-lhe do exame do soldado Misdea onde os caracteres atavísticos pareciam confundir-se com os da epilepsia.

Assim, avançou com a ideia que a delinquência seria uma variedade da epilepsia, “uma eptiloidia”, na qual as grandes convulsões características da epilepsia patológica encontravam-se substituídas por impulsos violentos e irresistíveis a cometer uma infracção.

Esta teoria tem um grande interesse histórico, dado que rompe com a concepção clássica do homem criminoso e introduz o método positivo e experimental no estudo do crime.

A sua obra assenta sobre longas e pacientes pesquisas. Com efeito, Lombroso durante a sua vida examinou 383 crâneos de criminosos e 5907 delinquentes vivos. Completou as suas

investigações com soldados e estudantes. Pode-se então dizer que foi este autor que fundou a criminologia científica.

Igualmente, a teoria de Lombroso tem o grande mérito de ter tentado explicar coerentemente o fenómeno criminal ligando-o à personalidade do criminoso.

Contudo, esta tentativa não abrange a delinquência no seu conjunto, tendo sido o tipo criminal representado por 60% dos delinquentes. Também não é exacto que o criminoso apresente todos os traços característicos descritos por Lombroso. Este autor, foi acusado de ter negligenciado todos os factores sociológicos.

Á parte de todos os aspectos positivos e negativos da Teoria de Lombroso, resta acentuar o seu trabalho pioneiro no que concerne em correlacionar características físicas com personalidade e com tipos de crime.

2- A Frenologia

Abordamos aqui a frenologia porque teve bastante influência no pensamento do séc. XIX.

Realçamos a obra de F.J.Gall e o desenvolvimento da frenologia, em particular na Inglaterra e nos Estados Unidos, que orientaram diversos trabalhos anatómicos.

A Frenologia influenciou o pensamento filosófico, como o comprova os comentários de Hegel, Maine de Biran e Auguste Comte, assim como teve consequências no campo da criminologia, dando início a debates sobre o direito penal.

A frenologia constitui-se como o protótipo duma pertinência biológica interveniente na prática judiciária.

F.J. Gall (1758-1828), foi um grande anatomista cerebral e um dos primeiros a demonstrar, pelo estudo sistemático da anatomia comparada dos mamíferos e da sua

embriologia, que o cortex constituia o mais alto nível funcional, recebendo aferências, enviando eferências e controlando o tronco cerebral e a medula espinal.

Na sua obra “Anatomia e fisiologia do sistema nervoso em geral e do cerebro em particular”(1810-1819), este autor retoma o problema das localizações cerebrais, afirmando a existência de vinte e sete inclinações, onde clama a possibilidade de vinte e sete territórios distintos, repartidos simetricamente em cada um dos hemisférios. As localizações são exclusivamente cerebrais e não dizem respeito a funções gerais como a memória e a atenção ou o julgamento, mas sim a faculdades inatas, que como inclinações controlam a conduta do homem e de alguns mamíferos que a ele se assemelham.

F.J. Gall propõe desta forma uma organização geral do cortex do homem, elaborada a partir dos seus estudos e pelo que conhecia dos animais, que ele concebe como a história natural do homem, tal como foi vista por Buffon. Assim, a conduta humana explica-se, pelo menos em grande parte, pelo desenvolvimento ou redução de cada um dos vinte e sete territórios corticais, onde, um por um, constituem a condição material da possibilidade da realização efectiva de cada inclinação na conduta humana.

F.J. Gall, ansiando por aplicações efectivas das suas teorias e seguindo uma opinião corrente na área da embriologia, propõe que os ossos da caixa craniana modelam-se segundo o cortex subjacente, de forma a que as saliências e reentrâncias do crâneo do adulto, palpáveis directamente sobre o couro cabeludo, permitiriam conhecer objectivamente, por intermédio dos ossos, as partes do cortex que estariam desenvolvidas e as que não estariam. Nasceu daqui o neologismo *Cranioscopia*, ou seja, apalpar o crâneo de alguém era pôr em evidência os altos e depressões ossais, paralelamente às expansões e regressões corticais, testemunhando as inclinações existentes organizadoras do seu comportamento.

Segundo este autor existe uma continuidade entre formas comportamentais, inerentes a diversas espécies de mamíferos, sem que seja necessário introduzir um corte quando se passa dos costumes dos chimpanzés ou dos orangotangos aos hábitos da espécie humana.

É aqui que F.J.Gall demonstra ser tipicamente um homem do Século das Luzes, herdeiro dos Enciclopedistas, de Voltaire e de Buffon. O conhecimento do homem e de todas as suas formas de se comportar em sociedade dispõem-se continuamente, em relação, por um lado,

com a estrutura do seu organismo e por outro com as espécies animais vizinhas, tanto que no séc. XVIII se indagava se os grandes macacos de Java e de Bornéu não seriam uma espécie que se poderia apelidar de *homo sylvestris*, já que as crianças selvagens se enquadravam no que se qualificava de *homo ferus* (Tinland, 1968).

Este autor tem o seu mérito dado ter visado um aspecto pragmático que ansiava poder fornecer indicações úteis ao bom curso da justiça. O homem tinha as suas inclinações que orientavam o seu comportamento e que a cranioscopia permitia detectar com exactidão, contudo estas inclinações não faziam mais que tendenciar a conduta, sem a determinar totalmente, tornando-a provável mas não necessária. O sujeito era livre de resistir às suas inclinações ou de lhes ceder e

“ é esta liberdade que garante a legitimidade da responsabilidade penal: as inclinações existem, as saliências do crâneo comprovam-no, mas deixam o sujeito perfeitamente livre de as seguir ou contrariar e sobre o uso desta liberdade que o homem pode ser perseguido ou condenado”

(G.Lanteri-Laura)¹⁰

Assim, neste contexto a frenologia não seria um fatalismo e essencialmente não seria um obstáculo à prática penal.

F.J. Gall pensa que a alienação mental suprime esta liberdade de resistir às inclinações e exclui a possibilidade de termos o alienado como responsável. Contudo, à parte deste caso de alienação mental o autor considera que a frenologia não leva à substituição da liberdade pelo determinismo, daí que não ponha em causa a legitimidade da justiça penal.

Segundo F.J. Gall a cranioscopia pode contribuir para um bom funcionamento da justiça e mais particularmente na aplicação da pena.

Neste contexto, é interessante relatar que já no âmbito da fisionomia estava presente este objectivo judicial. Assim, Broussais no seu “Curso de Frenologia” (1836) conta uma história do Marquês Mascardi, secretário de estado da justiça no reino de Naples que, encarregado entre 1778 e 1782 de organizar a aplicação do direito de graça, procedeu da

¹⁰ in Revista Análise Psicológica(1993),1 (XI): 5-10

seguinte forma: fez vir o condenado ao seu escritório, estudou a sua face e o seu crânio e segundo o que o exame lhe revelou, a existência de uma disposição para o assassinio, ele mantinha a pena capital ou a suprimia.

Na senda destes trabalhos, a frenologia obriga-nos a considerar os efeitos dum conhecimento preditivo dos comportamentos e a dar lugar à cranioscopia.

Segundo Lanteri-Laura (1993) a aplicação verdadeira e completa da ciência seria a prevenção, assim como alguns discipulos de F.J.Gall, mais optimistas e menos reservados do que ele, sonharam em substituir a prevenção à prática penal, universalizando a cranioscopia e rastreando todos aqueles que apresentassem as inclinações para a violência e comportamentos anti-sociais, antes destes cometerem as infracções.

No conjunto de ideias desta ciência, fica sem dúvida a existência dum contributo que relaciona as características físicas com a personalidade e com o crime, independentemente da veracidade das suas afirmações ou não.

3. A Teoria de Kretschmer - Sheldon

A teoria de Kretschmer-Sheldon, denominada a teoria dos três tipos, remonta ao escritor Francês Rostan (1828), que postulou : o tipo *digestivo* (baixo, gordo), que Kretschmer chamou *picnico*; o tipo *cerebral-respiratório* (alto, magro), que Kretschmer chamou *asténico ou leptossómico*; ainda um tipo intermediário (musculoso), que Kretschmer chamou *atlético*. A estes Kretschmer acrescentou outro tipo, *displástico*, que denota a incompatível mistura dos diferentes tipos em diferentes partes do corpo.

Kretschmer relacionou estes tipos com doenças mentais, destacando-se a correlação entre a esquizofrenia e o tipo leptossómico e entre a mania-depressão e o tipo picnico.

Esta linha de orientação foi estritamente seguida por Sheldon e Stevens (1940), que também incorporou diversas ideias de outros autores, tais como Bessonnet-Favre (1910), Bauer

(1923) e Castellino (1927), que tentaram relacionar os diferentes tipos com a embriogênese, por exemplo. a ectoderme, a endoderme e a mesoderme.

Segundo a explicação destes autores (Sheldon e Stevens, 1940). os biótipos resultariam dum super desenvolvimento de cada um destes componentes.

Assim. corresponderia ao tipo pícnico a endoderme, ao tipo atlético a mesoderme e ao tipo leptossómico a ectoderme.

Teríamos então o tipo endomórfico, o mesomórfico e o ectomórfico.

A nova contribuição que Sheldon deu neste campo foi a antropometria, ou seja, fazendo uso da técnica fotográfica em que cada sujeito era identicamente fotografado em três diferentes ângulos, estabeleceu fotografias estandardizadas que serviam de referência a todas as outras medidas.

Voltando-nos para outro angulo, ou seja, a correlação entre o aspecto fisico e a personalidade, deparamo-nos com trabalhos de Sheldon e Stevens (1942).

Sheldon começou por recolher uma lista de 650 traços de temperamento, em que a maioria destes estavam supostamente correlacionados com a introversão e a extroversão. Após várias revisões com entrevistas analíticas a 30 estudantes, o número de traços foi reduzido para 22, estando estes correlacionados com três características : *a viscerotonia*, *a somatotonia* e *a cerebrotonia*, respectivamente ligados a uma predominância funcional das visceras digestivas, a uma predominância funcional e anatómica das estruturas somáticas, e a uma prepotência dos centros mais altos do sistema nervoso.

Neste âmbito, Sheldon estabeleceu um Sistema Descritivo da personalidade que era uma escala de Temperamento.

A titulo de exemplo, destacamos algumas características ligadas ao sistema descrito. Vejamos: à viscerotonia correspondia o relaxamento, a sociofilia, a tolerância, necessidade de aprovação e afecto, entre outras; à somatotonia correspondia a necessidade de exercicio e

divertimento, coragem para combate, agressividade competitiva, etc; à cerebrotonia corresponderia restrições de movimento, necessidade de privacidade, sociofobia, entre outras.

Apesar das críticas e mais recentemente Sheldon, Hartl e McDermott (1949), com a ajuda de Wittman, estenderam este trabalho a estados de doença mental. Com o sufixo *penia* (que significa ausência), estabeleceram: a cerebropenia, que significa a ausência de cerebrotonia; a visceropenia, ausência de viscerotonia; a somatopenia que traduz a ausência da somatotonia. Correspondendo a estas três *penias* temos três síndromas neuróticos e psicóticos. Cerebropenia num nível neurótico leva à histeria e num nível psicótico à psicose maniaco-depressiva. A visceropenia no nível neurótico leva à psicastenia e no nível psicótico à esquizofrenia paranóide. A somatopenia num nível neurótico leva à neurastenia e num nível psicótico esquizofrenia hebefrénica.

Interessa neste contexto ressaltar que os resultados de Sheldon, assim como dos seus seguidores, acordam em diversos pontos. No entanto, há que acentuar igualmente que os estudos de Sheldon tinham fraquezas metodológicas e estatísticas, que tornam difíceis a sua aceitação, particularmente no que diz respeito à tão estreita correlação entre o somatotipo e o temperamento. **Provavelmente contém veracidade, mas deveriam ser submetidos a uma investigação científica adequada.**

Na senda destes trabalhos, existem diversos estudos, melhor organizados, tais como os de Eysenck (1970) e Rees (1973), que demonstraram que existe uma correlação entre a extroversão e um corpo bem constituído, oposta à introversão e um corpo magro.

Assim, segundo Eysenck, a endomorfia estaria relacionada com a sociabilidade e a mesomorfia com a actividade e assertividade, que seriam aspectos da extroversão.

Para além destes estudos, que pioneiramente estabeleceram correlações entre a personalidade e o aspecto físico, destacam-se, mais especificamente no contexto judicial, aqueles que correlacionaram o aspecto físico e a criminalidade.

Hooton (1939), desenvolveu um trabalho bastante específico nesta área, estudando ladrões, homicidas, violadores, entre outros, concluiu que a principal causa do crime era uma

inferioridade biológica. Definiu essa inferioridade através do peso do corpo, da estatura pequena, ombros pequenos e tamanho da cabeça. Hooton encontrou o peso facial significativamente pequeno, o nariz pequeno, as orelhas curtas, nas suas observações morfológicas

Pretendeu este autor demonstrar a ocorrência de antropológicos tipos anormais de corpo, relacionados com os diferentes tipos de crime. Foi, no entanto, bastante criticado devido aos grupos de controle que utilizava que eram demasiado pequenos.

Os seus estudos não foram muito seguidos, contudo os de Kretschmer deram origem a diversas investigações, particularmente na Alemanha e que foram sumarizadas por Exner (1939). Nos 565 criminosos investigados, metade eram atléticos e havia uma severa deficiência dos pícnicos.

Alguns autores mantêm esta ideia de que o tipo atlético está particularmente presente nos criminosos acusados de roubo, de violência e de homicídio.

Nesta linha, Bohmer (1939) encontrou no seu estudo com 100 reclusos, que todos os ladrões e assaltantes eram atléticos, onde 20 % destes tinham convicções prévias para o acto de violência, situação que não acontecia com nenhum dos pícnicos. Estes últimos, pareciam estar pouco representados entre os criminosos.

Schwab (1983) encontrou também entre os criminosos mais o tipo leptossómico e outros tipos mistos do que o pícnico.

Nesta linha de orientação, vamos também relacionar a criminalidade e os índices de Sheldon sobre a constituição corporal.

Sheldon, Hartl e MacDermott (1949), levaram a efeito um estudo com 200 jovens delinquentes que eram os tipos somáticos do seu sistema e que foram comparados com 4000 estudantes. Descobriram que a distribuição dos somatótipos da amostra diferia largamente da encontrada nos estudantes, havendo uma distinta concentração do tipo endomórfico e mesomórfico. O ectomórfico era raro.

Hartl, Monnelli e Elderken (1982) realizaram um follow-up do trabalho de Sheldon durante 30 anos, no qual caracterizaram o agora grupo adulto em termos da sua futura carreira. Descobriram então que alguns dos jovens tornaram-se criminosos, alguns tornaram-se indivíduos normais e outros continuaram a ter problemas psicossociais. A mais importante diferenciação entre os normais e os criminosos nesta amostra dizia respeito à mesomorfia- os futuros criminosos eram significativamente mais mesomórficos do que os normais. Assim, a mesomorfia é uma característica preditiva relacionada com a futura conduta.

A este propósito, é interessante notar que um rasteio psiquiátrico realizado 30 anos antes do follow-up provou também ser bastante preditivo, relacionando a “exageração afectiva”, agora chamada neuroticismo, com o grupo criminoso. Esta é uma importante confirmação da descoberta geral de que existe uma relação entre o neuroticismo e a criminalidade, que neste caso mostrou ser bastante preditiva.

Glueck e Glueck (1956) ao estudaram 500 jovens delinquentes, tendo um grupo de controle do mesmo tamanho, descobriram que 60% dos delinquentes eram mesomórficos, comparados com os 31% mesomórficos do grupo de controle. Existia assim uma menor composição ectomórfica no grupo delincente.

Epps e Parnell (1952), estudaram um grupo de 177 jovens mulheres, entre as idades de 16 e 21 anos. Medidas antropométricas foram efectuadas, em comparação com um grupo de controle de mulheres universitárias, encontrando estes autores nas mulheres delinquentes um corpo mais pesado e musculado. Noutros termos, mostraram a predominância do tipo mesomórfico e endomórfico. No temperamento, verificaram a predominância da somatotonia e viscerotonia, ou seja, alto psicoticismo e alta extroversão.

Cortes e Galtti (1972) também verificaram a predominância do tipo mesomórfico em jovens delinquentes.

Seltzer (1951) chegou à mesma conclusão com um estudo que efectivou com um grupo de 496 delinquentes.

Assim, chega a altura de indagarmos se realmente existe nestes grupos uma inferioridade física como foi sugerido por Hooton e Goring?

Se como Seltzer (1951) diz, nós definirmos a inferioridade física como uma menor estatura, uma estrutura esquelética mais frágil, mais fraca musculatura, então não há nenhuma evidência que os delinquentes são fisicamente inferiores aos não-delinquentes, existindo na realidade uma tendência para o reverso ser verdade.

Seltzer descobre que as desproporções corporais são significativamente menos evidentes nos delinquentes que nos não-delinquentes. Noutro estudo, este autor correlaciona as desproporções corporais com os traços de personalidade e encontra um maior grau de extroversão nos delinquentes e um maior grau de introversão nos não delinquentes.

No sistema proposto por Sheldon existem outras características que parecem estar ligadas à criminalidade. Assim, temos a *andromorfia* e a *ginemorfia*, ou seja a expressão das características masculinas e femininas através do corpo. Sheldon, Hartl e McDermott (1949) e Hartl *et al.*(1982), descobriram que a andromorfia era outro elemento constitucional que parecia estar mais correlacionado com a criminalidade.

Estes estudos, demonstram que existe uma associação entre o aspecto físico e a criminalidade, existindo poucas dúvidas que a mesomorfia e a andromorfia estão positivamente correlacionadas com a delinquência, assim como a ectomorfia está negativamente correlacionada.

Trata-se de outro contributo para a investigação da relação entre as características físicas, a personalidade e a criminalidade.

“Se queres conhecer o coração dos homens olha para as suas faces”

J. Lavater

V - A FACE, AS EXPRESSÕES EMOCIONAIS E AS CARACTERÍSTICAS DA PERSONALIDADE

Dos pressupostos teóricos básicos no nosso estudo, de corre um outro também importante:

A face é um sistema de expressões emocionais e de comportamentos.

Perante isto, resta-nos abordar e descrever estudos que relacionem as expressões faciais a expressões emocionais, a comportamentos e principalmente a características da personalidade, como fundamentação teórica essencial para a realização do nosso estudo.

Assim, podemos considerar este capítulo como uma introdução à nossa contribuição pessoal nesta área, ou seja, ao nosso plano de investigação.

1. Estudos sobre as expressões faciais

A Face humana tem sido alvo de diversos estudos científicos e a sua especificidade na **comunicação não-verbal** tem impressionado tanto cientistas como artistas.

Segundo a Neuropsicologia é o local onde as emoções são mais evidentes e é o principal centro da comunicação, particularmente não-verbal. Esta ciência afirma ainda que as expressões faciais têm as suas origens em padrões de contração dos músculos faciais. Estes músculos movem a pele facial e tecidos adjacentes, criando pregas, linhas e rugas e transformando as marcas faciais em diversas configurações estereotipadas que nós conhecemos como expressões faciais. Com os seus 80 músculos miméticos a face consegue mais de 7000 expressões.

Há mais de um século Charles Darwin publicou um trabalho, já referido, que se intitulava "*A expressão das emoções no homem e nos animais*" (1872), onde dizia que não podíamos compreender as expressões emocionais humanas sem perceber as expressões dos animais, acrescentando que as expressões emocionais eram em parte determinadas pela evolução.

Esta obra foi de certa forma ignorada até algumas décadas atrás. Ekman (1973) sugeriu cinco factores que explicariam a razão do trabalho de Darwin sobre as expressões ter sido ignorado durante tanto tempo: o primeiro está ligado ao facto de este ter usado termos antropomórficos, que ofenderam particularmente os estudantes do comportamento animal que estavam dispostos a dizer que os animais tinham emoções; o segundo factor foi o facto de ter usado uma variedade muito grande de dados, mais do que uma forma sistemática (no entanto há que denotar que foi exemplar no uso das diferentes fontes de dados - observações sobre crianças, animais, doentes mentais e cegos - assim como foi o primeiro a estudar expressões com observações em diferentes culturas, um método muito empregue hoje); a terceira razão foi o seu ênfase em bases inatas de algumas expressões emocionais; um quarto factor foi a adopção por parte de Darwin da Teoria de Lamarck, em que as características aprendidas podiam ser hereditárias; um quinto factor e ultimo foi o ênfase de Darwin no método dedutivo, que não teve muito impacto nos etologistas contemporâneos que estão empenhados numa abordagem indutiva.

A investigação empirica de expressões faciais foi um pouco episódica desde o trabalho de Darwin.

Assim, entre 1920 e 1940, este tema teve a atenção de psicólogos bem conhecidos, como : Allport, Boring, Goodenough, Guilford, Hunt, Klineberg, Landis, Munn, Titchner e Woodworth. Contudo, o estudo das expressões faciais foi pequeno em relação às obras destes autores. O conhecimento acumulado durante este periodo foi escasso.

Na opinião de outros autores (Bruner e Tagiuri, 1954; Hunt, 1941; Tagiuri, 1968) não existiam respostas consistentes acerca da exactidão da informação fornecida pelas expressões faciais, acerca da sua universalidade e carácter inato.

Até à década de 60, houve poucos estudos sobre a expressão facial, com a exceção dos relatórios de Schlosberg (Schlosberg, 1941, 1952, 1954), em que juízos categoriais da emoção poderiam ser ordenados em básicas dimensões.

Um número de tendências recentes contribuiu para o ressurgimento do interesse nas expressões faciais, durante as últimas décadas.

Assim, Tomkins (1962, 1963), forneceu uma teoria racional para o estudo da face como instrumento de aprendizagem sobre a emoção e a personalidade.

Neste contexto, foi aceite que a face exprime uma vasta gama de afectos e emoções e segundo a expressão de Tomkins : *“O afecto é em primeiro lugar um comportamento facial”*.

Este autor mostrou igualmente que observadores poderiam obter um elevado grau de concordância no julgamento das emoções se as expressões faciais fossem cuidadosamente escolhidas para mostrarem aquilo que nós julgamos serem os afectos faciais inatos (Tomkins e McCarter, 1964).

Influenciados por Tomkins, Ekman e Izard, iniciaram estudos sobre as expressões faciais nas diferentes culturas. **A resultante evidência da universalidade das expressões faciais, redobrou o seu interesse no âmbito da Psicologia e da Antropologia.**

Esta universalidade adveio não só da teoria de Tomkins, mas também com a aplicação de métodos e conceitos etológicos ao comportamento humano. Interessados nas bases biológicas do comportamento, os etologistas humanos trouxeram evidência de aspectos comuns no comportamento social através das culturas. Estes providenciaram autênticos catálogos de observações de comportamentos faciais (Blurton Jones, 1972; Brannigan e Humphries, 1972; Grant, 1969; McGrew, 1972).

A par destes, os psicólogos do desenvolvimento, investigando a vinculação, a interacção mãe-criança, as emoções, enveredaram também pelo estudo das expressões faciais.

O interesse pelas expressões faciais foi beneficiado pela popularidade das investigações sobre a comunicação não-verbal na década de 70. Enquanto a maioria dos estudos se centrou sobre a mão, o movimento corporal, a direcção do olhar ou a postura, alguns deles incluíram também algumas medidas faciais ou usaram uma abordagem de julgamento para chegarem à face.

Nos anos 60 e 70, a avaliação pelo baixo custo das fotografias e vídeos encorajaram diversos investigadores a medirem a capacidade para reconhecer expressões faciais (O'Sullivan e Guiford, 1975; Rosenthal, Hall, DiMatteo, Rogers, Archer, 1979). A questão sobre o tipo de informação que a face pode transmitir continua ainda a ser alvo de inúmeras pesquisas, tendo em conta a exactidão no julgamento das expressões faciais e emocionais.

Recentemente, os psicofisiologistas interessados nas emoções enveredaram também pelo estudo das expressões faciais. Davidson, Ekman, Saron, Senulis, e Friesen (1988), são exemplos de autores que utilizaram a incidência da expressão facial como orientação no exame da actividade do E.E.G. durante emoções positivas ou negativas. Ekman, Levenson e Friesen (1983), descobriram que a voluntariedade de certas expressões faciais activavam uma específica emoção na actividade do sistema nervoso autónomo.

Um outro factor responsável pelo volume crescente de pesquisas da expressão facial foi o desenvolvimento de métodos sistemáticos para analisar o comportamento facial. Ekman e Friesen (1976,1978) com o FACS (Facial Action Coding System), forneceram a primeira técnica objectiva e compreensiva para descrever o movimento facial em termos musculares. Izard (1979) desenvolveu uma abordagem para descrever a ocorrência de comportamentos faciais seleccionados que propôs como relevantes para a emoção. Foi igualmente utilizado a electrografia para medir a actividade facial (Fridlund e Cacioppo, 1986).

Ekman *et al.*(1972) reanalisaram muitas das experiências conduzidas desde 1914 até 1970.

Descobriram, contrariamente à análise de Bruner e Taguiri (1954), que os dados permaneciam como respostas consistentes e positivas às questões fundamentais acerca da

linguagem utilizada para descrever a expressão facial, acerca da influência do contexto nos julgamentos da expressão facial, da exactidão dos julgamentos e das semelhanças entre as diferentes culturas.

Outros estudos podem ser citados sobre a expressão facial, entre os quais destacamos: Charlesworth e Kreutzer (1973) com crianças; Chevalier-Skolnikoff (1973) e Redican (1975,1982) com primatas não humanos; Ekman (1973) com comparações inter-culturais; Izard (1977) com as teorias da emoção; Ekman e Oster (1979) numa revisão de estudos sobre a face desde 1969 até 1979; Fridlund, Ekman e Oster (1987), com a continuação da revisão dos estudos até 1989, incidindo também nas expressões faciais da emoção, incluindo aspectos fisiológicos e desenvolvimentais.

Em suma, neste vasto conjunto de estudos sobre a face e as suas expressões, esteve sempre patente uma correlação com expressões emocionais e comportamentais.

2. A metodologia dos Estudos

Houve **duas grandes metodologias** que se desenvolveram no estudo das expressões faciais, ou seja : a medida das acções faciais visíveis usando os **sistemas de código facial** e a medida de descargas eléctricas para contracção do tecido muscular facial (**electromiografia facial**).

Na **primeira**, medida de acções faciais visíveis **detacam-se vários estudos**.

Desde o relatório de Landis em 1924, alguns sistemas foram divididos para estruturar e analisar a observação da acção facial. Estes sistemas de medida partilham as seguintes características: 1) não são invasores; 2) oferecem uma permanente registo visual (video ou cinema) que permite diversas visões e o *playback* ,que não são possíveis com as observações no tempo real; 3) confiam num observador que mede ou analisa o comportamento de acordo com um conjunto de categorias de itens predeterminadas.

Muitos destes sistemas não são construídos como contribuições independentes, mas no decurso de estudos de outras importantes questões. Tipicamente, a base racional para o desenvolvimento destes sistemas não são argumentos teóricos nem dados empíricos (Ekman, 1982, estabeleceu uma detalhada comparação entre os 14 maiores sistemas de código facial).

Um dos problemas encontrados por todos os investigadores que tentam perceber o comportamento facial é a selecção de unidades apropriadas para a divisão das complexas e dinâmicas tendências da actividade facial. Muitos sistemas de código não tomaram isto em conta.

Como comentou Altmann (1968) :

“Que estado na nossa pesquisa pode ser mais crucial do que a escolha inicial das unidades comportamentais. Destas depende as gravações subsequentes das interacções comunicacionais e algumas conclusões que delas podemos retirar” .

Dois grandes abordagens foram utilizadas na construção dos sistemas de código facial: a do julgamento da mensagem e a medida de transmissão de sinais. Na primeira, as expressões faciais são apresentadas no seu conjunto e os julgamentos são solicitados a observadores. Por exemplo, slides de doentes psiquiátricos são apresentados a juizes que os devem classificar como deprimidos, normais ou esquizofrénicos. Esta abordagem colocou as expressões em escalas de emoção (Scholsberg, 1941, 1952, 1954) ou permitiu descrever categorias emocionais (Izard, 1971, 1972).

Na outra abordagem, ou seja, na medida da transmissão dos sinais, os slides são examinados por diferenças particulares que podem diferenciar as categorias de diagnóstico. Por exemplo, depressivos podem levantar mais as sobrancelhas do que os esquizofrénicos ou os normais e os esquizofrénicos podem mostrar mais acções faciais periorais.

As duas abordagens ao código facial têm valor em determinadas aplicações.

A escolha das unidades de comportamento no sistemas de código facial tem sido baseada na teoria (a maior parte formulações etológicas), na observação indutiva ou na anatomia facial.

No que concerne à escolha baseada na teoria, destaca-se Ekman, Friesen e Tomkins(1971) com a Técnica de Medida dos Afectos faciais (FAST - *Facial Affect Scoring Technique*), baseada em anteriores pesquisas e que especifica aquilo que eles consideram como os distintivos componentes das seis universais expressões de afecto (77 descrições da hipotizada aparência para a alegria, a tristeza, fúria, medo , surpresa, repugnância).

FAST provou ser útil nos estudos que relacionam as expressões faciais do sujeito a respostas autónomas, condições experimentais e julgamentos dos observadores. Mas não pode ser usada para determinar quais as acções mais específicas que são relevantes para a emoção ou para o estudo das modificações desenvolvimentais ou diferenças individuais na expressão da emoção.

Nada foi feito para codificar a intensidade dos comportamentos faciais e os descritores faciais aparecem em dois estados, ou há ou não há.

Izard continuou a trabalhar com os sistemas de código baseados na teoria e produziu o *Maximally Descriptive Facial Movement Coding System* (MAX; Izard,1979) e o *System for Identifying Affect Expression* pelo julgamento Holístico(AFFEX; Izard e Dougherty, 1980).

Como o FAST, o Max e AFFEX são baseados em anteriores estudos de reconhecimento de expressões faciais que estabeleceram que certas configurações de grupos de musculos faciais são universalmente correlacionados com emoções específicas. Contudo, nem o MAX nem o AFFEX fornecem uma exaustiva lista de possiveis comportamentos faciais. O MAX, por exemplo, fornece somente 27 descritores que Izard hipotizou como sendo necessários para formar julgamentos acerca das sete emoções “primárias”. nenhuns dados são fornecidos para mostrar que as as acções faciais excluidas não fazem parte da expressão emocional e a escassez dos sistemas não pode ser confirmada ou não, usando esses mesmos sistemas. Não houve qualquer alusão à intensidade da resposta e, como o FAST, ou há ou não há.

MAX e AFFEX foram inicialmente usados para codificar expressões emocionais nas crianças. Oster e Rosenstein (1983) apontaram três dificuldades inerentes no uso do MAX e AFFEX:

Primeiramente, quando medimos o comportamento facial não podemos distinguir entre padrões organizados de expressões faciais nas crianças e de configurações que coincidentemente marcam os esteriótipos faciais dos adultos. Segundo, nestes sistemas podem-se classificar as expressões infantis como enquadradas (“encaixes”) numa categoria particular do adulto, tendo como base somente o facto de poucas acções faciais ocorrerem em duas ou três áreas da face. Assim, a omissão de certas acções faciais no MAX e AFFEX, fazem a impossibilidade de verificar qual das expressões infantis (ou mesmo adultas) que estão de acordo com os critérios do código, são as mesmas que estão presentes nas standardizações adultas ou a impossibilidade de verificar qual das outras expressões infantis que não lembram os esteriótipos adultos, constituem significativos sinais comunicativos. Terceira, e talvez a mais séria, é a ausência de uma independente evidência de que as configurações especificadas no MAX e AFFEX, indicam a presença de correspondentes descritivos de estados emocionais nas crianças. Esta última objecção aplica-se igualmente no uso do MAX e AFFEX na codificação de expressões adultas.

A selecção das unidades faciais feita indutivamente apoia-se em diversos estudos derivados pela observação de comportamentos espontâneos nos bebés (Nystrom, 1974), nas crianças (Blurton Jones, 1971); Brannigan e Humphries, 1972; Grant, 1969; McGrew, 1972), nos adultos normais e doentes psiquiátricos (Grant, 1969), que foram revistos em detalhe por Ekman (1982). Os sistemas baseadas na indução têm sido úteis na generalização de etogramas ou de catálogos de comportamentos mais evidentes no repertório comunicacional. O sistema de Blurton Jones tem sido adoptado ,com algumas variações, pelos psicólogos do desenvolvimento.

Os sistemas de código facial baseados na indução não podem ser considerados como propostas gerais de sistemas de medida faciais, dado as acções faciais serem inconsistentes, ou seja, todas incluem, tanto as acções simples como os mais complexos movimentos , que não são subdivididos em componentes.

As unidades de comportamento são identificadas objectivamente muito ocasionalmente e muitas vezes acrescentam nomes com julgamentos subjectivos (por exemplo, “fúria com olhar carregado”). Estes termos só complicam as inferências acerca do comportamento facial (saber quando o olhar carregado significa fúria). Além disto, muitas unidades de comportamento são vagamente descritas, tornando impossível ao investigador saber quando codificam a mesma acção.

As descrições das acções não estão muitas vezes de acordo com a subjacente anatomia facial.

Por exemplo, BirdWhistell (1970) tentou construir um sistema de medida facial paralelo às unidades linguísticas e Grant (1969) deproveu as unidades de medida da sua “função. Assim, os sinais faciais estáticos (individuais, raciais, ou correlações entre a idade e a fisionomia), trazem dificuldades em identificar certas acções nos sistemas nos quais o comportamento facial é descrito em termos de configurações estáticas, por exemplo, “Boca alongada”.

O outro tipo de selecção de unidades diz respeito a uma selecção baseada na anatomia. Dado que cada movimento facial é o resultado de uma acção muscular, qualquer movimento facial complexo pode ser analisado em função de acções mínimas musculares que conjuntamente o produzem.

Seaford(1976) forneceu uma crítica detalhada dos perigos contidos nos sistemas derivados da teoria e da indução. Contudo, a sua descrição de variações regionais nas expressões faciais mostrou as vantagens da abordagem anatómica.

Entre as diversas investigações que tencionaram construir sistemas baseados na anatomia, destacam-se as seguintes: (Ermiane e Gregarian, 1978; Frois-Wittman, 1930; Fulcher, 1942; Landis, 1924; Ekman, 1982). O fundamental é que só os sistemas baseados na anatomia se tornam compreensíveis e daí a possibilidade de outros sistemas poderem ser avaliados em função duma standardização.

A compreensibilidade de qualquer sistema de código facial deve ser analisada em função de quatro critérios:

O primeiro é que todas as acções faciais visíveis devem ser incluídas no sistema. O segundo, é que deve estar preparado para codificar a intensidade das acções faciais, assim como é particularmente importante que possa medir os movimentos musculares tanto do lado esquerdo como do direito da face e analise a intensidade da emoção. O terceiro, é que deve permitir contar o tempo da acção facial e englobá-lo num sistema compreensivo. Neste contexto, a resposta dinâmica deve ser codificada incluindo o tempo de reacção, o tempo de duração e o tempo de deslocação. Esta dinâmica temporal já esteve implicada na discriminação entre as expressões honestas ou aparentes (Ekman e Friesen, 1982) e entre o sorriso simulado ou sincero (Ekman, Hager e Friesen, 1981). O quarto, é que as unidades de comportamento devem ser clara e operacionalmente bem definidas.

Estes critérios criaram muitos sistemas que na sua maioria só mediam emoções. Os sistemas criados por Frois-Wittman (1930), Fulcher (1942), e Landis (1924) continham limitados subníveis de acções faciais e não tinham em conta o tempo da acção. Ermiane e Gregarian (1978) forneceram um sistema que codificava todas as acções faciais visíveis, mas não codificava o tempo das acções. Estes autores distinguiram também as acções de alguns músculos sem dados de suporte em como operavam independentemente no comportamento visível.

No âmbito dos sistemas de código **realçamos o FACS** (*Facial Action Coding System*) construído por Ekman e Friesen (1976,1978). Este foi desenvolvido para preencher a necessidade da existência dum sistema compreensivo, generalizável e aplicável em qualquer contexto e não só em situações relacionadas com a emoção. Daí o nosso destaque.

Como pré-requisito, os autores supra-citados pensaram em descobrir o papel preciso de cada músculo nas expressões faciais visíveis. Para isso, recorreram ao método de Duchenne (1862) que consistia em inserir eléctrodos em cada músculo facial. A actividade do músculo suscitada pela estimulação eléctrica no eléctrodo indicava o efeito de cada músculo na aparência facial. As acções faciais encontradas por estes autores estavam em concordância

com os estudos anatómicos de Hjørstjo (1970) sobre a aparência de cada acção muscular facial.

Com o FACS, as descrições obtidas eram baseadas não só nos dados resultantes da estimulação mas também na determinação de quais combinações particulares de músculos produziam visíveis e distintas acções faciais. Músculos distintos que produziam no aspecto morfológico acções faciais idênticas eram combinados. Contudo, se um único músculo produzia duas ou mais visíveis acções faciais distintas, duas ou mais unidades de acção facial eram designadas.

Assim, Ekman e Friesen encontraram 44 unidades de acção (AU s), que poderiam , isoladas ou combinadas, estar presentes em todos os movimentos faciais visíveis. Todas as AU podiam ser medidas de acordo com uma escala de cinco níveis de intensidade e o tempo de reacção, de duração e de deslocação para cda unidade era codificado. Neste contexto, o FACS ofereceu novas vertentes de investigação.

O FACS contém igualmente hipóteses sobre as unidades de acção e a sua correlação com específicos estados emocionais. Embora nem todas as hipóteses sobre a emoção tenham sido testadas, há evidências, segundo Ekman(1982), que suportam um vasto número de predicções.

Assim, destacam-se os estudos de expressões emocionais espontâneas, em que um relato subjectivo era usado como critério de validade para predicções que assinalavam alegria, medo, angústia e aversão. Ainda os estudos que, usando atribuições da emoção por observadores, apoiaram as predicções do FACS para aquelas emoções, como também para as da surpresa e fúria.

Ekman e Friesen quiseram complementar o FACS com uma alternativa standardizada que media as relações entre a emoção e as acções faciais. O resultado foi a criação do EMFACS, que considerava só as expressões emocionais e a par destas as unidades de acção e as suas possíveis combinações que constituíssem o melhor suporte das descobertas empíricas ou teóricas dos sinais de emoção.

Assim, EMFACS é realmente uma teoria baseada no sistema de código, tendo sido encontradas altas correlações com os níveis de emoção obtidos pelo FACS e pelo EMFACS.

Para manter uma abordagem empírica, como no FACS, as acções faciais são descritas em códigos numéricos. O código é utilizado para interpretar as acções como sinais emocionais, sendo mais tarde classificadas segundo os critérios do EMFACS.

Referindo outras medidas que utilizaram a acção facial visível, destacamos a direcção do olhar fixo. Surpreendentemente, este raramente foi estudado em relação com a emoção ou expressões faciais. A dilatação da pupila foi outra medida empregue na relação com a emoção, contudo não foi associada a modificações na expressão facial. A circulação sanguínea, a temperatura da pele e mudanças de cor na face foram outras medidas, que continuam pouco exploradas.

Quanto ao outro método, que consiste na **electromiografia facial**, EMG, referido no início deste item, seguiu os trabalhos de Malmö e Shagass (1949) e foi introduzido como uma medida de expressões posadas e igualmente de humor e estados emocionais que não são necessariamente acompanhadas por uma aberta acção facial.

O uso das técnicas faciais electromiográficas não liberta os investigadores de definir unidades de medida e de escolher quais os comportamentos faciais a observar. Têm assim que decidir o que constitui a resposta electromiográfica.

A avaliação da actividade electromiográfica facial, isto é, da contracção da contracção das fibras musculares é feita através da mudança de potencial eléctrico que a acompanha. A medição é feita pela colocação de dois eléctrodos na superfície da pele, sobre um determinado grupo de músculos, e regista-se a soma da actividade eléctrica do músculo num determinado período de tempo.

O uso das técnicas electromiográficas foi feito em estudos de imagens e desordens afectivas (Brown e Schwartz, 1980 ; Teasdale e Rezin, 1978; entre outros), em expressões faciais posadas (Rusalova, Izard e Siminov, 1975; entre outros), em interacção social e empatia (Cacciopo e Petty, 1981; Vaughan e Lanzetta, 1980, 1981; entre outros).

Os músculos relevantes para a avaliação das atitudes, por exemplo, seriam os que determinam as expressões faciais de acordo com a teoria das emoções (Ekman, Izard) : co-rugador (move as sobrancelhas para cima e para baixo), zigomático (move os cantos da boca para cima e para baixo) e depressor (queixo, abre a concavidade da boca).

Schwartz e colaboradores (1976) mostraram que quando se pedia às pessoas que pensassem em acontecimentos agradáveis elas contraíam mais os músculos zigomáticos (sorriso) e menos os músculos co-rugadores (apreensão) do que quando imaginavam acontecimentos negativos.

Contudo, as medidas do comportamento facial descuraram significativamente pesquisas sobre o sorriso. Ekman (1985) distinguiu teoricamente 18 diferentes tipos de sorriso, incluindo tanto os voluntários como involuntários. Um tipo de sorriso involuntário é aquele que originariamente foi chamado de *felt happiness smile* por Ekman e Friesen (1982) e renomeado como *enjoyment smile*. Este tipo inclui todos os sorrisos que ocorrem enquanto a pessoa experiencia algo que retrata com uma emoção positiva. Estas emoções positivas podem advir de estimulações visuais, auditivas, gustativas, cinestésicas ou tácteis, de divertimento, de satisfação, de alívio da dor, da tensão e gosto por outra pessoa. Os autores propuseram que este tipo de sorrisos de satisfação diferia, tanto na sua morfologia como no tempo, dos sorrisos mais voluntários e deliberados como os sociais.

As ideias destes autores sobre a morfologia são basedas nos seus estudos sobre acções faciais voluntárias e nos trabalhos do anatomista francês Duchenne.

Consistentes com as descrições de Duchenne, Ekman, Roper e Hager (1980) descobriram que a maioria das pessoas era incapaz de contrair voluntariamente o músculo ocular orbicular.

Baseando-se nestas observações, os autores sugeriram que os elementos morfológicos comuns nos sorrisos de satisfação era a acção de dois músculos: do musculo zigomático que puxava os cantos dos lábios para cima e a porção do ocular orbicular que controlava a pele à volta dos olhos .Ekman propôs chamar aos sorrisos que incorporavam estes dois elementos *Duchenne smiles*.

Diversos estudos demonstraram que este tipo de sorriso ocorria quando as pessoas se encontravam em situações que lhes traziam satisfação.

Ekman e Friesen(1982), com os seus estudos sobre o sorriso, sugeriram que este não deve ser considerado como uma simples categoria de comportamento, mas como uma vasta área que pode ser igualmente medida por compreensivos sistemas de código.

3. A evidência da universalidade

Os teóricos que foram extremamente influenciados pela antropologia e psicologia, consideraram que a informação transmitida pelas expressões faciais era específica de cada cultura.

Neste contexto, Klineberg diz “*O que é mostrado pela face é escrito aí pela cultura*”(1940). Birdwhistell, um antropologista treinado na linguística, afirmou que as expressões faciais fazem parte daquilo a que chamou *cinética* que pode ser melhor encarado como outra linguagem, com o mesmo tipo de unidades e organização da linguagem falada.

As observações destes dois autores levantaram tanto um problema metodológico como conceptual. Em relação ao metodológico, que é devido à utilização de descrições comportamentais imprecisas. Por exemplo, o termo sorriso abrange diversas e diferentes expressões faciais. Ekman e Friesen (1976) distinguiram dúzias destas expressões de sorriso, que envolviam o uso de diferentes conjuntos de acções musculares. Basta só termos em conta o sorriso de satisfação e o sorriso social, que difere do primeiro em diversos aspectos.

Tendo tudo isto em conta, é confuso denominar todos os estados de sorriso, implicando que este é uma categoria do comportamento singular e unificada.

O problema conceptual levantado por Klineberg e BirdWistell é a sua falha em considerar a possibilidade de que as diferenças observadas na expressão facial podem ser devidas às tentativas culturais que tentam gerir as expressões universais. Trataram a expressão facial como se fosse um sistema totalmente involuntário, não sendo susceptível de ser controlado voluntariamente. Ekman e Friesen (1969) apelaram ao termo *display rules* para referir as normas que regem a quem devemos mostrar as emoções e quando. Assim, Klineberg cita a situação durante uma reunião social, fria, em que o comportamento deve ser de acordo com uma *display rule* para aparentar alegria.

A este propósito, Ekman diz que seria prejudicial chegar à conclusão de que haveria expressões emocionais universais se houver clara evidência de que quando as pessoas estão numa situação de afecto negativa, de dor, tristeza, desgosto, medo ou fúria, elas mostram uma expressão na qual os cantos dos lábios sobem. Só se poderia pensar desta forma se outras explicações fossem excluídas, ou seja: 1) o sujeito que mostra uma contenção do sorriso não acredita que os sentimentos negativos podem ser mascarados por um sorriso simulado e deliberado; 2) o sorriso não é um complemento do sujeito para assinalar a manifestação de experiências negativas; 3) o sorriso incorpora características ou feições que Ekman e Friesen descobriram ocorrer quando a satisfação é experienciada, distintas dos sorrisos simulados ou sociais. Não existe nenhuma evidência de que estas explicações possam ser afastadas.

La Barre deu o seu maior argumento contra a universalidade nove anos depois de Klineberg. Pretendeu distinguir as expressões emocionais da face dos gestos, afirmando que “*não existe uma linguagem natural dos gestos emocionais*” (La Barre, 1947). A distinção entre gestos e expressões emocionais não é fácil, mas é contudo necessária, dado que os gestos são socialmente apreendidos e variam de cultura para cultura, enquanto que existem fortes evidências de que as expressões emocionais não são.

Ekman (1979), considera que existem expressões referenciais, que se referem a emoções, mas que podem ser executadas e reconhecidas sem que a emoção esteja presente. Distinguiu

estas expressões referenciais das expressões emocionais, sendo estas últimas um sentimento do momento, fornecendo também informação dos acontecimentos antecedentes, dos consequentes, etc.

Assinala a este respeito que é necessário ter em atenção de que nem todo o movimento facial é uma expressão emocional.

A par destes estudos, apontam-se outros, empíricos, que foram efectuados especificamente para provar que as expressões faciais são culturalmente específicas. Dickey e Knower (1941) compararam os julgamentos sobre as expressões faciais feitos por estudantes Mexicanos e Americanos. Vinacke (1949) e Vinacke e Fong (1955), mostraram fotografias aos estudantes Cáucasianos, Chineses e Japoneses na Universidade de Hawaii. Triandis e Lambert (1958) mostraram fotografias dum actriz profissional a estudantes dos Estados Unidos, de Atenas e da vila de Skafera, na Grécia. Cuceloglu (1970) usou desenhos sobre a lua para representar a face, que mostrou a estudantes nos Estados Unidos, Japão e Turquia. Winkelmayer, Exline, Gottheil, e Paredes (1971) mostraram filmes silenciosos de mulheres normais e esquizofrénicas a estudantes nos Estados Unidos, na Inglaterra e no México.

Estes cinco estudos apontados foram iniciados para demonstrar que as expressões faciais são culturalmente específicas, no entanto encontraram evidências de universalidade. Quatro deles também encontraram evidências de diferenças culturais, mas a natureza das diferenças não contradiz a noção de universalidade nas expressões faciais da emoção.

Neste âmbito, podemos distinguir **três principais métodos de pesquisa** que foram utilizados em estudos que **obtiveram evidências de expressões faciais universais**. São estes:

- A) Poses emocionais que foram solicitadas;
- B) Expressões espontâneas que foram comparadas em duas ou mais culturas;
- C) O tipo mais frequente de pesquisa foi a comparação de julgamentos de emoções feitos por observadores em diferentes culturas que viam o mesmo conjunto de expressões faciais.

Vejamos cada um deles em particular.

A) Poses emocionais solicitadas:

Ekman e Friesen(1971) perguntaram a membros de uma cultura para mostrarem como a sua face seria se fosse a pessoa que lhes era apresentada em diferentes contextos emocionais (por exemplo, “sentir-se triste porque o seu filho tinha morrido”). Estes autores interpretaram os dados obtidos como fortes suportes para a possibilidade da universalidade, dado que as pessoas de outra cultura identificaram bem qual o contexto que as poses significavam. Mais ainda, o pedido foi feito na Cultura da Nova Guiné e interpretados por Americanos, culturas totalmente divergentes.

Contudo, três problemas limitam estas descobertas O primeiro é que só houve este estudo, que não foi repetido, comparando, por exemplo a Cultura *Western* com a que não é. Segundo, nem todas as seis emoções apresentadas foram reconhecidas com exactidão. Enquanto a fúria, a repugnância, a alegria e a tristeza eram distintas umas das outras e do medo e da surpresa, os observadores americanos não conseguiram distinguir as representações de medo e surpresa. O terceiro problema prende-se com um argumento de Mead (1975), a propósito das expressões faciais serem posadas, que diz que o estabelecimento destas expressões posadas era uma necessidade universal não implicando que as expressões faciais espontâneas da emoção eram universais. Ekman (1977), diz que a melhor resposta a Mead está na evidência de expressões espontâneas que a seguir abordaremos.

B) Comparação entre expressões espontâneas em diferentes culturas:

Ekman e Friesen(1972), foram os autores que compararam expressões faciais espontâneas mostradas a estudantes Japoneses e Americanos. Seleccionaram o Japão como cultura de comparação, devido à noção popular de que os Japoneses não mostram as suas emoções. O seu estudo consistiu em apresentar filmes que induziam stress e apreensão a sujeitos tanto em Tóquio como na Califórnia. Enquanto viam estes filmes era-lhes medida a

resistência da pele e o bater do coração. Os videos retirados a partir duma câmara escondida foram mais tarde examinados por pessoas que não sabiam que tipo de filme tinha sido visto quando ocorreram as expressões faciais registadas. Uma alta correlação foi encontrada nos particulares movimentos faciais dos Japoneses e dos Americanos.

Mais tarde, na mesma experiência um cientista vestido com um casaco branco entrou na sala e sentou-se ao lado do sujeito enquanto este via o mesmo filme. Nesta situação, Ekman e Friesen esperavam que as *display rules* que coordenam a expressão facial na presença duma figura de autoridade estivessem operacionais, mais no Japão do que nos Estados Unidos. Medidas do comportamento facial mostraram que os movimentos faciais não eram mais os mesmos. Os Japoneses mostraram-se mais reservados, levantando mais os cantos dos lábios (sorriso social) que os Americanos.

Este foi o primeiro estudo a demonstrar que as diferenças culturais que coordenam as expressões faciais (*display rules*) podem mascarar expressões faciais universais.

Houve contudo duas falhas neste estudo. A primeira foi o facto de ter sido um único estudo, não tendo sido repetido. A segunda foi não terem incluído um vasto leque de expressões, limitando-se à aversão e ao medo como expressões espontâneas universais.

C) Comparação de julgamentos de emoção por observadores de diferentes culturas:

Típicamente, era apresentada a pessoas de cada cultura fotografias de expressões faciais, sendo-lhes pedido que seleccionassem uma única palavra que traduzia uma emoção numa lista de palavras ou categorias.

Um elevado grau de concordância foi encontrado na atribuição de emoções específicas a expressões faciais entre os estudos que envolveram cinco culturas (Ekman,1972; Ekman, Sorenson e Friesen, 1969), os estudos que envolveram nove culturas (Izard, 1971) e num estudo que envolvia a cultura diferente do Oeste Americano (Boucher, 1973). A força destas investigações está nas suas replicações.

Estes estudos forneceram uma evidência consistente de um reconhecimento comum de pelo menos seis emoções (alegria, fúria, medo, tristeza, surpresa e aversão).

Izard reportou uma concordância igual para a vergonha e o interesse, contudo é difícil determinar qual foi a expressão facial ou a posição da cabeça que indicou o reconhecimento destas emoções, dado que não houve outros estudos em diferentes culturas.

Segundo Ekman, podem ser levantadas cinco questões acerca destes julgamentos em que o mesmo conjunto de faces é mostrado a observadores em diferentes culturas. Primeiro, estabelecer uma concordância entre diferentes culturas acerca do reconhecimento de emoções não prova que a expressão da emoção é a mesma através das culturas. Esta objecção é de certa forma pouco plausível, já que o reconhecimento das emoções não é ensinado formalmente, mas é presumivelmente aprendido pela observação de expressões que realmente ocorrem e existem.

Assim, podemos considerar que as culturas concordam nas suas atribuições de fúria e outras emoções, independentemente dos elementos faciais que em diferentes culturas a elas estejam ligados.

Uma segunda objecção é que os observadores participantes nestes estudos responderam a expressões posadas e não espontâneas. Ekman diz que as expressões posadas são similares na forma às expressões encontradas nos estudos inter-culturais sobre expressões espontâneas, não sendo esta objecção relevante. Enquanto estas comparações entre expressões espontâneas e posadas só podem ser feitas para a aversão, o medo e a alegria, não existe razão para não encontrar a mesma semelhança para outras emoções.

Outra resposta a esta questão vem de um estudo que encontrou a mesma universalidade quando os observadores viram comportamentos faciais espontâneos (Ekman, 1972).

Uma terceira objecção é a de que todas as pessoas que foram estudadas partilharam o contacto visual. Afirma-se que talvez tenham aprendido a reconhecer expressões emocionais

ou ainda a fazer essas expressões pela observação dos mesmos modelos no cinema, televisão e fotografias. Nesta questão, Ekman salienta um estudo em que houve isolamento visual numa cultura não literada da Nova Guiné, *South Fore* (Ekman e Friesen, 1971). Neste estudo os sujeitos não tinham visto filmes, televisão ou fotografias, não falavam outra língua (não sabendo inglês) e nunca trabalharam em projectos governamentais. Aproximadamente, 10% dos membros desta cultura foram estudados.

Para a fúria, alegria, tristeza, aversão e surpresa (excepto na distinção do medo), as faces identificadas com cada emoção eram as mesmas que nas culturas literadas.

A quarta critica nos estudos de julgamento é que as tarefas do julgamento que foram usadas podem ter conciliado diferenças culturais na percepção de emoções secundárias e emoções combinadas. Muitos investigadores da emoção notaram que a expressão facial pode conter mais do que uma mensagem (Ekman e Friesen, 1969; Izard,1971; Plutchick, 1962; Tomkins, 1963). Duas emoções podem ter a mesma força, ou uma emoção pode ser primária, mas muito mais saliente que a outra, que é secundária. Assim, a evidência duma concordância entre as diferentes culturas no julgamento das expressões pode ser limitada à primeira mensagem e pode não ser aplicável a emoções secundárias.

Um recente estudo de Ekman(1987) solucionou este problema. Neste estudo, a membros de dez literadas culturas do Oeste americano e doutras divergentes foi mostrado um conjunto de expressões faciais Caucasianas. Em vez de ficarem limitados a seleccionar um termo emocional ou categoria para cada expressão, os observadores foram autorizados a indicar a presença de multiplas emoções e a relativa intensidade de cada emoção.

Houve uma grande concordância entre as culturas acerca de emoções secundárias ou combinadas que assinalavam uma expressão.

A quinta questão é a de saber em qual existe universalidade, se na emoção assinalada por uma expressão, se na intensidade da emoção percebida. Apenas dois estudos inter-culturais(Ekman,1972; Saha, 1973) obtiveram a intensidade dos julgamentos e não foram encontradas quaisquer diferenças.

Ekman (1987) descobriu uma concordância inter-cultural acerca da força relativa das expressões da mesma emoção.

Resumindo, embora nenhum dos métodos possa por si só ser conclusivo, em conjunto fornecem um vasto corpo de **consistente evidência para a universalidade de pelo menos algumas expressões faciais das emoções.**

Embora nem todas as culturas tenham sido estudadas, o certo é que muitas o foram. Igualmente, não houve somente um investigador envolvido, mas sim diversos e trabalhando independentemente uns dos outros.

Além disto, nem só os investigadores que intencionaram encontrar evidências da universalidade o conseguiram, como também esta surgiu nos estudos que se proponham a desafiá-la.

Enquanto a evidência é forte para emoções como o medo, a fúria, a aversão, a tristeza, a surpresa e a alegria, existem ainda interrogações acerca do desprezo, da vergonha e do interesse. Também não existem dados sobre quantas expressões para cada emoção são universais, nem é conhecido quantas vezes estas expressões da emoção universais são vistas na vida social quotidiana. São questões em aberto.

4. As expressões faciais e a interacção social

4.1. As origens das expressões faciais emocionais

Na origem das expressões faciais da emoção, temos uma questão essencial, ou seja, porque é **que músculos faciais particulares são activados em emoções específicas?**

Porque é que as sobrancelhas são levantadas na surpresa e baixadas na fúria, mais do que o contrário ?

A descoberta de expressões faciais da emoção universais contribuíram como evidência de que **estas expressões são inatas, pré estabelecidas, sinais especializados que envolveram uma selecção natural** (Darwin, 1872; Eibl-Eibesfeldt, 1972; Redican, 1975, 1982; Tomkins, 1962).

Deste ponto de vista, as acções faciais nas suas expressões emocionais tiveram uma função puramente biológica ou instrumental nos nossos progenitores.

Contudo, o seu valor comunicativo era também adaptativo, ou seja, as acções faciais foram mantidas no repertório, mesmo que a função original se tivesse perdido, ou as acções tivessem sido modificadas como resultado da selecção natural, adquirindo eficácia como sinais. Os etologistas usam o termo *ritualização* para descrever o processo pelo qual um comportamento é modificado através da evolução genética para adquirir eficácia como sinal.

A par desta explicação, assente no fenómeno da *ritualização*, existe outra que enfatiza o desenvolvimento ontogenético, mais do que uma evolução genética. Assim, experiências de aprendizagem comuns a todos os membros duma espécie são invocadas para explicar a origem das expressões faciais da emoção (Allport, 1924; Peiper, 1963).

Ekman (1989) considera que **estas duas explicações têm o seu mérito**. Cada uma delas pode explicar a origem das diferentes expressões faciais da emoção. Contrastando as duas e tentando obter algumas diferenças entre os dois tipos de explicação, este autor, apresenta o exemplo da origem de duas acções faciais, o levantar e baixar das sobrancelhas.

Em relação ao levantar das sobrancelhas, todos os que escreveram sobre esta acção, notaram que esta aumenta a quantidade de informação visual, aumentando o campo visual superior. O benefício desta acção depende de como os olhos estão inseridos na cavidade óssea (muito ou pouco profundos), da proeminência do levantar das sobrancelhas e da ligação das sobrancelhas ao cabelo.

No abaixar das sobrancelhas, esta acção diminui a incidência da luz no campo visual superior, protege os olhos de ventos e choques, entre outras.

Dado que estas duas acções faciais têm efeitos opostos na visão, estes efeitos, segundo Ekman, podem ser utilizados para explicar o papel na expressão emocional. Assim, presumivelmente o levantar das sobrancelhas ocorre nas expressões de surpresa, mais do que o abaixar, dado que aumenta o campo visual. Similarmente, o abaixar das sobrancelhas ocorre na fúria e tristeza, porque esta acção diminui o brilho ofuscante e protege os olhos de ventos e choques. Tendo tudo isto em conta, Ekman afirma que tanto o levantar como o abaixar das sobrancelhas são sinais que poderiam ter sido o resultado tanto da evolução genética como da aprendizagem.

Ekman (1989), considera que a explicação da *ritualização* tem dois problemas. O primeiro é que *ritualização* presume que a selecção das acções pelo seu papel como sinais decorre através da evolução filogenética. Contudo, a evidência noutros Primatas que o levantar das sobrancelhas ocorre em contextos de surpresa e o abaixar está presente em situações de encontro ambiguoas(Chevalier- Skolnikoff, 1973; Redican, 1982), leva a por em causa a explicação referida. O segundo problema é que está implícito na explicação de *ritualização* a ideia de que a função das expressões como sinais é inata, contudo não pode ser explicada com bases puramente biológicas no *Homo Sapiens*, tanto nas crianças como nos adultos, apesar de continuar a ter uma função adaptativa nos humanos. A ontogénese pode ter um papel mais determinante do que a filogénese na transformação destas acções em sinais emocionais. Os genes podem só determinar a forma do equipamento funcinar (o levantar das sobrancelhas aumenta o campo visual). O valor de sinal desta acção e a sua associação com a emoção (surpresa) podem depender principalmente da experiência precoce, experiência comum a todos os membros duma espécie que tem esse funcionamento visual.

Ekman (1989), sugere assim que o tipo de aprendizagem comum a uma espécie é uma explicação tão plausível quanto a da *ritualização*. Diz, que não há evidências suficientes para se fazer uma escolha e esta situação só pode mudar se houver melhores métodos de pesquisa. Existe, contudo alguma evidência que as expressões faciais dos macacos e humanos é homóloga para o medo, fúria, alegria e talvez tristeza (revisão de Redican, 1982).

Ekman, 1979, resume desta forma o seu pensamento:

“Penso que a evolução tem um maior papel na expressão emocional. Este deve ser o caso de algumas acções faciais em algumas expressões faciais de emoção. Mas qual delas, e em que base é que não é conhecido(...)O problema em aceitar a ritualização como origem das expressões faciais da emoção é que investigações fechadas com dados que devem ser explorados leva-nos à necessidade de melhores investigações. Explicações competitivas devem ser consideradas e ambiguidades enfatizadas para promover a necessidade de uma melhor pesquisa”

Na senda deste trabalho, **consideramos a interacção dos dois tipos de explicação, já que neste perspectivamos uma visão etológica e, daí não podemos deixar de considerar origens das expressões faciais tanto na evolução como na construção dum sistema não verbal de cada espécie e de cada indivíduo.** A semelhança está onde a diferença tem também um lugar.

4.2. As informações das expressões faciais da emoção

Quanto ao tipo de informação que é veiculada pela expressão facial da emoção, segundo Ekman (1989), não existem muitos estudos que possam determinar que tipo de informação é transmitida quando uma pessoa vê uma expressão facial de emoção noutra pessoa numa situação de interacção social. Também não existem muitos dados que possam determinar a exactidão da informação das expressões faciais, quando ocorrem muito rapidamente e em conjunto com outras fontes de informação (voz, movimento corporal, etc), durante as interacções.

Segundo o autor, o facto de muita gente utilizada em pesquisas concordar em seleccionar um termo emocional, não significa que as pessoas envolvidas na interacção social responda à face nos termos estudados. Isto remete-nos para uma outra questão, estudada pelo mesmo autor e que se refere à exactidão dos julgamentos das expressões faciais da emoção.

Na determinação da exactidão dos julgamentos baseados nas expressões faciais, um problema continuo decidiu como critério, independente da face, o estabelecimento de uma emoção, se alguma foi experienciada no momento da expressão facial. Isto é realmente

problemático quando se considera que a maior parte do comportamento facial provavelmente não está relacionado com um estado emocional, em vez disso parece ser pontuativo, gestual, comunicação do *self* (Ekman, 1977, 1979).

O problema de um critério independente e a possibilidade de validação tem sido um grande obstáculo na pesquisa da exactidão dos julgamentos das expressões faciais da emoção.

Uma abordagem usualmente utilizada, consiste em pedir aos sujeitos para descreverem os seus sentimentos (retrospectivamente) e observar qual das suas expressões emocionais diferem quando relatam uma emoção A comparada com uma emoção B.

Estes auto-relatórios podem conter erros, quando o sujeito tem dificuldades em se lembrar ou em distinguir entre as emoções, particularmente quando se passam diversos minutos antes deles fazerem o relatório. Por exemplo, um sujeito que sucessivamente sentiu fúria, aversão e desprezo, enquanto assistia a um filme, pode não se lembrar de todas estas reacções, da sua exacta sequência ou do tempo em que ocorreram.

Este problema pode ser resolvido limitando os relatos a distinções mais vastas (entre emoções agradáveis e desagradáveis), contudo aqui não se pode determinar as relações entre comportamentos faciais mais complexos e mais diferenciados estados emocionais.

Uma outra abordagem, usou estímulos para determinadas emoções, por exemplo, filmes ou slides afectivamente positivos ou negativos; antecipação de um choque eléctrico versus um não choque; comentários hostis ou amigáveis feitos por uma figura de autoridade. As expressões faciais demonstradas foram avaliadas pela variância das condições experimentais. Contudo, dado que é insustentável que todos os sujeitos experienciem a mesma, discreta e controlada emoção durante uma condição particular, esta abordagem só pode mostrar que diferentes expressões faciais são usadas em diferentes situações, agradáveis e desagradáveis, ou que há semelhanças no comportamento facial durante as induções experimentais.

Assim, não existe nenhuma forma infalível de determinar o verdadeiro estado emocional de um indivíduo. Daí que múltiplas e convergentes medidas devem ser usadas como as faciais,

posturais, psicofisiológicas para se obter uma melhor indicação das emoções expressas e experienciadas.

Despistadas estas dificuldades, **há evidência que as expressões faciais da emoção podem fornecer informações exactas acerca da ocorrência de estados emocionais agradáveis em comparação com os desagradáveis.** Uma reanálise dos estudos desde 1914 até 1970, concluiu que tanto as medidas faciais como os julgamentos de observadores podem distinguir exactamente estados agradáveis de desagradáveis(Ekman, Friesen e Ellsworth, 1972, 1982).

Desde então, um número de experiências repetiram estas descobertas, mas não as estenderam a possíveis distinções entre emoções positivas ou negativas em particular. Existe pouca informação que aponte para específicas acções faciais que diferenciam os estados agradáveis dos desagradáveis.

Experiências mais recentes que usaram a electrografia facial, trouxeram dados evidentes da discriminação de estados agradáveis ou desagradáveis.

Schwartz, Fair, Salt, Mandel e Klerman (1976), usaram uma imagem afectiva para induzir emoções. Mostraram que as condições imagéticas "felizes" eram separáveis das condições imagéticas negativas, mostradas através de indicadores electromiográficos situados nos músculos das sobrancelhas, os co-rugadores (que levantam e baixam ambas as sobrancelhas), no músculo zigomático(que levanta o canto dos lábios e o transforma num sorriso).

Uma análise de que respostas foram detectadas nestas experiências electromiográficas demonstrou que os sujeitos quando pensavam em acontecimentos agradáveis contraíam mais os músculos zigomáticos sorriso) e menos os músculos co-rugadores (apreensão), do que quando imaginavam acontecimentos negativos. Mas será que os sujeitos em condições negativas afectivamente, franzem mais as sobrancelhas e em condições positivas sorriem mais? Ou, será que mais actividade muscular significa uma mudança de humor? Os dados que se possuem não são definitivos a este respeito.

Ao tentar definir-se as emoções positivas das negativas as expressões faciais parecem fornecer exacta informação acerca da intensidade de diversas informações positivas e negativas. Surpreendentemente, poucos estudos tentaram enquadrar semelhantes expressões faciais espontâneas num conjunto de categorias emocionais. Outros, utilizaram expressões posadas como estímulo ou instruíram os sujeitos a meramente classificar as expressões faciais segundo uma dimensão agradável ou desagradável. Alguns estudos, no entanto, oferecem dados relevantes.

Ekman, Friesen e Ancoli (1980), utilizaram o FACS, já anteriormente explicitado, para estudar as expressões faciais espontâneas que ocorriam enquanto os sujeitos filmes emocionais e relatavam a sua experiência. **Uma alta correlação foi encontrada entre específicas acções faciais hipotizadas como sinais de emoções negativas ou positivas e auto-relatos da intensidade destas emoções negativas ou positivas.** Acções faciais que se referiam a relatos de desprezo também foram isoladas.

Diversos estudos que faziam uso da electromiografia facial, tentaram fazer uma discriminação entre os múltiplos estados emocionais posados (Rusalova, Izard, e Simonov, 1975; Vaughan e Lanzetta, 1980; Fridlund, 1984, entre outros).

Paradoxalmente, a informação emocional comunicada pela face pode ser inferida por situações nas quais a face é usada para falsificar esta informação.

As expressões faciais podem não só reflectir o estado emocional mas também:

- A) emoção simulada quando alguém está presente (por exemplo, o sorriso social);
- B) atenuar ou amortecer a intensidade aparente de algum sentimento positivo (por exemplo, “o sorriso amortecido”);
- C) mascarar a presença de um sentimento negativo com uma emoção simulada alternativa (por exemplo, “o sorriso mascarado”).

Muitas vezes a literatura obscureceu estas distinções usando o termo abrangente “decepção”. Para compreender o processo pelo qual o indivíduo reage, é necessário nos

estudos faciais da decepção ou “engano”, incluir estes comportamentos faciais e outros sistemas de resposta possíveis de indicar emoção.

É contudo um facto que a expressão facial traduz informação emocional.

A este respeito, Ekman (1989) diz estar convicto que também funciona como sinal de informação acerca das intenções ou acções sociais, ao qual se devem juntar as modificações fisiológicas e a memória, que não se excluem mutuamente, mas que são aspectos do mesmo fenómeno.

Segundo Argyle, 1990, a **expressão facial constitui um sinal social** (que pode afectar a emoção experienciada), **mas igualmente é uma expressão da emoção.**

Na opinião de Ekman, 1989, os etologistas e os psicólogos que estudam a expressão emocional, devem coordenar esforços para podermos aprender qual o tipo de informação que é derivado duma expressão facial, de quem, de quando e em que tipos sociais e culturais.

Chegamos assim a **outro pressuposto teórico**, que fundamenta o surgimento deste nosso estudo:

No conjunto dos canais não verbais que comunicam emoção e contribuem para a sua experiência, a face tem sem dúvida uma centralidade e universalidade que chama desde logo a nossa atenção, sendo o principal pólo de comunicação na interacção social, estando sem dúvida ligada ao comportamento.

Esta afirmação é partilhada por William E. Rinn, 1991, um neuropsicologista que afirma que a face é a parte do corpo onde as emoções são mais distintas e visíveis, sendo o principal centro de comunicação na interacção social.

A este propósito, citamos Corraze (1980) :

“As modificações faciais não se limitam à expressão duma emoção, elas intervêm também na comunicação entre os indivíduos”.

Segundo Argyle (1976), **uma das áreas mais expressivas do corpo é o rosto**, sendo uma área especializada de comunicação, em que o mesmo é verdadeiro para os primatas não-humanos (Vine, 1969).

A face é a área que é observada mais de perto na interação social, tendo as crianças um interesse inato em faces durante as suas primeiras experiências sociais.

Em termos sintéticos, sabemos que as expressões faciais podem transmitir emoções (por exemplo, a tristeza, o medo, a alegria, a surpresa, a fúria, a aversão, ou mesmo o desprezo e o interesse foram alvo de estudos já citados), **mas as respostas a expressões faciais também têm um papel importante na interação social.**

Assim, Osgood, 1966, já tinha descoberto três dimensões - agradabilidade, activação e controle - sugerindo que podem ser muito mais.

Sendo a expressão emocional inata em antropóides e macacos, que têm cerca de 13 expressões faciais, parece provável que as expressões emocionais foram seleccionadas como um meio de comunicação, embora originalmente baseadas em partes de uma resposta directamente adaptativa, como a preparação para morder em caso de fúria.

Como já vimos, quando analisamos a universalidade das expressões faciais, **as emoções que as acompanham podem ser expressas de maneira idêntica em diversas culturas, como também existe uma aprendizagem cultural** (por exemplo, reprimir expressões emocionais e sorrir educadamente).

Argyle, 1976, distingue **vários papéis da expressão facial na interação social**, ou seja:

- a) Mostra o estado emocional de um interactor ou é utilizada para esconder esse mesmo estado emocional;
- b) Fornece um feedback contínuo sobre o que está sendo dito, isto é, se a informação é percebida, se se concorda com ela, etc.;

- c) Indica atitudes em relação aos outros (de aprovação, por exemplo);

- d) A expressão facial pode agir como uma metacomunicação, modificando ou criticando o que está sendo feito ou dito no momento.

Em resumo, abordamos então as expressões faciais como ligadas a uma experiência emocional, ou seja, em que duas ou mais pessoas estão relacionadas uma com a outra.

Ora, se com Watzlavick e outros considerarmos a **pragmática comunicacional**, observaremos que toda a experiência emocional pode estar ligada a um comportamento e como todo o comportamento é comunicação, este tem efeitos sobre o próprio comportamento e sobre a experiência emocional.

Diríamos que se trata da intervenção das expressões faciais na interação.

5. Expressões faciais e características da personalidade

A associação entre expressões faciais ou sobre a face em geral com características de personalidade tem as suas origens nas primeiras obras que visaram, de alguma forma, compreender o ser humano ou simplesmente falar sobre ele. Podemos citar aqui a literatura e o exemplo de diversos autores que se dedicaram ao estudo da fisionomia.

É interessante referir que já a face foi considerada por Aristóteles como um espelho. A face foi um dos aspectos humanos que o fascinou e o seu tratado *Physiognomics* estabeleceu a fisionomia como ciência. Aristóteles comentou que a face é uma parte do corpo “particularmente adaptada” para indicar o “carácter mental” (Aristóteles, 1250). Vejamos um dos seus exemplos:

“A face, quando carnuda, indica indolência, como no gado ; se magra, assiduidade, se ossuda, covardia, numa analogia com burros e veados. Uma face pequena indica uma alma

pequena, como no gato e no macaco; uma face larga significa letargia, como nos burros e gado. Assim, a face não deve ser nem larga nem pequena; um tamanho intermédio é o melhor.

Trata-se duma associação que é pelo menos curiosa.

Durante o Período do Renascimento, a Astrologia descreveu as faces e dedicou-se à leitura das mesmas. Assim o passado, o presente e o futuro encontrava-se na face, o que era necessário era decifrar as suas marcas.

Um ponto de vista que não deixa dúvidas quanto ao interesse pelo estudo da face.

Com o declínio da Astrologia, e o erguer da Ciência, do Racionalismo e do Mecanicismo, não se destruiu a Fisionomia, tendo sido transformada em preditiva. Na realidade, a fisionomia como “ciência” continuou muito popular durante o séc.XVIII e XIX. Johann Lavater, com o seu trabalho clássico *On Physiognomy* (com 18 edições desde 1775 até 1885), fez realçar a sua proposição:

“se queres conhecer o coração dos homens olha para as suas faces”

Lavater também publicou *“A Hundred Rules of Physiognomy”*, tendo as suas obras influenciado a Literatura Europeia do séc. XIX.

Mais tarde trabalhos especializados foram publicados, sobre narizes (Warwick, 1848), orelhas (Cherry e Cherry, 1900) e semelhanças entre os humanos e os animais (Redfield, 1852).

O interesse pela Fisionomia declinou novamente na segunda metade do Séc.XIX, em parte pelo aparecimento da obra de Hegel *The Phenomenology of Mind* (1807-1961). Apareceu também a Frenologia que foi igualmente rejeitada pelo autor.

A fisionomia teve um breve renascimento nos círculos de negócios nos princípios dos anos 1900, com a liderança do Dr. Holmes Whittier Merton e reapareceu como “caracterologia” nas décadas seguintes (McCormick, 1920). Na realidade, a Fisionomia ainda

permanece em alguns círculos e os livros que sobre ela falam são numerosos (por exemplo, Baker e Bellack, 1981), incluindo trabalhos sobre a Fisionomia Chinesa (Mar, 1975;Kushi, 1981; Young, 1984).

Estudos sobre a linguagem corporal e linguagem facial intentam revelar a verdade acerca das emoções e sentimentos, assim como do carácter (Fast, 1971;Hall, 1973; Nierenberg e Galero, 1973; Davis, 1976).

Talvez o mais presunçoso fisionomista do século tenha sido Kahlil Gibran (1962):

“Mostra-me a face da tua mãe; eu dir-te-ei quem és”

A face, andou no decurso da História associada aos conceitos de beleza e fealdade, a Deus e ao místico. Vejamos alguns exemplos.

Cícero dizia: *“ A face é o espelho do espírito, e os olhos sem falarem confessam os segredos do coração”*.

Para Dante, por exemplo: *“a beleza é um reflexo da glória de Deus e a face é a expressão não só do indivíduo, mas também de Deus”*

Hegel, insistiu que o corpo, essencialmente a face estavam relacionados com a alma: *“A face é um centro no qual o sentimento e a relação espiritual com as coisas se manifesta”*.

Georg Simmel ficou fascinado pela face e declarou no seu ensaio *“O significado estético da Face”*(1901) que:

“nas marcas da face, a alma encontra a sua mais clara expressão” e que “a face atinge-nos como o símbolo, não só do espírito, mas também duma nitida personalidade; a face conta a verdade”

A beleza associada à face também esteve presente no mundo do crime. Cesar Lombroso descreveu o tipo criminal como: *“distintos no seu corpo por pés preensivos, esquerdinos e com*

hérnias e nas suas faces com orelhas salientes, cabelo abundante, uma barba escassa, entradas frontais, olhos oblíquos e nas mulheres uma face masculina". A face era a pista para o tipo criminal.

Um outro exemplo é o George Orwell que diz : *"Toda a gente tem a face que merece"*.

Poetas e artistas, filósofos e teólogos, criminologistas, cientistas, todos deram uma centralidade à face humana e de uma forma ou de outra tentaram associar as suas características às da personalidade.

Alguns investigadores (Yin,1969; Glass, 1979; Davies, 1979; Carr,1979), chegaram à conclusão que existe alguma coisa de especial na face, no rosto que nos levaria a reconhecer determinadas características.

Segundo Anthony Synnot, 1993, um autor que se dedicou a estudar o simbolismo do corpo, com as suas ligações ao self e à sociedade, a face é *"única, física, maleável, pública e o primeiro símbolo do self"*. Seria única, porque não há duas faces idênticas e é na face que nos reconhecemos uns aos outros e nos identificamos a nós próprios. Seria física, mas pessoal ou construída e dependente da "moda". Seria pública, mas igualmente privada e íntima. Seria também maleável, dado que com os seus 80 músculos miméticos, esta é capaz de mais de 7000 expressões.

Ainda segundo o autor citado, a face indica a idade, o sexo e a raça com diversos graus de exactidão. Também indica o nosso estado de saúde e o estatuto sócio-económico, os nossos sentimentos e emoções e talvez o nosso carácter e personalidade. Este autor cita Gloria Swanson na seguinte frase: *"Nós não precisamos dialogar. Nós temos faces"*.

Anthony Synnott, 1993, afirma:

"A face simboliza o self, e significa diversas facetas do self. Mais do que qualquer outra parte do corpo, nós identificamos a face como eu ou tu".

Secord, 1974, diz que as características faciais, a forma do corpo e a aparência em geral desempenham um papel importante nas interações entre as pessoas. Afirma que a fisionomia fascinou o homem durante toda a história. Mais, a literatura de todas as épocas inclui referências sobre a fisionomia como se fosse parte do carácter humano. As pinturas e as esculturas frequentemente utilizam a cabeça, como se fosse a parte do corpo que representa a essência da pessoa. A fisionomia centra-se em características estruturais relativamente estáveis: a longitude e amplitude da cara, a forma do nariz, a configuração da boca, o tamanho e forma dos olhos, incluindo frequentemente expressões relativamente permanentes (por exemplo, as de uma pessoa constantemente ansiosa, como as rugas ou marcas na pele).

Este autor, afirma também, que em situações em que o observador tem poucas informações e necessita formar uma opinião sobre uma pessoa, bastaria ter em conta as características faciais.

Diversos estudos sobre a fisionomia (Secord e seus colaboradores, 1958), demonstraram claramente que os observadores podem formar opiniões a partir de fotografias. Sugere-se também que em situações de tão limitada informação, como as de apresentação da fotografia de uma pessoa, os observadores emitem juízos através de processos que são comuns a todos.

Segundo o autor citado, **o que acontece é que os indivíduos fazem inferências a partir da informação facial de acordo com certas regras.** Por exemplo, fotografias de faces de pele escura, geralmente originam juízos negativos, tais como hostil, vaidoso, desonesto e não sociável (Secord, Dukes, e Bevan, 1954). De forma similar os juízos, ou inferências, podem-se basear em **significados convencionais e socialmente estandardizados.** Desta forma, se uma fotografia de uma mulher jovem a apresenta com o uso apropriado de cosméticos e bem pintada, tem tendência a ser vista como sexualmente atractiva (Secord e Muthard, 1955).

Frequentemente, as **características estruturais da cara podem sugerir expressões faciais que têm um significado convencional.** Por exemplo, pessoas com uma pequena curva permanente por cima da abertura da boca, que poderia sugerir um sorriso, foram classificadas como amigáveis, afáveis e de bom temperamento. Rugas verticais e horizontais na frente, sugestivas de tensão, levaram aos atributos de hostil e irascível.

Outras vezes, as inferências que se fazem sobre as pessoas estão baseadas em metáforas e analogias. Uma pessoa de pele áspera pode ser considerada como tendo um carácter áspero ou insensível. A **analogia frequentemente está baseada na função de alguma característica facial**. Por exemplo, a boca utiliza-se para falar e, assim sendo, uma pessoa de lábios pequenos e delgados é categorizada como pouco faladora (Secord e Muthard, 1955). Outros exemplos seriam : uma mulher de lábios grossos considera-se sensual ; uma frente ampla pode sugerir inteligência, etc.

Resumindo, características específicas da face foram relacionadas com características específicas da personalidade.

No entanto, vários estudos sugerem que o observador forma uma impressão total que está baseada na visão da face como um todo (Secord, Dukes e Bevan, 1954).

Esta observação fica em aberto, esperando dar-lhe o nosso contributo pessoal.

VI - A METODOLOGIA

1 - Plano de investigação

Estabeleceu-se um plano de investigação, por motivos intuitivos e empíricos.

Os motivos intuitivos prendem-se com o facto de assumir que a face é um centro comunicacional, relacional e susceptível de gerar as mais diversas impressões ou análises acerca de um sujeito.

Sempre nos fascinou este facto e no contexto do mestrado de psicologia legal foi a experiência adquirida no estágio que nos alertou para esta possibilidade de investigação. Ou seja, em contacto com pessoas que diariamente trabalhavam com criminosos, apercebemo-nos que estas tentavam “adivinhar” o tipo de crime cometido pelos indivíduos antes de os conhecerem pessoalmente. Falava-se muito na “pinta do sujeito”. É certo que isto aguçou mais a nossa curiosidade e daí um dos motivos que levou a este trabalho.

Os motivos empíricos prendem-se com o facto de Leyens (1985), um dos autores que sempre nos fascinou, ter afirmado que as pessoas estabelecem matrizes de correlação entre as características físicas e as de personalidade que são autênticos retratos-robots. Estava aqui a premissa deste estudo.

Assim, invertendo o processo, estabelecemos contacto com a Polícia Judiciária, no sentido de obter os autênticos retratos-robots, ou seja de sujeitos que tinham nos ficheiros desta polícia retratos-robots realizados com o objectivo da investigação judiciária. Em trabalho conjunto, tivemos o cuidado de seleccionar cinco retratos-robots, introduzindo uma variável, o tipo de crime cometido. Deste modo, obtivemos:

- Um retrato I que cometeu um crime de burla
- Um retrato II que cometeu uma violação

- Um retrato III que cometeu um assalto com seringa
- Um retrato IV que cometeu um assalto à mão armada
- Um retrato V que cometeu um duplo homicídio

Introduzimos a variável crime, já que nos indagamos se as pessoas além de serem capazes de estabelecer correlações entre características físicas e características de personalidade seriam também capazes de estabelecer correlações com um tipo de crime cometido ou mesmo elaborar histórias criminais.

Na mesma instituição, Polícia Judiciária, recolhemos histórias sobre os crimes escolhidos e segundo opinião dos técnicos que investigaram estes crimes, os sujeitos que os cometeram apresentavam as seguintes características de personalidade:¹¹

Crime de burla:

- desinibido, simpático, conversador, inteligente, cauteloso, passivo, mentiroso, delicado, covarde e cativante.

Crime de violação:

- agressivo, cauteloso, violento, frio, desinibido, mentiroso, caloroso, sincero, calmo, covarde, inibido e obsessivo.

Crime de Assalto com seringa:

- violento, agressivo, frio, covarde, impulsivo e desinibido.

¹¹ As características que aqui apontamos pertencem aos diversos sujeitos que cometeram o tipo de crime referido, daí que para o mesmo crime podemos encontrar características opostas, mas que estão associadas, quer umas, quer outras ao mesmo tipo de crime.

Crime de Assalto à mão armada:

- agressivo, violento, frio, rebelde, desinibido, cruel, covarde e impulsivo.

Crime de Homicídio

-agressivo, impulsivo, frio, desinibido, rude, mentiroso, hipócrita, calculista, antipático, rebelde, covarde, cauteloso, inibido e sincero.

No código penal, os crimes que aqui se destacam têm a seguinte definição:

a) Crime de Burla

Enquadrado na categoria geral dos crimes contra o património em geral este tipo de crime é definido pelo nº 1 do Artº 217º que diz o seguinte:

“Quem com intenção de obter para si ou para terceiro um enriquecimento ilegítimo através de erro ou engano sobre factos, que astuciosamente provocou, determinar outrem à pratica de actos que lhe causem, ou causem a outra pessoa, prejuizo patrimonial, será punido com prisão até três anos ou com pena de multa”.

b) Crime de violação

Enquadrado na categoria dos crimes contra a liberdade sexual este tipo de crime é definido pelo nº1 do Artigo 164º da seguinte forma:

“Quem tiver cópula com mulher, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para realizar a cópula, a Ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, ou ainda, pelos mesmos meios, a constranger a tê-la com terceiro, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos”.

c) Crime de roubo (onde incluímos assalto com seringa e assalto à mão armada)

Enquadrado nos crimes contra a propriedade, este tipo de crime é definido pelo nº1 do Artigo 210º assim:

“ Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outrem subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física , ou pondo-a na impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos”

d) Crime de homicídio

Enquadrado na categoria dos crimes contra a vida é geralmente apresentado no artº 131 do código penal. Assim, temos:

“Quem matar outrem será punido com pena de prisão de 8 a 6 anos”

Tentámos minimizar a influência de outras variáveis, apresentando indivíduos da mesma raça, do mesmo sexo, contudo foi difícil conseguir que tivessem todos a mesma idade. Ficamos conscientes deste factor.

Assim as questões principais que orientaram este estudo, constituindo os pressupostos praticos foram:

Serão as pessoas capazes de estabelecer matrizes de correlações entre características físicas e características de personalidade e com características de um crime? Se pela apresentação dos retratos robots isso acontecer, que tipo de correlações estabelecem?

Além destas questões, pusemos uma outra:

Em que características faciais é que as pessoas se baseiam para estabelecer essas correlações? Serão características específicas da face ou será a face como um todo?

A razão do estabelecimento destas correlações é abordada na parte teórica que apresentamos neste trabalho.

O método consiste em aplicar 40 questionários, dividido em várias partes, a uma amostra de 40 pessoas que se encontrem em determinado contexto, neste caso num ambiente prisional e de permanente contacto com criminosos.

Torna-se assim importante tentar caracterizar o contexto prisional.

O Contexto prisional

Neste âmbito iremos ignorar características organizacionais e institucionais do mundo prisional, ficando só pela descrição de comportamentos associados à delinquência e que se perpetuam no ambiente prisional e tentamos abordar as modalidades de adaptação à prisão com o objectivo de encontrar comportamentos dos reclusos associados a essas modalidades.

Assim, tentamos caracterizar o contexto prisional tendo em conta a diversidade de comportamentos que podemos encontrar nos reclusos. Esta nossa opção justifica-se pelo facto de o nosso plano de investigação se direccionar na procura de associações de características de personalidade e atribuição de um crime a retratos-robots.

Tentando definir o contexto prisional podemos ressaltar as tipologias do comportamento delincente, contudo só nos interessam aquelas que estabelecem uma ponte entre o comportamento fora da prisão e dentro do ambiente prisional, isto é, aquelas que para além de descreverem o comportamento delincente ajudam a compreender a realidade prisional.

Na senda deste objectivo, iremos referir como básico o estudo de Gonçalves (1993) em "*A adaptação à prisão, um processo vivido e observado*" onde este autor referencia precisamente estas tipologias do comportamento delincente e observa que existem diversas modalidades de adaptação à prisão que integram as informações dessas tipologias.

Se com este autor considerarmos que existe uma cultura prisional, que pode originar muitos comportamentos específicos da vida na prisão, também com ele teremos que ressaltar que o recluso em confronto com esta cultura, vai ter comportamentos que estão relacionados com a sua história de vida, com as suas características de personalidade e com a sua história criminal, manifestando desta forma modalidades de adaptação que se podem compreender tendo em conta a cultura prisional e o recluso enquanto individuo que possui uma "história".

Face aos resultados do estudo de Gonçalves (1993), podemos considerar os seguintes grupos de reclusos consoante a sua modalidade de adaptação à prisão:

- Os reclusos "bem-adaptados", presos geralmente por crimes contra as pessoas (particularmente o homicídio) e que revelam um bom comportamento prisional. Este grupo estaria próximo dos "prossociais" de Schrag (1961)¹², estes também identificados com crimes de tipo violento (homicídio ou agressão), que no contexto prisional manifestam um comportamento correcto quer com funcionários quer com os outros reclusos, dando a entender que o mundo prisional não é o seu mundo.

¹² Gonçalves (1993) aponta diversas tipologias que estariam próximas dos grupos por ele encontrados, no entanto referimos em especial esta porque como afirma o próprio autor: "Schrag (1961) elaborou uma tipologia cuja utilidade se manifesta não só na compreensão da realidade carcerária mas também na análise da conduta delincente, em geral".

- Os reclusos “mal-adaptados”, que sobressaem pela sua principal característica, ou seja, o mau comportamento prisional, sem influencias do tipo de crime cometido ou da pena a cumprir. Correspondem aos “associais” de Schrag (1961) que se caracterizam por terem cometido diversos tipos de delitos (crimes contra as pessoas ou contra a propriedade), por serem egocêntricos, manifestando com frequência comportamentos agressivos quer contra os guardas prisionais, quer contra os outros reclusos, sendo assim o grupo mais conflituoso e agressivo no mundo prisional.
- Os reclusos “sobre-adaptados”, que manifestam um bom comportamento prisional e relacionados com crimes de furto ou assalto. Estes estão próximos dos “antissociais” de Schrag (1961) que na prisão aderem ao grupo dos delinquentes mais perigosos, rejeitando o contacto com os funcionários, assumindo uma atitude de confronto com as autoridades, como tentativa de demonstração de poder.
- Os reclusos “inadaptados” que não se identificam a um tipo de crime específico, revelando uma inadaptação prisional e relacional, com queixas psicossomáticas, com uma procura de isolamento ou alheamento, que se pode manifestar tanto por ataques súbitos de cólera como por auto-mutilações, greves de fome ou mesmo o suicídio. Gonçalves (1993) aproxima este grupo de reclusos por ele encontrados a outros descritos por diversas tipologias entre as quais destaca a de Sinclair e Chapman (1973) e o grupo dos “socialmente inadequados”.

- Na tipologia de Schrag (1961), falta referir a categoria “pseudo-social”, que engloba individuos que cometeram crimes como burlas, fraudes ou falsificações. Na prisão, relacionam-se muito bem tanto com os funcionários como com os reclusos, tentando duma forma pragmática e utilitária aproveitar as situações do contexto prisional em seu favor. Exploram em seu proveito as falhas do sistema perpetuando o estilo de vida que lhes era característico quando estavam em liberdade.

Definir o contexto prisional não é tarefa fácil, cientes disso como estamos, tentamos descrever o que nos pareceu mais pertinente para dar uma ideia dos comportamentos que podemos encontrar no mundo prisional, no qual os sujeitos da nossa amostra estão também envolvidos, apesar do seu estatuto perante os reclusos ser o de autoridade.

2 - TÉCNICAS

Utilizamos um questionário (ver anexo A), elaborado para este estudo e que se divide em três partes essenciais:

a)- Apresenta-se os diferentes retratos-robots, cada um deles acompanhado duma lista de características de personalidade bipolares (por exemplo, simpática/antipática) e pede-se aos sujeitos que ao olharem para cada retrato assinalem as características de personalidade que este lhes suscita ou faz pensar. São apresentados cinco retratos com uma lista para cada um deles, mas que se mantém igual para todos.

Esta lista de características foi elaborada tendo em conta diversas informações:

- os dados da Polícia Judiciária relativamente a características de personalidade encontradas nos sujeitos que cometem os tipos de crime aqui referidos, que já atrás descrevemos.
- um estudo de Munnich (1993) “Personality of the murderer” que conclui que existem traços de personalidade anti-social e traços de personalidade responsáveis pelo comportamento violento, estabelecendo assim segundo estes traços três tipos de homicidas: desinibido/amoral; depressivo/inibido e inibido/agressivo.

- Os indicadores clínicos que definem o possível perfil da pessoa potencialmente violenta referenciados por Raymond (1993) em “Crimes de sang et faits de violence” e que são: a impulsividade, a instabilidade emotiva, a excitabilidade, intolerância à frustração, a necessidade imediata de gratificação, a incapacidade de programar o futuro, um egocentrismo e uma fraca auto-estima usualmente mascarada por uma grande frieza.

Esta lista foi também construída bipolarmente, porque segundo a teoria as expressões faciais estão associadas ou a emoções negativas ou positivas. A lista de características tentou abranger os mais diversos aspectos e foi apresentada ao sujeito em duas colunas de forma que as características positivas ou negativas não aparecessem sempre na mesma coluna, para evitar influências nas respostas.

- b)- Numa segunda parte pedimos aos sujeitos que façam corresponder a lista de crimes apresentados aos retratos que pensem que os possam ter cometido. Ao apresentarmos esta lista invertemos a ordem dos crimes para evitar qualquer influência nas respostas.
- c)- Numa terceira parte pedimos aos sujeitos que para cada retrato nos indiquem as características do rosto que os levaram a responder às anteriores questões. Aqui, damos o exemplo de boca fina, nariz arredondado, tentando evitar que sejam apontadas características relacionadas com aspectos da personalidade (por exemplo: olhar maquiavélico) e sejam mais apontadas características estruturais.

3 - AMOSTRA

A amostra foi retirada do Estabelecimento Prisional de Caxias, envolvendo na sua maioria guardas prisionais e alguns técnicos do estabelecimento .

A escolha desta amostra teve como objectivo seleccionar um conjunto de pessoas que estivessem em permanente contacto com criminosos, dado o questionário e o objectivo deste estudo envolverem aspectos criminológicos.

Assim, pensámos que quem melhor podia conhecer os reclusos eram os guardas prisionais e mais possibilidades haveria de estabelecerem correlações entre as diversas características apresentadas. Quotidianamente, os guardas prisionais visionam faces das mais diversas pessoas que cometeram os mais diversos crimes.

O tamanho da amostra foi de 40 sujeitos, que desempenham funções de guardas prisionais e de técnicos de educação no Estabelecimento Prisional de Caxias. O objectivo era abranger o grupo dos guardas prisionais, mas como tal não foi possível passámos cinco questionários a técnicos do estabelecimento prisional que no fundo também satisfazem os critérios de escolha da amostra, uma vez que estão em permanente contacto com os reclusos e já viram muitas faces ligadas aos mais diversos crimes.

Estivemos sempre cientes de possíveis obstáculos por parte dos sujeitos da amostra, dado que, tal como foi referenciado por Gonçalves (1993) em "*A adaptação à Prisão, um processo vivido e observado*", o pessoal vigilante, confrontado entre a violência dos reclusos e a violência da hierarquia do Estabelecimento Prisional, procura, sempre que possível, não se comprometer ao responder a inquéritos, com receio de que a sua imagem fique também ela comprometida e isto tenha consequências negativas na sua carreira. No entanto, não obtivemos qualquer negação quanto ao preenchimento do questionário.

4 - TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados obtidos irão ser submetidos a uma análise de conteúdo e a um procedimento correlação.

A análise de conteúdo

A definição de análise de conteúdo dada por Berelson (1971) continua a ser o ponto de partida para todas as definições da análise de conteúdo, tendo-a ele definido do seguinte modo: *“uma técnica de investigação que através duma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”*.

A esta definição, um outro autor, Bardin (1991) acrescenta que a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens.

A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Assim, se a descrição (ou seja, a enumeração das características do texto, resumida após tratamento), é a primeira etapa necessária e se a interpretação (ou seja, a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário que vem permitir a passagem, explícita e controlada de uma à outra.

Na realidade, o que se procura quando se realiza uma análise de conteúdo é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas.

No domínio da análise de conteúdo podemos enquadrar todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação. Esta abordagem tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração e eventualmente aos seus efeitos.

O procedimento correlação

O conceito de correlação, segundo Bryman, A. e Cramer, D. (1992) é um dos conceitos centrais no estudo de relações bivariadas.

As medidas de correlação indicam a força e a direção da associação entre um par de variáveis.

5 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A - Características gerais dos retratos - Perfil de Personalidade atribuído (sem atribuição do crime).

Retrato I

- simpático, com uma percentagem de 70,97% ;
- desinibido, com uma percentagem de 55,17% ;
- honesto, com uma percentagem de 51,85% e
- desonesto com uma percentagem de 48,15%,
não sendo significativo a diferença entre as duas
categorias;
- passivo, com uma percentagem de 73,33% ;
- rude, com uma percentagem de 60,71% ;
- calmo, com uma percentagem de 77,78 % ;
- sincero, com uma percentagem de 51,85% e
- mentiroso, com uma percentagem de 48,15%,
não havendo uma diferença significativa entre as
duas categorias;
- cauteloso, com uma percentagem de 78,79% ;

- frio, com uma percentagem de 71,43% ;
- corajoso, com uma percentagem de 64,29% ;
- hipócrita, com uma percentagem de 57,69% ;

Retrato II

- antipático, com uma percentagem de 73,33% ;
- desinibido, com uma percentagem de 74,19% ;
- desonesto, com uma percentagem de 70% ;
- agressivo, com uma percentagem de 63,33% ;
- rude, com uma percentagem de 62,5% ;
- calmo, com uma percentagem de 51,85%
- rebelde com uma percentagem de 48,15% ,
não havendo diferenças significativas entre as
duas categorias.
- mentiroso, com uma percentagem de 85,71% ;
- cauteloso, com uma percentagem de 58,06% ;
- frio, com uma percentagem de 84,38% ;
- corajoso, com uma percentagem de 53,85% ;
- hipócrita, com uma percentagem de 85,19% ;

Retrato III

- antipático, com uma percentagem de 83,87% ;
- inibido, com uma percentagem de 57,14% ;
- desonesto, com uma percentagem de 71,43% ;
- agressivo, com uma percentagem de 55,56% ;
- rude, com uma percentagem de 70,83% ;
- rebelde e calmo, com percentagens iguais de 50%.
- mentiroso, com uma percentagem de 65,38% ;

- cauteloso, com uma percentagem de 51,72%
- impulsivo, com uma percentagem de 48,28%, não se considerando significativa a diferença entre as duas categorias.
- frio, com uma percentagem de 75% ;
- corajoso, com uma percentagem de 55,56% ;
- hipócrita, com uma percentagem de 69,23%

Retrato IV

- antipático e simpático, com percentagens iguais de 50%;
- desinibido, com uma percentagem de 78,13%
- desonesto, com uma percentagem de 79,31% ;
- agressivo, com uma percentagem de 78,57% ;
- rude, com uma percentagem de 85,19% ;
- rebelde, com uma percentagem de 78,79% ;
- mentiroso, com uma percentagem de 85,19% ;
- impulsivo, com uma percentagem de 77,42% ;
- frio e caloroso, com percentagens iguais de 50%.
- cobarde, com uma percentagem de 57,58% ;
- hipócrita, com uma percentagem de 75%

Retrato V

- antipático, com uma percentagem de 91,18% ;
- inibido, com uma percentagem de 53,33% ;
- desonesto, com uma percentagem de 87,5% ;
- agressivo, com uma percentagem de 85,71% ;
- rude, com uma percentagem de 88,57% ;
- rebelde, com uma percentagem de 82,76% ;

- mentiroso, com uma percentagem de 89,66% ;
- impulsivo, com uma percentagem de 65,63% ;
- frio, com uma percentagem de 93,94% ;
- cobarde, com uma percentagem de 63,33% ;
- hipócrita, com uma percentagem de 93,33%

B- Perfil de características de acordo com o crime cometido

Estes perfis de características correspondem às respostas dos sujeitos que acertaram na correspondência entre o crime e o retrato e descrevem que tipos de características que correlacionaram.

Crime de Burla

- simpático, com uma percentagem de 29,03% (9,67% para antipático) ;
- desinibido, com uma percentagem de 31,03% (10,34% para inibido) ;
- passivo, com uma percentagem de 27,59% (10,34% para agressivo) ;
- rude, com uma percentagem de 21,43% (10,71% para delicado) ;
- calmo, com uma percentagem de 29,63% (11,11% para rebelde) ;
- mentiroso, com uma percentagem de 22,22% (11,11% para sincero) ;
- cauteloso, com uma percentagem de 34,38% (3,12% para impulsivo) ;

- frio, com uma percentagem de 28,57% (7,14% para caloroso) ;
- corajoso, com uma percentagem de 21,43% (7,14% para cobarde) ;
- hipócrita, com uma percentagem de 26,92% (7,69% para verdadeiro) .

Crime de violação

- calmo, com uma percentagem de 3,7% (0 % para rebelde);
- mentiroso, com uma percentagem de 3,57% (0% para sincero).

Neste tipo de crime não houve grande frequência de respostas que fizessem a correspondência correcta entre retrato e crime cometido.

Crime de assalto com seringa

- antipático, com uma percentagem de 12,9% (3,23% para simpático) ;
- inibido, com uma percentagem de 10,71% (7,14% para desinibido);
- desonesto, com uma percentagem de 10,71% (3,57% para honesto);
- passivo, com uma percentagem de 7,41% (3,7% para agressivo) ;
- rude, com uma percentagem de 8,33% (0 % para delicado) ;
- rebelde e calmo, com percentagens iguais de 9,68% ;
- mentiroso, com uma percentagem de 15,38% (0% para sincero);
- impulsivo, com uma percentagem de 13,79% (3,45% para cauteloso);
- frio e caloroso, com percentagens iguais de 3,57% ;
- cobarde, com uma percentagem de 14,81% (0% para corajoso) ;
- hipócrita, com uma percentagem de 7,69% (0% para verdadeiro) .

Crime de assalto à mão armada

- antipático e simpático, com percentagens iguais de 6,67% ;
- desinibido, com uma percentagem de 15,62% (3,12% para inibido) ;
- desonesto, com uma percentagem de 13,79% (3,45% para honesto);
- agressivo, com uma percentagem de 14,29% (3,57% para passivo) ;
- rude, com uma percentagem de 18,52% (0% para delicado);
- rebelde, com uma percentagem de 18,18% (3,03% para calmo);

- mentiroso, com uma percentagem de 11,11% (3,7% para sincero);
- impulsivo, com uma percentagem de 16,13% (3,23% para cauteloso);
- frio, com uma percentagem de 10,71% (0% para caloroso) ;
- cobarde, com uma percentagem de 12,12% (6,06% para corajoso);
- hipócrita, com uma percentagem de 10,71% (3,57% para verdadeiro).

Crime de duplo homicídio

- antipático, com uma percentagem de 20,59% (2,94% para simpático) ;
- desinibido, com uma percentagem de 13,33% (10% para inibido) ;
- desonesto, com uma percentagem de 18,75% (9,38% para honesto) ;
- agressivo, com uma percentagem de 20% (5,71% para passivo) ;
- rude, com uma percentagem de 20,59% (5,88% para delicado);
- rebelde, com uma percentagem de 20,69% (6,9% para calmo) ;
- mentiroso, com uma percentagem de 17,24% (10,34% para sincero) ;
- impulsivo, com uma percentagem de 15,62% (9,38% para cauteloso) ;
- frio, com uma percentagem de 24,24% (3,03% para caloroso) ;
- cobarde, com uma percentagem de 20% (6,67% para corajoso) ;
- hipócrita, com uma percentagem de 26,67% (3,33% para verdadeiro)

C - Tipo de crime e retratos

Nesta parte, analisamos a frequência e percentagens de cada tipo de crime em relação aos retratos apresentados, atribuídos pelos sujeitos.

Assim, obtivemos os seguintes resultados:

1- Os tipos de crime

Crime de Burla

- Retrato I , com 41,03% e frequência de 16
- Retrato II, com 35, 9 % e frequência de 14
- Retrato III, com 12,82 % e frequência de 5
- Retrato IV, com 7,69 % e frequência de 3
- Retrato V, com 2,56 % e frequência de 1

Crime de Violação

- Retrato V, com 38,46 % e frequência de 15
- Retrato III, com 28,21 % e frequência de 11
- Retrato I, com 20,51 % e frequência de 8
- Retrato IV, com 10,26 % e frequência de 4
- Retrato II, com 2,56 % e frequência de 1

Crime de assalto com seringa

- Retrato IV, com 58,97 % e frequência de 23
- Retrato III, com 20,51 % e frequência de 8
- Retrato V, com 17,95 % e frequência de 7
- Retrato I, com 2,56 % e frequência de 1

Crime de Assalto à mão armada

- Retrato II, com 40 % e frequência de 16
- Retrato V, com 20 % e frequência de 8
- Retrato IV, com 17,5 % e frequência de 7
- Retrato III, com 12,5 % e frequência de 5«
- Retrato I, com 10 % e frequência de 4

Crime de duplo homicídio

- Retrato I, com 25,64 % e frequência de 10
- Retrato III e V, com 23,08 % e frequência de 9
- Retrato II, com 20,51% e frequência de 8
- Retrato IV, com 7,69 % e frequência de 3

2- Os retratos

Vejamos agora que crimes foram atribuídos aos diferentes retratos.

Retrato I

- Crime de burla, com 41,03% ;
- Crime de duplo homicídio, com 25,64% ;
- Crime de violação, com 20,51%
- Crime de assalto à mão armada, com 10%;
- Crime de assalto com seringa, com 2,56%.

Retrato II

- Crime de assalto à mão armada, com 40%;
- Crime de burla, com 35,9%;
- Crime de duplo homicídio, com 20,51%;
- Crime de violação, com 2,56%.

Retrato III

- Crime de violação, com 28,21%;
- Crime de duplo homicídio, com 23,08%;
- Crime de assalto com seringa, com 20,51%;
- Crime de burla, com 12,82%;
- Crime de assalto à mão armada, com 12,5 %.

Retrato IV

- Crime de assalto com seringa, com 58,97%;
- Crime de assalto à mão armada, com 17,5%;
- Crime de violação, com 10,26%;
- Crime de burla e de duplo homicídio, com valores iguais de 7,69%.

Retrato V

- Crime de violação, com 38,46%;
- Crime de duplo homicídio, com 23,08%;
- Crime de assalto à mão armada, com 20%;
- Crime de assalto com seringa, com 17,95%;
- Crime de burla, com 2,56%.

D- Características do Rosto descritas pelos sujeitos

No inquérito foi incluída uma questão que pedia aos sujeitos para referirem em cada um dos retratos as características do rosto que os influenciaram na forma como responderam às questões, ou seja, características de personalidade e tipo de crime inerentes a cada retrato.

Nesta parte, tivemos o particular cuidado de exemplificar características, mas somente apontámos características físicas ou aquilo que iremos chamar de estruturais, tentando desta forma impedir que os sujeitos apontassem características que estivessem ligadas à personalidade, aquilo que iremos chamar expressivas.

1- Os retratos e as características dos rostos

Como fizemos análise de conteúdo, estabelecemos diversas categorias que passamos a explicitar.

1- Nas características do rosto consideramos:

- características da face, enquadrando nesta as respostas que apontam a face, o rosto e a cara, em geral ou lhe associam outras características. Como exemplo, temos “a face em geral”; “rosto fechado”; “a cara arredondada”, etc

- características dos olhos, enquadrando nesta categoria as respostas que apontam os olhos e o olhar, de forma simples ou lhe associam outras características. Como exemplo, temos “olhar”, “olhos pequenos”, “olhos confiantes”, etc.

-características da boca, incluindo nesta categoria todas as respostas que referenciam a boca em geral ou lhe associam características. Como exemplo, temos “a boca”, “boca fina”, “boca cinica”, etc.

- características dos lábios, enquadrando neste conjunto todas as respostas que apontam os lábios, não havendo qualquer resposta que referencie só os lábios, tendo os sujeitos acrescentado outras características. Como exemplo, temos “lábios finos”, “lábios tortos”, “lábios delicados”, etc.

- características do Nariz, onde incluímos todo o conjunto de respostas que referenciam o nariz por si só ou associado a outras características. Como exemplo, temos “o nariz”, “nariz achatado”, “nariz comprido, etc.

- características da testa, incluindo nesta categoria todas as respostas que apontam a testa por si só (em geral), ou lhe associam características. Como exemplo, temos “a testa”, “testa franzida”, “testa lisa”, etc.

- características das orelhas, englobando nesta categoria todas as respostas que apontam as orelhas por si só ou lhe associam características. Como exemplo, temos “as orelhas”, “orelhas grandes”, “orelhas abertas”, “orelhas primitivas”, etc.

- características das sobrancelhas, enquadrando nesta categoria todas as respostas que referenciam as sobrancelhas por si só ou lhe associam características. Como exemplo, temos “as sobrancelhas”, “sobrancelhas grossas”, “sobrancelhas rudes”, etc.

- características do sorriso, colocando nesta categoria todas as respostas que apontam o sorriso, não havendo respostas que referenciem somente o sorriso, mas que lhe associam sempre características. Como exemplo, temos “sorriso eminente”, “ausência de sorriso”, “sorriso aberto”, “sorriso irónico”, etc.

- características das rugas, colocando nesta categoria as respostas que indicavam o local das rugas e a forma das rugas. Como exemplo, temos “rugas nos olhos” e “rugas acentuadas”.

- características da barba, enquadrando nesta categoria todas as respostas que referenciavam a barba por si só ou a caracterizam. Como exemplo, temos “a barba”, “barba intensa”, “barba grande”, etc.

- características do cabelo, onde incluímos todas as respostas que apontam o cabelo por si só ou o caracterizam. Como exemplo, temos “o cabelo”, “cabelo comprido”, “cabelo rebelde”, “corte arrogante”, etc.

- Acessórios, enquadrando nesta categoria todas as respostas que referenciam o boné do retrato I e o brinco do retrato IV.

- Aparência, enquadrando nesta categoria todas as respostas que referenciam o aspecto, o ar e a aparência em geral ou lhe associam determinadas características. Como exemplo, temos “o aspecto em geral” “aspecto de burlão”, “ar de drogado”, “convencido”, “engatado”, “vingativo”, “balfo”, “ar sedutor”, “aparência desleixada”, etc.

- Outros, colocando nesta categoria todas as respostas que não se enquadravam nas outras categorias. As características apontadas nesta categoria são: “complexo de inferioridade”, “Q.I. elevado ou Tez inteligente”, “bem falante”, “eterno teenager”, “meia idade”, “má formação genética”, “inspira confiança”, “de baixo nível”, “amigo do crime”, “careca”, “mau aspecto visual”, “pouco instruído” e “saúdavel-fantasiaco”.

Nestas categorias estabelecidas, interessa realçar que não incluímos um questionário, dado que as respostas obtidas não se enquadram em nenhuma delas, pois o sujeito apresenta para cada retrato “uma teoria criminal”. Este questionário será posteriormente apresentado como análise de um caso.

Em relação a esta primeira categorização os resultados estão evidenciados no quadro I.

Quadro I - Retratos/ Características do rosto

Retrato/ Rosto	Face	Olhos	Boca	Lábios	Nariz	Testa	Orelhas	Sobrancelhas	Sorriso	Rugas	Barba	Cabelo	Acessórios	Aparência	Outros	
I	11	18	5	2	5	0	1	0	4	1	0	0	5	12	5	69
II	8	22	9	5	3	6	0	1	1	1	0	1	0	10	3	70
III	3	30	3	1	2	0	0	0	1	0	13	10	0	15	2	80
IV	8	17	4	0	2	0	0	7	1	0	3	2	8	17	4	73
V	10	21	5	2	6	1	8	0	1	0	3	8	0	12	4	81
Total	40	108	26	10	18	7	9	8	8	2	19	21	13	68	18	373

2- Os retratos e as características mais apontadas

Dos dados do Quadro I, retiramos as 4 características mais assinaladas, ou seja, os “olhos”, a “aparência”, “face” e “boca” e submetemo-las a nova análise de conteúdo, estabelecendo novas categorias para cada uma delas, que passamos a explicitar.

2.1. Retratos e características dos olhos

Como obtivemos uma percentagem de 28,9% de respostas referentes a características dos olhos, achámos conveniente estudar em particular esta já estabelecida categoria.

Assim, decidimos criar três novas categorias que permitissem uma análise mais cuidada dos resultados obtidos.

- A primeira, denominamo-la **Geral**, incluindo nesta todas as respostas que apontam os olhos ou o olhar por si só (por exemplo, “ os olhos”, “o olhar”) ,como sendo a característica do rosto que os influenciou nas suas respostas.

- A segunda, chamamos-lhe **Características Estruturais** , onde incluímos todas as respostas que fazem referência à estrutura física ou qualidades anatómicas dos olhos. Como exemplo, temos “ olhos pequenos”, “olhos grandes”, “olhos abertos”, “olhos semi-cerrados”, “olhos juntos”, “olhos encovados”, “olhos fundos”, “olhos rasgados”.

- A terceira, denominamo-la **Características Expressivas**, onde incluímos todas as respostas que aos olhos juntavam características que de alguma forma estavam relacionadas com expressões emocionais ou características da personalidade. Obtivemos uma grande diversidade de respostas nesta categoria. Como exemplo, temos “olhos sem expressão”, “olhos expressivos”, “olhos maquiavélicos”, “olhos frios”, “olhos fuzilantes”, “olhos agressivos”, “olhos desonestos “, etc.

Os resultados que obtivemos estão representados no quadro II.

Quadro II - Retratos/Características dos olhos

Retrato/Olhos	Geral	Estruturais	Expressivas	
I	4	5	9	18
II	3	10	9	22
III	8	9	13	30
IV	3	6	8	17
V	2	2	17	21
Total	20	32	56	108

2.2. Retrato e características da Aparência.

Nesta categoria, obtivemos 17,69 % de respostas.

Assim, decidimos fazer uma análise mais detalhada das respostas encontradas e estabelecemos as seguintes categorias:

- **Geral**, onde enquadrámos todas as respostas que apontam a aparência, o aspecto ou o ar em geral e por si só, sem lhe serem associadas outras características. Como exemplo, temos “o aspecto em geral”.

- **Tipo**, onde decidimos enquadrar todas as respostas que categorizavam o retrato num tipo definido. Como exemplo, temos “aspecto de burlão”, “ar de drogado”, “aparência de bandido”, aspecto de tarado sexual”.

- **Personalidade**, onde incluímos todas as respostas que referenciam a aparência, o aspecto ou o ar associados a características de personalidade. Como exemplo, temos “aspecto rude”, “ar de insatisfeito”, “ar desmazelado”, “aparência de mentiroso”, “rebelde”, “mau”, “sedutor”, “atrevido”, “ar balofo”, etc.

Os resultados obtidos estão apresentados no Quadro III.

Quadro III - Retratos/Características da Aparência

Retrato/Aparência	Geral	Tipo	Personalidade	
I	4	1	7	12
II	4	0	6	10
III	2	4	9	15
IV	4	3	10	17
V	3	3	6	12
Total	17	11	38	66

2.3. Retratos e características da face

Como obtivemos nesta categoria 10,72% de respostas, voltámos a analisá-la, estabelecendo novas categorias adentro desta.

Assim, as categorias estabelecidas são:

- **Geral**, onde estão incluídas todas as respostas que apontam a face como um todo. Como exemplo, temos “o rosto em geral”, “a face”.

- **Características estruturais**, onde enquadrámos as respostas que se referem à estrutura da face e qualidades físicas. Como exemplo, temos “face arredondada”, “face larga”, “face deformada”.

- **Características expressivas**, contendo esta categoria todas as respostas que associam à face expressões emocionais ou características de personalidade. Como exemplo, temos “Face com rancor”, “Face fechada”, “face pouco agradável”, “face pouco simpática”, “face suspeita”, “face pouco inteligente”, “face hipócrita”, “face simpática”, “face desinibida”.

Os resultados obtidos estão representados no Quadro IV

Quadro IV - Retratos/Características da Face

Retrato/ Face	Geral	Estruturais	Expressivas	
I	6	3	2	11
II	5	0	3	8
III	2	0	1	3
IV	5	0	3	8
V	4	1	5	10
Total	22	4	14	40

2.4. Retratos e características da boca

Nesta categoria obtivemos 6,97% de respostas, daí termos feito nova análise de conteúdo e estabelecemos as seguintes categorias :

- **Geral**, categoria que tal como nas outras já estabelecidas de acordo com o mesmo critério contém as respostas que apontam a boca por si só ou o seu aspecto geral. Como exemplo, temos “ a boca”, “o aspecto da boca”.
- **Características estruturais**, incluindo nesta categoria todas as respostas que associam à boca características estruturais (forma) ou físicas. Como exemplo temos “boca fina”.
- **Características expressivas**, enquadrando nesta todas as respostas que associam à boca expressões emocionais ou características da personalidade. Como exemplo temos “ Boca de confiança”, “boca dura”, “boca sem expressão”, “boca com rancor”, “boca cinica”.

Os resultados obtidos encontram-se representados no Quadro V

Quadro V - Retratos/Características da boca

Retrato/ Boca	Geral	Estruturais	Expressivas	
I	3	0	2	5
II	0	8	1	9
III	0	2	1	3
IV	1	2	1	4
V	1	3	1	5
Total	5	15	6	26

2.5. Retratos e outros.

Achamos relevante apresentar aqui os resultados da categoria já explicitada anteriormente- **Outros** - e que inclui todas as respostas que não se enquadravam nas outras categorias.

As novas categorias aqui estabelecidas não diferem das respostas dadas, aliás, são as próprias respostas, excepto a categoria Q.I. elevado que inclui a resposta “tez inteligente”.

A razão de apresentação destes resultados não se baseia na quantidade de respostas obtidas (18), mas na diversidade e aspecto curioso das mesmas. Os resultados estão representados no Quadro VI.

Quadro VI - Retratos/Outros

Devido à diversidade de características apontadas nesta categoria, não foi possível apresentar aqui o quadro correspondente. Optámos por incluí-lo nos anexos, constituindo assim o Anexo B.

3. Características do rosto e tipo de retrato

Ao analisarmos as duas características do rosto mais apontadas em relação a cada retrato, verificamos que são os “olhos” e a “aparência” em todos eles. Mais, também em todos eles a característica mais apontada são os “olhos”. Vejamos :

- Retrato I ⇒ olhos, aparência (ver quadro II e III) ;

- Retrato II ⇒ olhos, aparência (ver quadro II e III) ;

- Retrato III ⇒ olhos, aparência (ver quadro II e III) ;

- Retrato IV ⇒ olhos, aparência (ver quadro II e III) ;

- Retrato V ⇒ olhos, aparência (ver quadro II e III).

6- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Está, sem dúvida, patente nos resultados obtidos que **os sujeitos a partir de autênticos retratos-robots, estabelecem relações entre as características do rosto ou faciais e características de personalidade**, o que vem de encontro a toda a fundamentação teórica.

Mais, estabelecem **relações entre estas e o tipo de crime**, quando é introduzida a variável crime, contudo na sua maioria fazem atribuições que não estão adequadas à realidade.

Todos os sujeitos categorizaram e explicitam o seu processo de atribuição por determinadas características do rosto.

Analisando os resultados obtidos e estabelecendo ligações entre estes verificamos a evidência destas conclusões e obtemos diversas informações:

A- Informações sobre cada retrato.

Retrato I

1- Perfil :

As características mais apontadas são o simpático, passivo, calmo, cauteloso e frio.¹³

2- Crime atribuído :

O crime mais atribuído a este retrato é o crime de burla. Esta atribuição corresponde ao crime praticado pelo sujeito do retrato-robot.

¹³ Ao tentarmos saber quais as correlações mais estabelecidas, usamos como critério as que ultrapassam o valor de 70%.

3- Justificação para as atribuições:

Os sujeitos justificaram as suas atribuições baseando-se nas seguintes características do rosto ¹⁴:

- Olhos, sendo a sub-categoria “expressiva” a mais apontada.
- Aparência, sendo a sub-categoria “personalidade” a mais apontada.

4. Comparação entre os perfis atribuídos e os dados da Polícia Judiciária:¹⁵

Os dados recolhidos na Polícia Judiciária para este tipo de crime e o perfil de características aqui atribuído têm as seguintes características comuns:

- simpático, cauteloso e passivo.

Retrato II

1- Perfil :

antipático, desinibido, desonesto, mentiroso, frio e hipócrita.

2- Crime atribuído :

O crime mais atribuído para este retrato é assalto à mão armada. Esta atribuição não corresponde ao verdadeiro crime cometido por este sujeito que foi o crime de violação.

¹⁴ Consideramos aqui as duas características mais apontadas conforme apresentação dos resultados.

¹⁵ Estes dados foram recolhidos na Polícia Judiciária, que associou determinadas características da personalidade aos diferentes tipos de crime focados neste estudo. Estas características foram descritas na parte metodológica deste trabalho.

3- Justificações para as atribuições :

As características do rosto mais utilizadas para categorizar este retrato são:

- Olhos, sendo a sub-categoria “expressiva” a mais apontada .
- Aparência, sendo a sub-categoria “personalidade” a mais referenciada.

4- Comparação entre os perfis atribuídos e os dados da Polícia Judiciária.

Relacionando os dados obtidos na Polícia Judiciária para o crime atribuído e o perfil de personalidade aqui referido encontramos as seguintes características comuns:

- desinibido e frio.

Retrato III

1- Perfil :

- antipático, desonesto, rude e frio.

2- Crime atribuído :

O crime mais atribuído a este retrato foi o de violação. Esta atribuição não corresponde ao verdadeiro crime cometido por este sujeito que foi o crime de assalto com seringa.

3- Justificações para as atribuições:

Os sujeitos justificaram as suas atribuições para este retrato pelas seguintes características do rosto:

- Olhos, em que a sub- categoria “expressiva” foi a mais apontada.

- Aparência, em que a sub-categoria “personalidade” foi a mais apontada.

4- Comparação entre o perfil atribuído e os dados da Polícia Judiciária.

Nos dados recolhidos na Polícia Judiciária de características associadas a este tipo de crime encontramos as seguintes características comuns com as atribuídas a este retrato:

- frio.

Retrato IV

1- Perfil :

- desinibido, desonesto, agressivo, rude, rebelde, mentiroso, impulsivo e hipócrita

2- Crime atribuído :

O crime mais atribuído a este retrato é o crime de assalto com seringa. Esta atribuição não corresponde ao verdadeiro crime cometido pelo sujeito que foi o crime de assalto à mão armada.

3- Justificações para as atribuições :

Os sujeitos justificaram as suas atribuições pelas seguintes características do rosto:

- Olhos, sendo a sub-categoria “expressiva” a mais apontada.
- Aparência, sendo a sub-categoria “personalidade” a mais referenciada.

4- Comparação entre o perfil atribuído e os dados da Polícia Judiciária.

Relacionando as características associadas a este crime pela Polícia Judiciária e o perfil de características atribuído a este retrato encontramos as seguintes semelhanças:

- agressivo, desinibido e impulsivo.

Retrato V

1- Perfil :

- antipático, desonesto, agressivo, rude, rebelde, mentiroso, frio e hipócrito.

2- Crime atribuído :

O crime mais atribuído a este retrato foi o de violação. Esta atribuição não corresponde ao verdadeiro crime cometido pelo sujeito que foi o de duplo homicídio.

3- Justificações para as atribuições :

Os sujeitos justificaram as suas atribuições pelas seguintes características do rosto:

- Olhos, sendo a sub-categoria “expressiva” a mais apontada.
- Aparência, sendo a sub-categoria “personalidade” a mais apontada.

4- Comparação entre o perfil atribuído e os dados da Polícia Judiciária:

Relacionando as características associadas pela Polícia Judiciária ao crime atribuído com o perfil de características aqui referenciado pelos sujeitos, obtemos as seguintes semelhanças:

- agressivo, mentiroso e frio.

• Interpretação das informações:

Na análise global e interpretação destas informações sobre os retratos, podemos desde logo assinalar que por se encontrarem em maioria os **perfis atribuídos a cada retrato correspondem a teorias implícitas da personalidade detentoras de um largo consenso na nossa amostra**, tal como refere Leyens(1985).

A nossa percepção dos outros é assim orientada por uma teoria.

Apesar de existirem teorias que diferem de situação para situação, de grupo para grupo, existem outras que são amplamente partilhadas por muitas pessoas, apelidando-se assim, teorias detentoras de um largo consenso, independentemente de se adequarem ou não à realidade.

Outra interpretação geral destas informações é que o **perfil de características semelhante estabelecido** em confronto com os dados da Policia Judiciária, **indica-nos que** no vasto mundo das crenças gerais que temos acerca da espécie humana, nomeadamente no que concerne à frequência e variabilidade de traços de personalidade nas pessoas, **temos teorias implícitas da personalidade que são consensuais com as de especialistas** (independentemente de serem correctas ou não), como afirma o próprio Leyens (1985).

Este consenso, para além de uma base filogenética e inconsciente, tem na nossa amostra uma base essencialmente ontogenética e de aprendizagem.

Na realidade, este facto talvez se possa explicar pelos sujeitos da amostra estarem em permanente contacto com criminosos e terem assim possibilidades de constatar possíveis relações entre características faciais, características de personalidade e crime cometido e de enquadrarem essas informações em teorias implícitas da personalidade, construindo esquemas mentais que neste caso, podem muito bem ser adequados à realidade.

Como tal, **isto significa que esses perfis semelhantes podem traduzir uma categorização adequada à realidade, ou que pelo menos corresponde aos dados recolhidos por especialistas, neste caso, a Policia Judiciária.**

Aliás, **analisando o contexto prisional e o comportamento delinquente, podemos interpretar os resultados destes perfis, pressupondo que a existência de determinado grupo de comportamentos (que envolvam o relacionamento com os guardas prisionais e com os próprios reclusos) que possam ser associados a pessoas que cometeram determinado**

tipo de crime possa originar nos guardas prisionais o estabelecimento de atribuições, de teorias implícitas e , claro, de categorizações.

Daí afirmarmos que a experiência ou aprendizagem influenciam também as possíveis categorizações, o que se verifica na nossa amostra, não esquecendo contudo outros factores que intervém no estabelecimento dos esquemas mentais.

Explicitemos. No âmbito do contexto prisional e do comportamento delinquente podemos encontrar:¹⁶

- sujeitos “bem-adaptados” como refere Gonçalves (1993), que coincidem com os “prossociais” de Schrag (1961) e identificam-se com crimes violentos, mantendo um comportamento correcto e um relacionamento sem problemas, mas distante, como se o seu mundo não fosse aquele.

Estes autores incluem nestes actos violentos o homicídio e a agressão, e na nossa opinião, podemos incluir ainda a **violação**, pois esta não existe sem violência, podendo **desta forma afirmar que este tipo de comportamentos poderia ter originado as atribuições que obtivemos para este tipo de crime por parte dos guardas prisionais, ou seja, agressivo, frio e mentiroso. Agressivo, porque o crime que praticaram está relacionado com violência, frio, porque mantêm um relacionamento distante , mentiroso porque geralmente todos os violadores negam o seu crime, com o objectivo de se protegerem da reacção dos outros reclusos, pois sabem que este tipo de crime é dos mais criticados dentro do Estabelecimento Prisional.**

- sujeitos “mal-adaptados” como afirma Gonçalves (1993), coincidindo com os “associais” de Schrag (1961) e identificam-se com sujeitos que cometeram crimes contra as pessoas ou contra a propriedade, sendo egocentristas e constituindo na prisão o grupo mais conflituoso e agressivo, interagindo com companheiros e guardas de acordo com estas características.

¹⁶ Conforme descrito na parte metodológica, quando tentámos caracterizar o contexto prisional.

- sujeitos **“sobre-adaptados”** referenciados por Gonçalves (1993), que se assemelham aos **“antissociais”** de Schrag (1961), que constituem o grupo de reclusos que estão relacionados com crimes de furto ou assalto, rejeitando na prisão o contacto com os funcionários, assumindo uma atitude de confronto com as autoridades, como tentativa de demonstração de poder.

Estes dois últimos grupos de comportamentos (principalmente os sujeitos “sobre-adaptados”) pode encontrar-se nos indivíduos que **cometeram assalto à mão armada e pode possibilitar um tipo de atribuição de perfil por parte dos guardas prisionais como o que encontramos, ou seja, uma pessoa desinibida e fria.**

- sujeitos **“inadaptados”** como afirma Gonçalves (1993), que coincidem com **“os socialmente inadequados”** de Sinclair e Chapman (1973) e que não se identificam a um crime de tipo específico, sendo caracterizados por inadequação relacional e “alheamento”.

Este tipo de comportamentos (de inadaptação relacional e social e de explosão súbita de ataques de cólera) pode identificar-se com sujeitos que cometem um assalto com seringa, sendo toxicod dependentes, e além disso pode gerar categorizações como desinibido, impulsivo e agressivo por parte dos guardas prisionais.

- Na tipologia de Schrag (1961) destacamos ainda o **“pseudo-social”**, que engloba indivíduos que cometem crimes como burla ou fraudes. Na prisão, relacionam-se muito bem tanto com os funcionários como reclusos, tentando duma forma pragmática e utilitária aproveitar as situações deste contexto em seu favor.

Este tipo de comportamentos associado a este tipo de reclusos pode contribuir para que os guardas prisionais categorizem um “burlão”, como uma pessoa simpática, cautelosa e passiva.

Em resumo, estar inserido num contexto prisional que se caracteriza, pelo menos, pela existência destes comportamentos nos reclusos pode originar categorizações muito diversas nos guardas prisionais, quer sejam adequadas à realidade ou não.

Analizando e interpretando outras informações recolhidas neste item, podemos dizer que **em todos os retratos as características do rosto que mais transmitem informação emocional e comportamental para os sujeitos da nossa amostra são os olhos e a aparência.**

Nos olhos é particularmente a sub-categoria **“expressiva”** a mais apontada, que conforme o procedimento de análise de conteúdo inclui associações a estados emocionais ou características de personalidade.

Podemos então dizer que, **em conformidade com a centralidade que é atribuída à face** no julgamento de estados emocionais, de características de personalidade e da própria interação social, **os olhos constituem uma referência básica da face no processo de atribuição.**

O mesmo poderemos dizer para a “aparência”, onde é mais apontada a sub-categoria **“personalidade”**. Esta inclui associações da “aparência”, do “aspecto” ou do “ar” com características da personalidade.¹⁷

Logo , tanto os “olhos” como a “aparência” são referenciais básicos e mesmo polos dinamizadores de atribuições que explicitam as teorias implícitas de sujeitos acerca de outros sujeitos, já que estas teorias podem ser geradas por características físicas, neste caso, características faciais.

¹⁷ Conforme explicitado e exemplificado na apresentação dos resultados.

B- Os tipos de crime e retratos

A análise e discussão dos resultados neste item vai abranger os dados obtidos para os diferentes tipos de crime e dentro de cada um deles os diferentes retratos que foram relacionados. Inversamente também terá em consideração os dados obtidos para os diferentes retratos relacionados com os diversos tipos de crime. Adicionalmente, teremos em conta as respostas dos sujeitos que atribuíram o crime cometido ao retrato certo e o perfil estabelecido nesta categorização.

Podemos desde já evidenciar que quando introduzimos a variável crime obtivemos correspondências entre os retratos e os tipos de crime, o **que significa que os sujeitos continuam a estabelecer relações entre as características faciais e uma nova variável - o tipo de crime.**

Em suma, os diferentes retratos são todos categorizados em função dum suposto crime cometido.

Tendo em conta o maior número de respostas para cada retrato, iremos analisar e discutir os dados obtidos segundo duas perspectivas:

1- As atribuições feitas para cada retrato em relação ao tipo de crime, quer sejam atribuições que correspondam ou não ao crime cometido.

2- As atribuições feitas pelas pessoas que relacionaram o verdadeiro crime cometido com o retrato certo.

1- Atribuições feitas para cada retrato em relação ao tipo de crime

No retrato I, as atribuições são feitas na sua maioria com o crime de burla, o que corresponde ao verdadeiro crime cometido pelo sujeito. Também a este retrato é atribuído o crime de duplo homicídio e de violação, com valores aproximados, sendo pouco considerado o crime de assalto à mão armada e muito menos o assalto com seringa, tendo este último um valor muito baixo.

No retrato II, as atribuições são feitas na sua maioria ao crime de assalto à mão armada, o que não corresponde ao verdadeiro crime cometido que foi o de violação. A este também é atribuído o crime de burla e de duplo homicídio, com valores consideráveis, sendo o crime de violação pouco atribuído. Não há qualquer atribuição ao crime de assalto com seringa.

No retrato III é atribuído na sua maioria o crime de violação, o que não corresponde ao verdadeiro crime cometido pelo sujeito que foi assalto com seringa. Segue-se-lhe o crime de duplo homicídio e assalto com seringa, com valores não muito diferentes, o mesmo acontecendo com o crime de burla e o crime de assalto à mão armada, que têm valores quase idênticos.

No retrato IV, é atribuído na sua maioria o crime de assalto com seringa, distinguindo-se bastante nos seus valores das restantes atribuições a este retrato. No entanto, não corresponde ao verdadeiro crime cometido que foi o assalto à mão armada. Segue-se o crime de assalto à mão armada e a este o crime de violação. O crime de burla e duplo homicídio apresentam valores percentuais iguais e relativamente baixos.

No retrato V, é atribuído na sua maioria o crime de violação, o que não corresponde ao verdadeiro crime cometido que foi o de duplo homicídio. Por ordem de valores seguem-se o crime de duplo homicídio, o crime de assalto à mão armada, o crime de assalto com seringa e, por último, com um valor muito baixo o crime de burla.

A nenhum dos retratos é atribuído em primeiro lugar o crime de duplo homicídio cometido pelo sujeito do retrato V.

Estas atribuições feitas a cada um dos retratos representam categorizações que não correspondem à realidade, excepto a do retrato I.

Podemos então afirmar, que os sujeitos da nossa amostra estabeleceram relações entre as características dos diferentes retratos e o tipo de crime cometido, mas que não estão de acordo com a realidade.

O que significa que neste estudo exploratório, não se comprova a possibilidade de existirem características faciais directamente relacionáveis com um tipo de crime, apesar de haver atribuições.

Reportando-nos às teorias constitucionais do crime e ao facto de as características físicas terem sido desde sempre associadas ao comportamento criminal, este estudo não nos permite partilhar da opinião patente nestes de que existiria uma relação directa entre a presença de determinadas características físicas e “tipos criminais” .

Interpretamos os resultados desta forma já que as características físicas ou estruturais do rosto aqui contempladas, além de não induzirem uma categorização adequada, também é de lembrar que fracamente foram apontadas pelos sujeitos como justificação para as suas atribuições.

Mas não comprovar algo não significa que não se possa corroborar outro algo.

Ou seja, estes resultados não significam no entanto que as características faciais não possam ser relacionadas com um tipo de crime.

Muito antes pelo contrário, pois são sempre estabelecidas categorizações.

A categorização é uma realidade, podendo no entanto não ser adequada à realidade.

Ora, a categorização sendo sobretudo um acto de simplificação é susceptível de disfunções, já que a maioria das vezes somos levados a simplificar as características dos objectos, pessoas ou acontecimentos, conferindo-lhe um significado que esteja de acordo com categorias pré-estabelecidas.

Os sujeitos categorizam tendo como base juízos inerentes a expressões que possam indicar informação emocional ou características de personalidade.

O que corrobora, neste estudo exploratório, a importância das expressões faciais no processo de categorização, que pelas suas particulares características permitem-nos explicitar e manter teorias implícitas da personalidade que relacionam pessoas a um crime cometido.

A estratégia de manutenção consiste precisamente em “enquadrar as informações” que as expressões faciais possam indicar nessas ditas teorias.

Interpretamos o conjunto destas informações, de modo a conferir-lhe um significado que corresponda às nossas teorias implícitas de personalidade, dando sentido a categorizações possíveis sobre tipos de crime.

2- As atribuições feitas pelas pessoas que relacionaram o verdadeiro crime cometido com o retrato certo.

O retrato I, é o único em que a maioria dos sujeitos atribui correctamente o crime de burla .

O perfil de características de personalidade estabelecido, isto é , aquele em que as pessoas se basearam para estabelecer a verdadeira atribuição, é um perfil em que as suas características não diferem muito em termos percentuais.

Verifica-se que havia um certo consenso na teoria implícita de personalidade explicitada por estes sujeitos. O perfil é o seguinte, apresentado de uma forma decrescente, isto é, vai-se da característica mais atribuída para a característica menos atribuída:

- cauteloso, desinibido, calmo, simpático, frio, passivo, hipócrita, mentiroso , corajoso e rude.

Relacionando este perfil atribuído e os os dados da Policia Judiciária, obtemos um perfil de características comuns:

- cauteloso, desinibido, simpático, passivo e mentiroso.

2.1. Nos retratos II, III, IV e V a atribuição feita pela maioria dos sujeitos não corresponde ao crime realmente cometido. No entanto, tendo em consideração as respostas que estão de acordo com o crime verdadeiro de cada retrato-robot podemos considerar que :

No retrato II, os sujeitos para atribuírem o crime de violação estabeleceram um perfil de personalidade que só se limita a duas características e com valores percentuais baixos e quase iguais.. O perfil estabelecido em valores decrescentes é:

- calmo e mentiroso.

Relacionando esta atribuição com os dados da Policia Judiciária obtemos um perfil de características semelhantes:

- calmo e mentiroso.

No retrato III, os sujeitos atribuíram o crime de assalto com seringa basearam-se em determinadas características da personalidade. No perfil estabelecido verificamos que as características frio e caloroso têm um valor muito baixo para além de ser igual. O mesmo acontece com as características rebelde e calmo, que apresentam valores iguais só que mais altos que os anteriores. Este dado traduz uma certa ambiguidade nos sujeitos em relação a estas polarizações. Contudo, **verificamos que o restante perfil é relativamente homogéneo** em relação aos valores percentuais das características. O perfil obtido em termos decrescentes é o seguinte:

- mentiroso, cobarde, impulsivo, antipático, desonesto, inibido, rude, hipócrita, passivo.

Relacionando estas atribuições com os dados da Polícia Judiciária podemos obter um perfil de características comuns:

- cobarde e impulsivo.

No retrato IV, os sujeitos que atribuíram o crime de assalto à mão armada basearam-se em determinadas características da personalidade que diferem entre si nos valores percentuais obtidos. No entanto, esta diferença não é muito acentuada, excepto para as características antipático e simpático que além de terem valores percentuais iguais são também os mais baixos. Podemos dizer que os sujeitos manifestaram uma certa ambiguidade em relação a esta polarização. O perfil obtido e apresentado de forma decrescente é o seguinte:

- rude, rebelde, impulsivo, desinibido, agressivo, desonesto, cobarde, mentiroso, frio e hipócrita.

Relacionando esta atribuição com os dados da Polícia Judiciária relativamente a este tipo de crime, obtemos um perfil de características comuns:

- rebelde, impulsivo, desinibido, agressivo, cobarde e frio

No retrato V, os sujeitos que atribuíram o crime de duplo homicídio, basearam-se em características de personalidade que definem um **perfil bastante homogéneo**, à excepção da característica desinibido que apresenta um valor mais baixo em relação às outras, mas de qualquer forma não é um valor baixo.

Esta verificação traduz um largo consenso em relação a uma teoria da personalidade que é aqui explicitada.

Ainda a comprovar este facto, **verificamos que as características apontadas são exclusivamente negativas ou desagradáveis, daí traduzir um processo de categorização que é largamente partilhado pelas pessoas que fizeram esta atribuição.**

Assim, o perfil obtido e apresentado de forma decrescente é o seguinte:

- hipócrita, frio, rebelde, antipático, rude, agressivo, cobarde, desonesto, mentiroso, impulsivo e desinibido

Relacionando esta atribuição com os dados da Polícia Judiciária relativamente ao tipo de crime, podemos estabelecer um perfil de características comuns:

- hipócrita, frio, rebelde, antipático, rude, agressivo, cobarde, mentiroso, impulsivo e desinibido

Perante a análise destes resultados, está sem dúvida patente que **a maioria dos indivíduos não fez a correspondência certa do verdadeiro crime cometido para cada retrato**, excepto para o retrato I.

Voltamos a referenciar que estas categorizações são orientadas por teorias que os sujeitos têm para perceber os retratos.

Os sujeitos ordenam e relacionam pessoas e tipos de crime, enfim, formam categorias que lhes permitem ler e contextualizar o que lhes é apresentado (o real) no seu real.

Ora, como referenciam os autores **Yarmey and Jones (1985)**:

“Muitas pessoas acreditam que os seus anos de experiência, a sua maturidade e o seu modo objectivo de olhar as coisas dão-lhe um corpo de conhecimentos em que podem confiar e que lhes permite tomar boas decisões. Essa informação deriva de experiências únicas e pessoais que são assumidas como gerais, óbvias e aplicáveis a toda a gente”¹⁸

Esta característica está subjacente a todo o processo de categorização e revela-se nos resultados do nosso estudo, já que a amostra está em permanente interacção e troca de experiências com verdadeiros criminosos, **daí acreditarem que a sua verdade é óbvia e aplicável a outras pessoas ligadas ao crime.**

É essa verdade que interessa porque é a deles, que diariamente lidam e conhecem “verdadeiros criminosos”.

Contudo, como cada experiência é única e pessoal, mas também é vivida num contexto que tem características específicas¹⁹, tanto podem surgir teorias detentoras de um largo consenso²⁰ que se adequam ao real, como podem surgir teorias que pertencem a um grupo de indivíduos ou mesmo a um indivíduo isolado, conforme demonstraram os estudos de Rosenberg e Jones (1972) e de George Kelly (1955).

¹⁸ O sublinhado é nosso.

¹⁹ Como referenciamos na parte metodológica.

²⁰ Como verificamos para o retrato I

Aliás as diferenças individuais não só se podem reflectir ao nível das teorias implícitas da personalidade, como também diferenças de juízo correspondem a traços diferenciais nos “juízes”.²¹

Concluindo, podemos então dizer que apesar de existirem teorias implícitas que podem ser erradas e constituírem categorizações que não se adequam à realidade, aquelas não deixam de orientar a nossa percepção e levar-nos a fazer julgamentos que pensamos serem os mais verdadeiros, porque transmitem a nossa verdade, quer ela tenha sido construída através da nossa experiência individual, quer através da nossa experiência colectiva.

É a nossa verdade e é a verdade, por que é aquela que existe na nossa ingenuidade, implicitismo e inconsciente.

Na análise, discussão e interpretação dos resultados dos sujeitos que atribuíram o crime realmente cometido ao retrato respectivo, **podemos desde já acentuar que existem teorias implícitas que detêm um consenso entre grupos de pessoas, podendo não ser teorias detentoras de um largo consenso, mas que não deixam de ser relevantes e verdadeiras para quem as possui.**

Quanto aos perfis semelhantes estabelecidos entre os sujeitos que atribuíram o crime correspondente ao retrato certo e os dados da Polícia Judiciária, **relevamos novamente que existem teorias implícitas que são comuns a leigos e a especialistas, sendo neste caso adequadas à realidade. Até porque os dois grupos lidam com pessoas e informações que possam suscitar essa semelhança.**

Nesta linha de pensamento **podemos dizer que os perfis de características comuns encontrados constituem perfis de personalidade de indivíduos que eventualmente cometam estes tipos de crime.**

²¹ Estes traços diferenciais não são aqui considerados, dado que tentámos homogeneizar a nossa amostra através do factor contexto profissional, neste caso, prisional, não nos interessando para o nosso estudo traços diferenciais entre os sujeitos. De qualquer forma fica aqui a ressalva.

Outros perfis podem ser encontrados, contudo tendo em conta os dados recolhidos quer na Polícia Judiciária, quer da nossa amostra, **podemos afirmar que estes são prováveis.**

Analisando precisamente estes perfis comuns, temos que acentuar o que atrás dissemos no que respeita ao grupo de sujeitos inquirido, ou seja, são pessoas que se encontram inseridas num contexto prisional, **possuindo informações sobre criminosos que de alguma forma explicam o estabelecimento das suas categorizações.**

Baseando-nos no que referimos acerca do contexto prisional e do comportamento delincente na parte metodológica e acerca dos perfis semelhantes encontrados no item informações sobre os retratos, podemos voltar a lembrar a referência que fizemos ao grupo de reclusos encontrados e tipologias do comportamento delinquentes aos quais são característicos determinados comportamentos:²²

- os sujeitos **“bem-adaptados”** Gonçalves (1993) e os **“prossociais”** de Schrag (1961).

Embora estes autores considerem estes sujeitos como aqueles que cometem actos violentos, tal como o homicídio e a agressão, na nossa opinião, podemos ainda incluir a **violação**, pois esta não existe sem violência, podendo **desta forma afirmar o tipo de comportamentos manifestado por estes sujeitos poderia ter originado as atribuições que obtivemos para este tipo de crime por parte dos guardas prisionais, ou seja, calmo e mentiroso. Calmo, porque mantêm um comportamento correcto, mentiroso porque geralmente todos os violadores negam o seu crime, quanto mais não seja para sua própria protecção da reacção dos outros reclusos.**

- os sujeitos **“mal-adaptados”** Gonçalves (1993) e os **“associais”** de Schrag (1961).

²² Vamos só referenciar os grupos de Gonçalves (1993), as tipologias de Schrag (1961) e de Sinclair e Chapman (1973) sem indicar os tipos de comportamentos encontrados, já que os explicitámos anteriormente.

Na nossa opinião, o tipo de comportamentos manifestado por estes sujeitos pode dar origem a atribuições ao crime de homicídio por parte dos guardas prisionais que os categorizam como pessoas antipáticas, agressivas, rudes, rebeldes, impulsivas, desinibidas, frias, hipócritas, cobardes e mentirosas.

- os sujeitos “sobre-adaptados” de Gonçalves (1993) e os “antissociais” de Schrag (1961).

Nestes dois últimos grupos de sujeitos (“mal-adaptados” e “sobre-adaptados”) podem encontrar-se que cometeram assalto à mão armada com comportamentos específicos que podem possibilitar um tipo de atribuição de perfil por parte dos guardas prisionais como o que encontramos, ou seja, uma pessoa agressiva, rebelde, impulsiva, desinibida, cobarde e fria.

- os sujeitos “inadaptados” Gonçalves (1993), e os “os socialmente inadequados” de Sinclair e Chapman (1973).

Assim, este tipo de sujeitos podem identificar-se com indivíduos que cometem um assalto com seringa, sendo toxicodependentes, e além disso pode gerar categorizações como cobarde e impulsivo por parte dos guardas prisionais.

- Na tipologia de Schrag (1961) destacamos ainda o “pseudo-social”.

Este tipo de sujeitos que normalmente cometeram um crime de burla manifesta comportamentos que podem contribuir para que os guardas prisionais categorizem um “burlão”, como uma pessoa simpática, desinibida, passiva, cautelosa, contudo mentirosa, porque apesar do bom relacionamento com os guardas não deixa de ser “burlão”.

C- Características do rosto mais apontadas

Antes de analisarmos as características do rosto mais apontadas, **é de realçar a diversidade de características em que os sujeitos se basearam** para fazerem as suas atribuições, chegando mesmo ao pormenor das sobrancelhas ou das rugas.

Relativamente a estes dados **podemos concluir que os sujeitos da amostra tanto têm em conta a face em geral , como acentuam algumas das suas partes.**

Contudo, podemos considerar que **há determinadas características que influenciam mais as atribuições dos sujeitos do que outras.**

No conjunto dos resultados, seleccionámos as quatro categorias mais apontadas. Vejamos cada uma destas:

1- Olhos

Nesta categoria, a mais referenciada a nível geral, verificamos também que é a característica mais apontada em qualquer um dos retratos em quando confronto com outras.

Nas sub-categorias estabelecidas para esta característica, verificamos que a “**expressiva**” é a mais apontada, seguindo-se a “estrutural” e só depois a “geral”.

Ora, como neste caso “expressiva” inclui associações com estados emocionais e com características de personalidade²³, **podemos então concluir que os sujeitos dão mais importância às informações que o rosto possa traduzir de estados emocionais ou características de personalidade do que às estruturais.**

²³ Conforme explicitado na apresentação dos resultados.

Isto não significa, de forma alguma, que os sujeitos não valorizem as características estruturais, mas para justificar as suas atribuições, preferem associar ao rosto outro tipo de informação que as justifica .

Os sujeitos prefererem seleccionar informação sobre estados emocionais ou características de personalidade.

Até porque o rosto tem a particularidade de poder transmitir este tipo de informação ao sujeito que o categoriza.

Como constatámos na parte teórica, **as características do rosto são facilmente associáveis a características de personalidade, porque facilmente traduzem estados emocionais (positivos ou negativos, agradáveis ou desagradáveis).**

2- A aparência

Esta é a segunda característica mais apontada tanto no global como em cada um dos retratos em confronto com outras características.

Esta categoria, inclui respostas que mencionam o “aspecto”, “a aparência”, “o ar” isoladamente ou lhe associam determinadas características.

Analisando os dados obtidos, verificamos que nas sub-categorias consideradas a **associação com características de “personalidade”** é a mais apontada, seguindo-se a aparência em “geral” e depois o que considerámos o “tipo”.

Esta verificação, **traduz uma tendência bastante grande dos sujeitos em, a partir da apresentação dum rosto, atribuírem características de personalidade, explicitando duma forma ingénua, implícita e inconsciente as suas teorias, podendo assim categorizar.**

A aparência em “**geral**” é também bastante apontada, revelando da parte dos sujeitos uma categorização **baseada em atribuições mais globalizantes, que não sabem especificar ou explicitar**. São atribuições por uma visão do total, onde de alguma forma inserem os retratos apresentados.

O “**tipo**” constitui uma forma mais curiosa de atribuição, já que o indivíduo do retrato - robot **representa sem margem de dúvidas o protótipo duma categorização**, ou seja, porque tem todo o “ar de drogado” ou “de bandido”.

Como sabemos o protótipo é o melhor exemplo duma categoria, constituindo um modelo que apesar de **não ser exclusivo** (podendo haver outros exemplos) é por vezes **intolerante**, ou seja, difícil de modificar, tal como afirma Rosch (1978), citado por Leyens (1985).

3- A face

Relativamente a esta característica convém desde já acentuar, conforme explicitamos na apresentação dos resultados, que incluímos nesta categoria todas as respostas que mencionassem a face, a cara ou o próprio rosto²⁴ isoladamente ou lhe associassem outras características. Por facilidade do tratamento dos dados, optámos por considerar o rosto o global e a face uma das sub-categorias do próprio rosto.

No entanto, devemos acentuar que todas as considerações teóricas acerca da face e das expressões faciais, são aqui consideradas tanto em relação ao rosto como categoria como à face como sub-categoria.

Assim, tanto falamos de expressões do rosto como de expressões da face. Trata-se do mesmo, só que a categoria rosto permite-nos considerar dentro desta uma série de outras sub-

²⁴ Como explicitamos na apresentação dos resultados consideramos as respostas-“rosto”, “face”, “cara” - na sub-categoria face.

categorias, para além da já mencionada face, como sejam a boca, os olhos, o sorriso, a testa, as orelhas, etc.

Assim ,verificamos que esta categoria é a terceira mais apontada e que, dentro desta, a sub-categoria que engloba mais respostas é a “**geral**”, seguindo-se a “**expressiva**” e por ultimo a “**estrutural**”.

Esta verificação, **indica-nos que os sujeitos têm tendência a fazer mais atribuições considerando a face como um todo, no “geral”, tendo ainda uma tendência a lhe atribuir expressões que estejam associadas a estados emocionais ou características da personalidade.**

Estes dados confirmam as considerações teóricas feitas a este propósito, em que para os sujeitos pouco importa que a cara seja alongada ou arredondada, **interessam-se sim pelas informações que esta possa transmitir acerca do estado emocional de alguém ou pela viabilidade da mesma em permitir associações com características da personalidade.**

Mais uma vez, verificamos que a face quer pelo seu todo, quer associada a determinadas características transmite informação emocional ou da personalidade, que permite um conjunto de atribuições e de categorizações.

4- A boca

Esta categoria é a quarta categoria mais apontada.

Nas sub-categorias estabelecidas, verificamos que a mais atribuída é a “**estrutural**”, seguindo-se a “**expressiva**” e a “**geral**” .

Analisando estes dados, verificamos que as características físicas da boca ou a sua forma influenciaram as atribuições do sujeito.

Interpretando este resultado e integrando-o numa análise global dos outros resultados, esta verificação não valida o pressuposto de que **existe uma relação directa entre características estruturais da boca e o comportamento criminal ou características da personalidade.**

O que pode acontecer é que **frequentemente características estruturais do rosto, neste caso, da boca, podem sugerir expressões faciais que têm um significado convencional e desta forma permitem atribuições a características de personalidade ou outras.** Tenhamos como exemplo uma “boca fina” que pode sugerir uma expressão facial de uma pessoa pouco conversadora, ou até mesmo uma “boca grande” que podem sugerir uma expressão facial de uma pessoa que gosta de conversar.

Estas atribuições podem também estar ligadas à **função da característica do rosto** em si, ou seja, a boca pressupõe-se que seja para falar e deste modo os sujeitos poderão ter ligado esta característica à sua função, o que implicava que a tivessem associado a características como “pouco conversador”, “inibido” quando a resposta dada é a “boca fina”.

5- Outros

A discussão dos resultados obtidos nesta categoria não se baseia no total de respostas dadas, ou seja, pela quantidade, mas sim pela diversidade de respostas apontadas que não foi possível enquadrar em nenhuma das outras categorias.

Esta diversidade demonstra a facilidade com que atribuímos características de personalidade ou outras a partir de simples retratos-robots.

Esta facilidade em atribuir características que aparentemente não se podem relacionar com características faciais, vem demonstrar novamente a importância que o processo de categorização tem na nossa interacção social.

Os esquemas mentais individuais, colectivos e inconscientes sobressaem com uma força e ubiquidade tais que dominam outros processos mentais (cognitivos e motivacionais, principalmente meta-cognições) que nos possam impedir de realizar estas categorizações.

Trata-se de justificar as nossas teorias implícitas da personalidade recorrendo a estratégias de manutenção que exageram a nossa experiência e a consideram como a mais válida, a mais verdadeira.

Temos assim tendência para procurar a sua confirmação, exagerando e elacionando características que possam integrar as nossas categorias, não as infirmando, pelo contrário, conferindo-lhe significado.

Nos diversos papeis que as expressões faciais desempenham na interacção social, sobressai nas características apontadas o conjunto de atitudes que podemos Ter sobre os outros, ou seja, de aprovação ou de rejeição.

Mais importante ainda, é que este conjunto de respostas traduz esteriótipos, crenças de um grupo em relação a outro grupo, ou seja, dos guardas prisionais em relação aos criminosos.

Principalmente porque os esteriótipos têm uma função social: mantêm a nossa imagem, distinguem-nos dos outros e justificam as nossas crenças, nomeadamente e sobretudo aquelas que fazem de nós um grupo à parte, melhor, mais responsável, etc. Enfim, e à laia de conclusão um “grupo mais”.

Em suma, esta diversidade, para além de nos permitir constatar a facilidade com que categorizamos, permite-nos observar que este processo é ingénuo, implícito, inconsciente e colectivo.

Como sub-categorias temos então:

- Complexo de inferioridade, Q.I. elevado, Bem falante, Eterno teenager, Meia idade, Má formação genética, Inspira confiança, De baixo nível, Amigo do crime, Careca, Mau aspecto visual, Pouco instruído e Saudável-Fantasiaco.

Resta-nos acrescentar que estas características apontadas como justificação para as atribuições feitas nada têm a ver com características do rosto que eram pedidas.

Isto leva-nos a pensar que a importância de justificar as atribuições é tal para os sujeitos que o facto de estas não se basearem nos parâmetros que são pedidos, não os impede de as apresentarem, por mais absurdas e criativas que sejam.

São as suas justificações que constituem o suporte da sua verdade, que é única, porque é a deles.

D- Correlações entre variáveis

A correlação é dos conceitos mais importantes no estudo de relações bivariadas, ou seja, as suas medidas indicam a força e a direcção entre um par de variáveis. Assim, podemos encontrar correlações positivas e correlações negativas entre duas variáveis. Uma correlação positiva significa que quanto mais uma variável está presente num estudo, tanto mais a outra se encontra também. Uma correlação negativa significa o inverso, ou seja, quanto mais uma variável se encontra em determinado contexto, tanto menos outra variável está presente.

No nosso estudo, com a nossa amostra, obtivemos as seguintes correlações:

- A característica inibido está correlacionada negativamente com o tipo de crime assalto à mão armada.

Isto significa que quanto mais o individuo é inibido menos é considerado como um individuo capaz de cometer um crime de assalto à mão armada.

- A característica frio está correlacionada positivamente com o tipo de crime homicídio.

Quer dizer então que quanto mais o indivíduo é frio, mais é considerado como capaz de cometer um crime de homicídio.

- A característica mentiroso está positivamente correlacionada com o tipo de crime homicídio.

Ou seja, quanto mais o indivíduo é mentiroso, mais é considerado como capaz de cometer um crime de homicídio.

- A característica impulsivo está positivamente correlacionada com o tipo de crime homicídio.

Isto significa que quanto mais o indivíduo é impulsivo, mais é considerado como capaz de cometer um crime de homicídio.

- A característica rude está positivamente correlacionada com o tipo de crime homicídio.

Quer dizer que quanto mais o indivíduo é rude, mais é considerado como capaz de cometer um crime de homicídio.

- A característica impulsivo está positivamente correlacionada com o tipo de crime assalto à mão armada.

Isto significa que quanto mais o indivíduo é impulsivo, mais é considerado como capaz de cometer um crime de assalto à mão armada.

Resumindo :

- No crime de homicídio os indivíduos são considerados mais:

- frios;
- mentirosos;
- impulsivos;
- rudes.

- No crime de assalto à mão armada, os indivíduos são considerados:

- menos inibidos;
- mais impulsivos.

E - Estudo de caso

Neste estudo de caso, apresentamos um questionário cujas respostas são muito curiosas.

Na parte em que pedimos ao sujeito que aponte para cada retrato características do rosto que o influenciaram nas respostas que anteriormente deu, este descrevemo-nos para cada retrato aquilo que poderíamos considerar uma teoria sobre o comportamento criminal, melhor dizendo, apresenta-nos uma história criminal. Vejamos as respostas:

- Retrato I :

“Confinasse ao cidadão que com a “evolução” criminal e o abandono social resolveu tirar dividendos para com os outros”

Este sujeito atribuiu a este retrato o crime de burla, que é o verdadeiro crime cometido.

- Retrato II :

“ Confinasse ao autor moral desagregado da família que marcadamente resolve pôr a questão o mais bizarramente”

Este sujeito atribuiu a este retrato o crime de duplo homicídio, que não é o verdadeiro crime cometido.

- Retrato III :

“Confinasse com o individuo que perdeu a noção das regras do seu “Eu”, entrando demarcadamente num campo inóspito”.

Este sujeito atribuiu ao retrato o crime de assalto com seringa, que é o verdadeiro crime cometido”.

- Retrato IV :

“Confinasse ao individuo que de diálogo aberto mantendo no entanto a temática de até onde pode chegar com o palavriado falso”.

Este sujeito atribui ao retrato o crime de violação, que não é o verdadeiro crime cometido.

- Retrato V :

“ Confinasse conhecedor do que faz, mantém a cabeça fria, é levado a excessos, nem que para tal tenha que recorrer aos meios mais abstratos”.

Este sujeito atribuiu ao retrato o crime de assalto à mão armada, que não é o verdadeiro crime cometido.

Destas respostas obtidas, quando é directamente pedido ao sujeito que aponte características do rosto, podemos dizer que o sujeito em questão marcadamente **nos revela as suas teorias implícitas da personalidade em relação a cada retrato.**

Mais, categoriza um rosto atribuindo-lhe um crime e enquadrando-o em categorias pré-estabelecidas, integrando-o nos seus esquemas mentais sobre a associação que pode existir entre uma face e um tipo de crime.

Podemos então dizer que este sujeito **além de categorizar, tem um modelo de explicação do próprio crime que associa a uma história de vida.**

Na sua tentativa de explicação, acaba por construir o que poderíamos chamar de **“História criminal”**, o que vem responder a uma das questões por nós postas no início deste trabalho.

Ou seja, **seriam as pessoas capazes de estabelecer correlações entre a face e um tipo de crime, ou mesmo elaborar histórias criminais ?** Este caso não faz regra, mas também não podemos afirmar que é a exceção.

È um caso que têm a importância de demonstrar que pelo menos um sujeito vai ao ponto de elaborar uma história criminal a partir da face.

As suas respostas traduzem um conjunto de **esteriótipos**, teorias implícitas de personalidade partilhadas por um grupo acerca de outro grupo, que pelas suas funções sociais mantêm a nossa imagem social, distinguem-nos dos outros e justificam as nossas crenças, sobretudo aquelas que fazem de nós um grupo à parte, melhor, ou como já afirmámos um “grupo mais...”

Está patente neste caso uma **judgabilidade social** que talvez permita a este sujeito preservar a integridade de si e do seu grupo.

VII - CONCLUSÕES

Qualquer conclusão a que neste ponto chegarmos é desde já uma decorrência da análise, da discussão e interpretação dos resultados.

Se introduzimos o nosso estudo com uma citação em latim “Hoc opus hic labor est”, que significa “esta é a obra, resta o trabalho”, neste capítulo diríamos “ Eis o trabalho, resta a obra”.

Na abordagem teórica dos pressupostos práticos que orientaram este estudo ou esta contribuição pessoal, tivemos necessidade de explicitar o processo de categorização, dado que o nosso plano de investigação assim o exigia. O primeiro pressuposto teórico decorreu da descrição desse processo.

Abordámos ainda a perspectiva etológica tentando explicitar um modelo de compreensão acerca dos comportamentos expressivos e das características faciais, decorrendo deste modelo dois pressupostos teóricos fundamentais, na orientação do nosso estudo.

Em seguida e porque introduzimos a variável crime e, como a face é também um sistema de características físicas, abordámos as teorias constitucionais do crime, descrevendo alguns estudos que associaram as características físicas à prática do crime.

Constatámos também que a face é um sistema de características emocionais e comportamentos, restava então o trabalho de analisar esse pressuposto em pormenor e procurar apontar algumas abordagens teóricas que fizeram também associações com características da personalidade.

Com este último capítulo, foi nossa pretensão fundamental e introduzir a nossa contribuição pessoal no estudo dessas associações, não esquecendo que o nosso plano de investigação introduzia também uma nova variável - o crime.

Os nossos **pressupostos práticos** eram :

Se apresentarmos a determinadas pessoas retratos-robots, estabelecerão essas pessoas matrizes de correlações entre características físicas e características de personalidade?

E que tipo de correlações estabelecem ?

E, se acrescentarmos uma variável - crime - continuarão as pessoas a correlacionar?

E que tipo de correlações estabelecem ?

Se estabelecem correlações quais as características do rosto que prevalecem ?

Concluimos face a estes pressupostos que :

- as pessoas estabelecem relações entre características físicas, neste caso, faciais, e características de personalidade.
- as pessoas continuam a estabelecer relações quando é introduzida a variável crime.
- as pessoas atribuem as suas correlações a determinadas características do rosto.

Integrando estas conclusões na fundamentação teórica, **podemos concluir igualmente** que todas as pessoas categorizam e fazem atribuições, mesmo que não sejam adequadas à realidade.

Assim verificando isto, **verificamos** então que o processo de categorização é implícito, ingénuo e inconsciente, de acordo com as afirmações de Leyens (1985).

Dentro do processo de categorização, **encontramos teorias detentoras de um largo consenso**, tal como afirma Leyens (1985).

Diríamos também que a nossa percepção é orientada por uma teoria implícita da personalidade que engloba características criminais.

Tal como também afirma o mesmo autor, **temos teorias que são partilhadas quer por leigos, quer por especialistas**. É o que verificamos quando obtemos perfis de características semelhantes em confronto com os dados da Polícia Judiciária.

Como dissemos na parte teórica **o estabelecimento destas correlações** tem uma base filogenética, ontogenética e inconsciente. Pelo contexto em que a nossa amostra se encontra inserida, ou seja, o contexto prisional, poderemos dizer que apesar de não se excluir o peso dos outros factores, o estabelecimento das correlações encontradas, particularmente das categorizações consensuais entre guardas prisionais e dados da Polícia Judiciária, tem talvez uma influência **decorrente principalmente da aprendizagem e da experiência**.

É desta forma que justificamos o consenso entre guardas prisionais e Polícia Judiciária nas atribuições de características de personalidade.

Concluimos então que para além de outros factores a aprendizagem e a experiência desempenham um papel importante na formação de categorias, nas atribuições feitas e na construção de esquemas mentais, o que está de acordo com a fundamentação teórica a propósito da categorização.

Isto porque estar inserido num contexto prisional, onde se verificam determinados comportamentos nos reclusos, pode originar por parte dos guardas prisionais categorizações diversas, independentemente de se adequaram à realidade ou não.

Os sujeitos da nossa amostra estabelecem então correlações entre características faciais e características da personalidade.

Quanto ao tipo de correlações estabelecidas obtivemos perfis detentores de um largo consenso e perfis semelhantes entre guardas prisionais e especialistas (Policia Judiciária).

Os sujeitos da nossa amostra continuam a estabelecer correlações entre as características faciais e o tipo de crime cometido.

Os tipos de correlações estabelecidos, ou seja, as categorizações feitas, na sua maioria não correspondem à realidade.

Dentro das correlações efectuadas, distinguimos as atribuições feitas para cada retrato em relação ao tipo de crime cometido, quer sejam adequadas à realidade ou não, e as atribuições que relacionaram o verdadeiro crime cometido com o retrato certo.

Verificamos logo que a maioria das atribuições não relacionou o verdadeiro crime cometido com retrato certo, o que nos conduz às seguintes **conclusões**:

- A categorização é uma realidade, independentemente de ser adequada ou não.
- Existem teorias implícitas acerca das características faciais e possíveis relações com um tipo de crime cometido que são detentoras de um largo consenso.
- No que se refere à questão de existir uma base filogenética e evolutiva, ontogenética e inconsciente, comprovamos pela conclusão anterior que ela existe.
- No que se refere ao facto de a face ser um sistema de características físicas, sendo este um estudo exploratório acerca de possíveis relações entre elas e um tipo de crime cometido por um indivíduo, não podemos comprovar que se possa estabelecer correlações desse tipo, contrariamente às teorias constitucionais do crime, não podemos afirmar que a “face alongada”, “os olhos

pequenos”, “o nariz arredondado”, etc possam estar na origem de determinados comportamentos criminosos.

Como suporte para esta conclusão indicamos o facto de que as categorizações que conferiam ao retrato certo o verdadeiro crime cometido não estão em maioria, muito pelo contrário.

Além deste facto, existe um outro, como podemos comprovar pelos resultados, que se verifica na justificação das atribuições, ou seja, as características estruturais do rosto são muito pouco apontadas pelos sujeitos.

Nas atribuições que relacionaram o verdadeiro crime cometido com o retrato certo, podemos tirar as seguintes **conclusões**:

- Apesar de existirem teorias detentoras de um largo consenso , existem outras que pertencem a um grupo e que orientam a sua percepção, não deixando por isso de ser relevantes e importantes para quem as possui, porque constituem a sua verdade, o que está de acordo com as afirmações de Leyens (1985).
- Como verificamos a existência de perfis semelhantes em confronto com os dados da Polícia Judiciária, podemos então dizer que existem também teorias que podem ser partilhadas quer por leigos, quer por especialistas, ou seja, por guardas prisionais e Polícia Judiciária.
- Decorrente da anterior conclusão, acentuamos mais uma vez o papel importante da aprendizagem e da experiência nas correlações obtidas do nosso estudo, o que está de acordo com a abordagem teórica acerca deste assunto.
- Podemos dizer também que os perfis de características de personalidade semelhantes encontrados em confronto com os dados da Polícia Judiciária, nos sujeitos da nossa amostra que fizeram a correspondência correcta entre o

retrato certo e o verdadeiro crime cometido, constituem perfis que podem estar associados a estes tipos de crime, melhor dizendo, são perfis prováveis de encontrar. Destacamos aqui esses perfis.

Crime de Burla:

- Cauteloso, desinibido, simpático, passivo, mentiroso.

Crime de violação:

- calmo e mentiroso.

Crime de assalto com seringa:

- cobarde e impulsivo.

Crime de assalto à mão armada:

- rebelde, impulsivo, desinibido, agressivo, cobarde e frio.

Crime de Homicídio:

- Hipócrita, frio, rebelde, antipático, rude, agressivo, cobarde, mentiroso, impulsivo e desinibido.

Na interpretação da análise das correlações entre variáveis, concluímos que:

No crime de Homicídio, os indivíduos são considerados mais:

- frios;

- mentirosos;
- impulsivos;
- rebeldes.

No crime de assalto à mão armada, os indivíduos são considerados:

- menos inibidos;
- mais impulsivos.

Resumindo, as pessoas são capazes de estabelecer correlações entre características faciais e características da personalidade assim como continuam a estabelecer relações entre as características faciais e um tipo de crime cometido.

Certos então destas categorizações, **resta saber quais as características do rosto que prevalecem** na justificação destas.

Pela interpretação dos resultados podemos **concluir** que:

- Há uma diversidade de características que são apontadas.
- Assim, os sujeitos da amostra tanto têm em conta a face no seu todo como acentuam algumas características. A este propósito podemos acrescentar este dado aos estudos de Secord (1954) que afirmavam que o indivíduo tendia a formar uma impressão geral da face como um todo. Isto não é inteiramente verdade, mas também não é falso. Como comprovamos na discussão dos resultados há características que prevalecem em confronto com outras .
- Os indivíduos apontam mais quatro características: os “olhos”, a “aparência”, a “face” e a “boca”.

- Nos “olhos” apontam mais as características “expressivas”, isto é, as que associam áqueles estados emocionais ou características da personalidade. Assim, podemos concluir que em relação a esta característica os indivíduos preferem justificar as suas atribuições com informações sobre estados emocionais e possíveis características da personalidade, seleccionando esta informação e enquadrando-a nas suas teorias pré-estabelecidas.
- Na “aparência”, também os indivíduos apontam mais a categoria “personalidade”, isto é, aquela em que associam ao “aspecto”, à “aparência”, ao “ar”, características de personalidade, concluindo daí que os sujeitos preferem interpretar ou seleccionar informações que as características faciais possam transmitir de acordo com as suas teorias pré-estabelecidas.
- Na “face”, apontam mais a categoria “geral”, podendo concluir que alguns indivíduos formam uma impressão geral da face como um todo, reunindo no todo toda a informação que a face lhe transmite, mas que fica por explicitar.
- Na “boca” e curiosamente, dado que a maioria das outras características do rosto são associadas a estados emocionais e características de personalidade (o que chamámos “expressivas”), é mais apontada a categoria “estrutural”, ou seja, aquela que inclui características físicas, anatómicas e estruturais. Contudo, tendo em conta, que a maioria dos sujeitos aponta características ligadas a estados emocionais ou personalidade, e, tendo como suporte a teoria de Secord (1958), podemos concluir que esta categoria é apontada por a boca Ter um significado convencional e desempenhar uma função importante.

Melhor dizendo, uma pessoa com boca fina e delgada pode justificar uma atribuição de pessoa pouco conversadora ou inibida, já que na abordagem teórica a propósito da comunicação, dissemos que muitas vezes partilhamos de sequências de eventos ou comunicacionais que estão presentes na nossa cultura e sempre actuaentes.

O mesmo podemos afirmar, quando citamos a função da boca como explicação para esta atribuição, ou seja, a boca pressupõe-se que seja para falar e isto é uma convenção a propósito da comunicação que partilhamos culturalmente, logo é natural que ao justificar categorizações com a característica “boca fina” os indivíduos tenham em comum o pressuposto de que isto pode indicar uma pessoa pouco conversadora, inibida.

Segundo as teorias da expressão facial e emoção, os estudos sobre relações com comportamentos e características da personalidade, a face tem a particularidade de transmitir informação emocional, expressar comportamentos e permitir assim a associação com características da personalidade.

Ora, tendo em conta tudo o que descrevemos sobre o processo de categorização, estas informações não poderiam ser melhores para servirem como **estratégia de manutenção das nossas teorias implícitas**, dado que preferimos confirmá-las a infirmá-las, “seleccionando” ou “interpretando” toda a informação, neste caso, a que provém das características faciais. Interpretamos de acordo com as nossas teorias pré-estabelecidas, justificando assim as nossas categorizações.

Uma conclusão importante a propósito das características que prevalecem como justificam das nossas atribuições e categorizações é que há duas características do rosto que são as mais apontadas quer a nível global, quer em todos os retratos, pela mesma ordem e sub-categorias iguais.

Explicitando, os “olhos” com a sub-categoria “expressiva” são a característica mais apontada em todos os retratos. A “aparência” com a sub-categoria “personalidade” é a segunda característica mais apontada em todos os retratos.

Quer dizer então que as pessoas preferem justificar as suas atribuições com informações sobre estados emocionais e características da personalidade que associam aos “olhos” e também com características da personalidade que associam à aparência.

Concluimos então que os “olhos” e a “aparência”, em conformidade com a centralidade e universalidade que é dada á face na atribuição de emoções, de características de personalidade ou mesmo na interação social, conforme pressuposto na parte teórica, estas duas categorias constituem referenciais básicos para o estabelecimento dessas atribuições.

Nessa centralidade da face, tanto os “olhos” como a “aparência” são, para além de referenciais básicos, **pólos dinamizadores de atribuições**, que justificam as nossas teorias implícitas da personalidade e as nossas categorizações acerca do crime e da pessoa que o cometeu .

Ao verificarmos, como era nossa intenção neste estudo, quais as características do rosto que prevalecem no estabelecimento das correlações investigadas, e tendo presente que a face, afinal, também é um sistema de características físicas, não podemos deixar de nos confrontar se são essas características que estão na base destas correlações. Só podemos concluir que não, por dois motivos :

1 - Os individuos não atribuem, na sua maioria, como já referimos, o crime realmente cometido ao retrato certo. Se houvesse uma relação directa entre características físicas do retrato e o tipo de crime cometido, então todos os sujeitos deveriam Ter feito a correspondência correcta.

2 - Os individuos justificam na grande maioria as suas atribuições com características da face ligadas a estados emocionais e características da personalidade.

Assim, neste estudo **não podemos comprovar** a possível associação entre características estruturais, anatómicas da face e um comportamento criminal.

Mas, como já referimos, não comprovar algo, não significa que não se possa corroborar outro algo.

Teóricamente, tivemos como pressupostos que a face é um sistema com bases etológicas e funções de comunicação, edificado e desenvolvido através da filogénese e da ontogénese, de factores biológicos, inconscientes, de experiências emocionais, vinculativas e relacionais.

Mais, verificámos que a face é um sistema de expressões emocionais que seligam ao comportamento e a julgamentos sobre características da personalidade.

Melhor ainda, verificámos também que a face tem uma centralidade e universalidade que chama desde logo a nossa atenção, sendo o principal pólo de comunicação na interacção social, estando sem dúvida ligada ao comportamento.

Introduzimos estes pressupostos teóricos para agora **dar-mos a nossa contribuição pessoal**, que é nem mais nem menos, **a elacção que podemos tirar dos resultados do nosso plano de investigação.**

Assim, os nossos resultados, face a estes pressupostos, **não significam que as características faciais não possam ser relacionadas com um tipo de crime ou com um perfil de personalidade.**

Muito pelo contrário, elas são e, com uma força e ubiquidade tal, que se pode comprovar pelo facto de haver sempre categorizações, independentemente de serem adequadas à realidade ou não.

O outro algo que podemos então corroborar é que a face é sem dúvida um sistema comunicacional, um sistema de informação emocional, comportamental e de possíveis julgamentos sobre características da personalidade. Mas só o é, porque intervém na interacção social.

E é particularmente na **interacção social** que nós temos necessidade de categorizar, isto é, de simplificar a informação, de seleccioná-la, de interpretá-la de forma a enquadrar-se nas nossas teorias implícitas da personalidade (incluindo o perfil de um criminoso), nas nossas categorias pré-estabelecidas.

Para isto, nada melhor do que a face com a sua particularidade de transmitir informação emocional e possibilitar julgamentos ligados a situações agradáveis ou desagradáveis, positivos ou negativos, já que nesta vastidão de informações preferimos seleccionar aquelas que confirmam as nossas teorias, associando assim, conforme verificamos nos resultados deste estudo, estados emocionais e características de personalidade às características faciais.

Os sujeitos categorizam tendo como base juízos inerentes a expressões faciais que transmitam informação emocional e comportamental, inferenciando características de personalidade.

Podemos então concluir que utilizamos a interpretação que fazemos das características faciais como estratégia de manutenção das nossas teorias implícitas, ingénuas e inconscientes.

Estas afirmações não invalidam de forma alguma o facto teórico referenciado que diz respeito à **evidência da universalidade** das expressões emocionais.

Muito pelo contrário, essa evidência não é aqui posta em causa, porque existe, tal como demonstrou Ekman (1972, 1987), o que pretendemos dizer é que essa universalidade pode traduzir-se, quando pedimos a pessoas que façam atribuições, **em teorias detentoras de um largo consenso**, porque estas também existem como assinala Leyens (1985).

Interpretando ainda, as justificações que foram dadas para o estabelecimento das referidas correlações, obtivemos uma categoria, que denominámos “**outros**”, dado nada ter a ver com as características do rosto que eram pedidas, onde incluímos uma diversidade de respostas que nos levam de imediato a **concluir que categorizamos com muita facilidade, o que vem demonstrar a importância que a categorização tem na interacção social**, o que confirma as ideias de Leyens (1985).

Os esquemas mentais, individuais, colectivos e inconscientes sobressaem tão poderosamente que dominam outros processos mentais (como factores motivacionais, cognitivos e de meta-cognição) que podem impedir a realização das categorizações.

Utilizamos **estratégias de manutenção** das nossas teorias implícitas da personalidade que **exageram a nossa experiência** e lhe conferem uma veracidade que é aplicável a diversas pessoas ou situações. É a nossa experiência que vale, porque é única, é a verdade porque é a nossa verdade.

Isto leva a concluir que temos tendência para procurar a confirmação, exagerando e elacionando características que possam integrar as nossas categorias, não as infirmando, pelo contrário, **conferindo-lhe ainda mais significado.**

Nos diversos papéis que as expressões faciais desempenham na interacção social, conforme referido por Argyle (1976) **sobressai nas características apontadas o conjunto de atitudes que podemos ter sobre os outros , ou seja, de aprovação ou de rejeição.**

Mais importante ainda, é que este conjunto de respostas traduz **esteriótipos,** crenças de um grupo em relação a outro grupo, ou seja, **dos guardas prisionais em relação aos criminosos.**

Segundo Leyens (1985) os esteriótipos têm assim uma **função social,** ou seja: mantêm a nossa coesão e imagem, distinguem-nos dos outros e justificam as nossas crenças, sobretudo aquelas que fazem de nós um grupo à parte, melhor, mais responsável, enfim, aquilo a que chamo “um grupo mais”. De acordo com esta fundamentação teórica **os guardas prisionais seriam um desses grupos.**

Concluimos então, que esta diversidade para além de demonstrar a facilidade com que categorizamos, permite-nos dizer que este processo é ingénuo, implícito, inconsciente e colectivo

No decurso deste trabalho pusemos uma **questão central** que era:

Serão as características faciais susceptíveis de ser correlacionadas com características de personalidade ou com um tipo de crime? Ou mesmo com a construção **duma história criminal?**

Concluimos pela análise e interpretação do estudo de caso apresentado que **podem ser**.

Como referimos, apesar deste estudo, não constituir uma regra, não significa que seja a exceção.

Tem a importância de demonstrar que pelo menos um individuo é capaz de construir uma história criminal e uma história pessoal que explica a causa do crime cometido, quando lhe foi pedido que apontasse características do rosto.

As respostas deste individuo para além de explicitarem as suas teorias implitas da personalidade e do crime, levam-nos a concluir que os esteriótipos também aqui estão presentes e podem explicar a construção desta história criminal pelas suas próprias funções sociais, como anteriormente referenciámos.

Trata-se dum caso que tem a sua pertinência, indicando-nos que este individuo tem a convicção de que pertence a “um grupo mais”, como lhe chamámos, demonstrando inclusive a sua “capacidade” de explicar a história criminal de um homem a partir das características faciais.

Diríamos, para finalizar, quanta ingenuidade, quanto implicitismo, quão inconsciente.

Existe aqui, uma **judgabilidade social**, que como refere Leyens (1985), permite preservar a integridade de si e do seu grupo.

Na verdade, é o nosso julgamento sobre a verdade que constitui a nossa verdade, que é a verdade. Quantas verdades!

Referências Bibliográficas

- Argyle, M. (1976). *A interação social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Argyle, M. (1990). *The psychology of interpersonal behaviour*. London: Penguin Books.
- Backman, S. P. (1974). *Psicologia social*. México: Libros Mcgraw-Hill de Mexico.
- Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Birdwhistell, R.L. (1971). *Kinesics and context*. Allan Lane: The Penguin Press.
- Bryman, A.; Cramer, D.(1992). *Análise de Dados em Ciências Sociais. Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS*. Lisboa: Celta Editora.
- Byrne, B. (1991). *Social Psychology, understanding human interaction*. New York: Allyn and Bacon.
- Chauvin, R. (1977). *A etologia, estudo biológico do comportamento animal*. Lisboa : Edições António Ramos.
- Corraze, J. (1980). *Les communications non-verbales*. Paris: P.U.F.
- Ekman, P.(1989). The argument and evidence about universals in facial expressions of emotion. In Wagner, H., & Manstead, A, *Handbook of Social Psychophysiology* (pp. 143 - 164). Manchester: John Wiley & sons, Ltd.
- Ekman, P. & O'Sullivan, M. (1991) Facial expression: Methods, means, and moues. In Feldman, R. S. & Riné, B., *Fundamentals of nonverbal behavior* (pp 163 -199). Cambridge: Cambridge University Press.

Ekman, P. (1993). Facial expression and emotion. *American Psychologist*, 48, (4), 384 - 392.

Eysenck, H.J. (1964). *Crime and personality*. London: Routledge and Keagan Paul.

Eysenck, H. J. & Gilis, H.E. (1989). *The causes and carres of criminality*. New York: Plenum Press.

Ferguson, G., Takane, Y. (1989). *Statistical Analysis in Psychology and Education*. Singapore: McGraw-Hill.

Ganepy, J. & Rizkalla, S. (1983). *Criminologie Générale*. Québec: Modulo Editeur.

Gassin, R. (1988). *Criminologie*. Paris: Précis Dalloz.

Gonçalves, R. A. (1993). *A adaptação à prisão. Um processo vivido e observado*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

Gorphe, F. (1971). *La critica del testimonio*. Madrid : Instituto Editorial Reus, S.A.

Grinberg et al. (1973). *Introdução às ideias de Bion*. Rio de Janeiro: Imago Editora, Ltda.

Guillen, M. (1987). *Pontes para o infinito, o lado humano das matemáticas*. Lisboa: Edições Gradiva.

Jung, C. G. (1963). *Psychologie de L'inconscient*. Genève: Buchet-Chastel.

Jung, C. G. (1964). *Dialectique du Mois et de L'inconscient*. Paris: Gallimard.

Jung, C.G. (1966). *Ma vie, souvenirs, rêves et pensées*. Paris: Gallimard.

Lanteri-Laura, G. (1993). Aspects criminologiques de L'Oeuvre de F.J. Gall. *Análise Psicológica*, XI, (1), 5 - 10.

- Leyens, J. P. (1979). *Psicologia Social*. Lisboa: Edições 70.
- Leyens, J. P. (1985). *Teorias da personalidade na dinâmica social*. Lisboa: Verbo.
- Loftus, E. F. (1996). *Eyewitness testimony*. Cambridge: Harvard University Press.
- Lorenz, K. (1979). *A agressão, uma história natural do mal*. Lisboa: Moraes Editores.
- Munnich, I. (1993). Personality of the murderer. *Análise Psicológica*, XI, (1), 129 - 134.
- Neuberger, L. C. (1988). *Psicologia della testimonianza e prova testimoniale*. Milano: Giuffré Editore.
- (1996). *Código Penal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Costa, J. P. (1994). *Delinquência dos doentes mentais*. (Textos e Documentos do Mestrado de Psicologia Legal). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Costa, J. P. (1994). *Conduta criminal e conduta "normal". Bases da conduta e sistema nervoso*. (Textos e Documentos do Mestrado de Psicologia Legal). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Costa, J. P. (1994). *Psicopatologia criminal. Conceito e âmbito. Seu enquadramento na psiquiatria forense*. (Textos e Documentos do Mestrado de Psicologia Legal). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Pliner, P. & Krames, L. & Alloway, T. (1975). *Nonverbal communication of aggression*. New York : Plenum Press.
- Progoff, I. (1967). *La psicologia de C.G. Jung y su signification social*. Buenos Aires : Ed. Paidós.

Raymond, S. (1993). *Crimes de sang et faits de violence*. Paris: Édition Hommes & Perspectives, S. A.

Rinn, W. (1991). Neuropsychology of facial expression. In Feldman, R.S. & Riné, B., *Fundamentals of nonverbal behaviour* (pp 3 - 30). Cambridge: Cambridge University Press.

Sá, E. (1997). *A maternidade e o bebé*. Lisboa: Fim de Século.

Synnott, A. (1993). *The body social: symbolism, self and society*. London: Routledge.

Vala, J. & Monteiro, M. B. (1996). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vieira, A. B. (1983). *Etologia e Ciências Humanas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Walters, G. D. (1990). *The criminal Life Style, Patterns of serious criminal conduct*. California: Sage Publications, Inc.

Watzlawick, P., & Beavin, J. H., & Jackson, D.D.(1981). *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Editora Cultrix.

Anexos

Anexo A (Questionário)

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

Os dados que são apresentados neste pequeno questionário fazem parte dum estudo exploratório na área de psicologia legal. Trata-se de um estudo que abrange diversas pessoas de diversas áreas.

Apresentamos ainda alguns retratos, dado não ser possível, por questões éticas, apresentar fotografias.

Neste contexto, pedimos-lhe que seja o mais sincero possível na forma de responder, de modo a permitir a viabilidade do nosso estudo.

Agradecemos desde já a sua colaboração.

Cristina Sousa
Mestrado de Psicologia Legal

I - Conforme referido, apresentamos-lhe nesta primeira parte cinco retratos, indicando para cada um deles dados como a idade, o sexo e a raça.

A acompanhar cada retrato vem uma lista de características, para as quais lhe solicitamos que escolha aquelas que vão mais ao encontro daquilo que o retrato lhe lembra ou suscita.

Sublinhe, com um traço a sua opção.

Retrato I

Ao olhar para este retrato pensa numa pessoa :

simpática	-----	antipática
inibida	-----	desinibida
desonesta	-----	honesta
passiva	-----	agressiva
delicada	-----	rude
rebelde	-----	calma
sincera	-----	mentirosa
impulsiva	-----	cautelosa
calorosa	-----	fria
cobarde	-----	corajosa
hipócrita	-----	verdadeira

RETRATO I



SEXO: masculino

RAÇA: branco

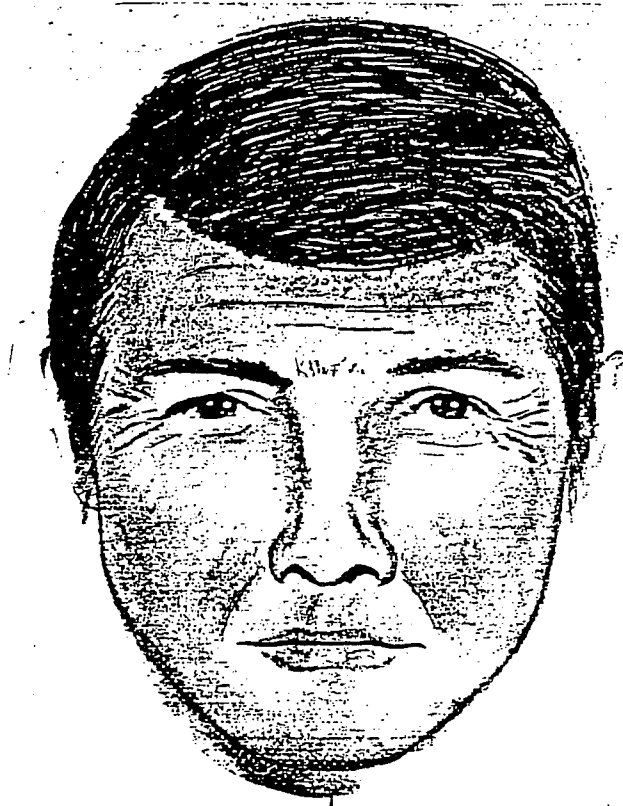
IDADE: 60 anos

Retrato II

Ao olhar para este retrato pensa numa pessoa :

simpática	-----	antipática
inibida	-----	desinibida
desonesta	-----	honestas
passiva	-----	agressiva
delicada	-----	rude
rebelde	-----	calma
sincera	-----	mentirosa
impulsiva	-----	cautelosa
calorosa	-----	fria
cobarde	-----	corajosa
hipócrita	-----	verdadeira

RETRATO II



SEXO: masculino

RAÇA: branco

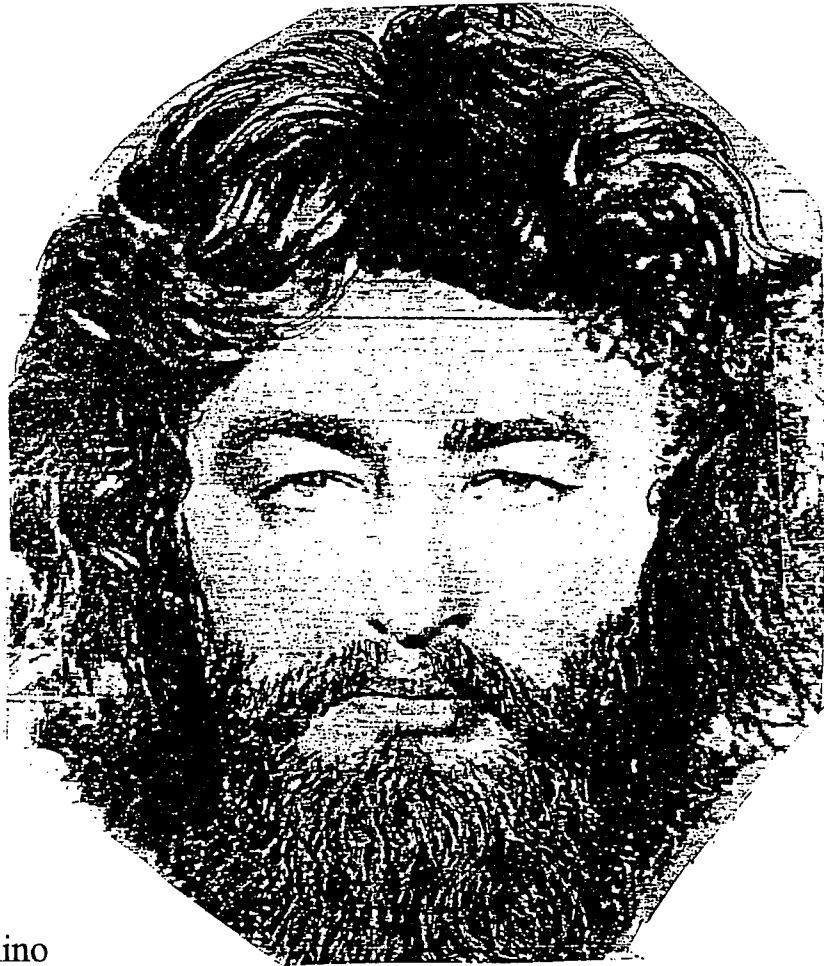
IDADE: 40 anos

Retrato III

Ao olhar para este retrato pensa numa pessoa :

simpática	-----	antipática
inibida	-----	desinibida
desonesta	-----	honestas
passiva	-----	agressiva
delicada	-----	rude
rebelde	-----	calma
sincera	-----	mentirosa
impulsiva	-----	cautelosa
calorosa	-----	fria
cobarde	-----	corajosa
hipócrita	-----	verdadeira

RETRATO III



SEXO: masculino

RAÇA: branco

IDADE: 25 anos

Retrato IV

Ao olhar para este retrato pensa numa pessoa :

simpática	-----	antipática
inibida	-----	desinibida
desonesta	-----	honestas
passiva	-----	agressiva
delicada	-----	rude
rebelde	-----	calma
sincera	-----	mentirosa
impulsiva	-----	cautelosa
calorosa	-----	fria
cobarde	-----	corajosa
hipócrita	-----	verdadeira

RETRATO IV



SEXO: masculino

RAÇA: branco

IDADE: 35 anos

Retrato V

Ao olhar para este retrato pensa numa pessoa :

simpática ----- antipática

inibida ----- desinibida

desonesta ----- honesta

passiva ----- agressiva

delicada ----- rude

rebelde ----- calma

sincera ----- mentirosa

impulsiva ----- cautelosa

calorosa ----- fria

cobarde ----- corajosa

hipócrita ----- verdadeira

RETRATO V



SEXO: masculino

RAÇA: branco

IDADE: 30 anos.....

II - Pedimos-lhe agora que faça corresponder à lista de crimes que lhe apresentamos o retrato da pessoa que pensa que o pode ter cometido.

Para isso, coloque o nº do retrato à frente de cada crime.

Crime de Burla -----

Assalto com seringa -----

Violação -----

Duplo Homicídio -----

Assalto à mão armada -----

III - Nesta última questão, pedimos-lhe que reflita e nos diga algumas características dos rostos apresentados que o influenciaram na forma como respondeu às anteriores questões (ex: os olhos pequenos , o nariz arredondado, a boca fina, etc.)

- Retrato I :

- Retrato II :

- Retrato III :

- Retrato IV :

- Retrato V :

Obrigado pela sua atenção.

Anexo B (Quadro VI)

Anexo B

Quadro VI - Retratos/Outros

Retrato/ Outros	Complexo de inferioridade	Q.I. elevado	Bem Talente	Eterno teenager	Meia idade	Mãe formação genética	Inspira confiança	De baixo nível	Amigo do crime	Careca	Mau aspecto visual	Pouco Instruído	Saúde/vel-fantástico
I			1		1		1			1		1	5
II		2											3
III			2					1			1		2
IV				1							1		4
V	1					1			1		1		4
Total	1	2	3	1	1	1	1	1	1	1	3	1	18